

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO
DISCURSO**

**A DISPERSÃO DO SUJEITO EM LUGARES
DISCURSIVOS MARCADOS**

Elizabeth Fontoura Dorneles

Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira

Tese apresentada ao PPG/Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como parte das exigências para
obtenção do título de Doutora em Letras

PORTO ALEGRE, ABRIL DE 2005

Agradeço

à Carme, Ercília e Evandra,
pelo companheirismo e
amizade;

à Maria Luiza, pela quase-irmã
e o olhar crítico;

à Lisa, pelo apoio na infra-
estrutura doméstica;

à Vanessa, pelo apoio em
informática;

à Natália, que partiu antes de
terminar o trabalho, pela
transcrição das fitas;

à UNICUZ, pela manutenção do
espaço de trabalho;

ao MST, por existir.

À Maria Cristina Leandro
Ferreira, deixo Manuel de
Barros falar, traduzindo minha
admiração, respeito e amizade:

Poética

*Uma palavra há de ser poética
desde que você a coloque em
lugar imprevisto, desde que ela
dê alarme, desde que ela
quebre o muro da velha ordem.
É preciso sempre escrever a
primeira vez de uma frase. Se
possível botar roupa rasgada
nas idéias. Toda frase que se
faz é preciso gozar nela. E é
preciso fazer o serviço com
paciência para que o gozo dê
frutos.*

Kitty, você me ensina isso.

Dedico a tese para meu pai (in memoriam); a minha mãe; a meus filhos; a meus netos; ao Élio, pelas diferentes formas de amar que me proporcionam.

ABREVIATURAS

AAD – Análise Automática do Discurso

AD – Análise de Discurso

DR – Discurso Relatado

LD – Lugar Discursivo

LDA – Lugar Discursivo do Assentado

LDL – Lugar Discursivo do Líder

FD – Formação Discursiva

PS – Posição-Sujeito

MS – Movimento(s) Social(ais)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CPT – Comissão Pastoral da Terra

[E] – Enunciado

RESUMO

Tomando os pressupostos da Análise de Discurso – AD fundada por Michel Pêcheux, a tese trata da formulação da noção de Lugar Discursivo – LD. Aplica essa noção no processo discursivo próprio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Situa o Sem Terra como sujeito político que emerge sob o efeito da tensão entre duas lógicas. Sem Terra e MST estão colocados na relação com a manutenção do litígio provocador de uma nova ordem social. As demandas do MST objetivam deslocar a ordem social vigente e instituir outra baseada na lógica da solidariedade horizontal.

A questão fundamental mostra a relação entre os lugares sociais e os processos discursivos. O interdiscurso acolhe o social sob a forma de pré-construídos que, na formação social, são tomados como marcos dos lugares. O LD é tratado como sentidos sedimentados que se colocam no processo de assujeitamento, dando forma discursiva ao lugar que interpela o sujeito junto com outros pré-construídos dispersos no interdiscurso. A diferença entre LD e posição-sujeito tem como base o fato de que a primeira é efeito da circulação dos discursos e a outra, da constituição e da formulação.

O sujeito que se dispersa nos LD e nas posições-sujeito se sustenta na utopia da possível construção da nova ordem social.

RÉSUMÉ

En prenant les présupposés théoriques de l'Analyse du Discours – AD fondée par Michel Pêcheux, la thèse traite de la formulation de la notion de lieu discursif – LD. Applique cette notion dans le procès propre au Mouvement des Travailleurs Ruraux sans Terre – MST.

Ce travail situe le Sens Terre comme sujet politique qu'émerge sous l'effet de la tension parmi deux logiques. Sens Terre et MST sont placés dans la relation avec la manutention du litige provocateur d'un nouvel ordre social. Les demandes du MST objectivent déplacer l'ordre social en vigueur et instituer l'autre basé dans la logique de la solidarité horizontale.

La question fondamentale indique la relation parmi les lieux sociaux et les procès discursifs. L'interdiscours accueille le social sous la forme de pré-construits qui, dans la formation sociale, sont pris comme bornes des lieux. Le LD est traité comme sens sédimentaires qui se mettent dans le procès de assujettissement, en donnant forme discursive au lieu qu'interpelle le sujet ensemble autres pré-construits dispersés dans l'interdiscours. La différence parmi LD et position-sujet a comme base le fait de que le premier est effet de la circulation des discours et l'autre de la constitution et de la formulation.

Le sujet qui se disperse dans les lieux discursifs et dans les positions-sujet se supporte dans la utopie de la possible construction du nouvel ordre social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Do Anúncio da Caminhada	06
2 DO CAMPO DISCURSIVO	11
2.1 Movimento Social: sentidos em trânsito	13
2.2 (Des)Ordem Social: âncora da resistência	17
2.3 Movimentos Sociais e Discurso: um flagrante	22
2.4 Sem Terra em Movimento	24
2.4.1 Política e Político	26
2.4.2 Religioso e Mística	29
2.4.3 Identidade Sem Terra	34
2.5 Estrutura do Movimento	36
3 DOS PONTOS DE ENCONTRO NA CONVERGÊNCIA DAS TEORIAS	39
3.1 Materialismo Histórico: ideologia e totalidade	40
3.2 Lingüística: sistema material	44
3.3 Psicanálise: atravessamento produtivo	46
3.4 Teoria do Discurso: encontro anunciado	48
4 DA FORÇA DAS FORMAÇÕES	51
4.1 Formação Social	52
4.1.1 Formação Social: realidade discursiva	56
4.2 Formações Imaginárias	62
4.2.1 Formações Imaginárias: demarcação de lugares	62
4.2.2 Formações Imaginárias: perturbação na mensagem	64
4.3 Formação Ideológica	66
4.3.1 Ideologia	67
4.3.2 Formações Ideológicas e Discurso	71

4.4	Formação Discursiva	72
4.4.1	Formação Discursiva e Poder	73
4.4.2	Formação Discursiva e Sujeito	79
5	DAS POSIÇÕES-SUJEITO	83
5.1	Ordem do Discurso	83
5.2	Constituição e Posição-Sujeito	88
5.3	Formulação e Sujeito Enunciador.....	89
5.4	Sujeito: signo e ideologia	92
5.5	Sujeito: questão em aberto	96
5.6	Forma-Sujeito	101
6	DOS LUGARES DISCURSIVOS	104
6.1	Pressuposto Aristotélico	107
6.2	Lugar no Âmbito do Discurso	112
6.2.1	Lugar em Foucault	115
6.3	Lugar em Análise do Discurso	117
7	DA MARCAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS LUGARES DISCURSIVOS	124
7.1	Os Primeiros Marcos do Lugar	125
7.2	Lugares Discursivos no Movimento	126
7.2.1	Resgate de Uma Memória	127
7.2.2	Marcos Regulatórios do Lugar Discursivo do Líder no movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST.....	129
7.3	Marcação dos Lugares Discursivos	131
7.3.1	Lugar Discursivo do Líder	131
7.3.2	Lugar Discursivo do Assentado	137
7.4	Ocupação dos Lugares Discursivos	142
7.4.1	Organizar o Movimento	144
7.4.2	Assentar e Manter o Lugar	157

8 DA DISPERSÃO E AS POSIÇÕES-SUJEITO	167
8.1 No Lugar Discursivo do Líder	168
8.1.1 Situar, Citar, Criticar a (Des)ordem Social	169
8.1.2 Lembrar, Esquecer, dar Direção	180
8.1.3 Conclamar o Povo, Articular a Organização	197
8.2 No Lugar Discursivo do Assentado	211
8.2.1 Saber Fazer, Poder Fazer	212
8.2.2 Plantar, Colher, Administrar Autonomia	221
8.2.3 Morar, (Reme)morar, (Come)morar na Terra	234
9 DA REUNIFICAÇÃO DOS DISPERSOS	243
REFERÊNCIAS	250

INTRODUÇÃO

Do Anúncio da Caminhada

Nós somos os sem vez e os sem voz, quem quiser falar em nosso nome deve nos escutar.

Sem Terra –Encruzilhada Natalino, 1981

Andar por lugares habitados pelas palavras é sempre desafiante. Eles têm armadilhas que podem nos pegar exatamente onde pensamos escapar. É no terreno escorregadio que vamos constituindo e nos constituindo, sempre submetidos às impossibilidades de um trânsito orientado por nossa *vontade*.

O desafio coloca-se para o sujeito, pois não se entrelaçar ao Outro há a linguagem, sistema de signos que faz a cadeia e vai possibilitando, no próprio encadeamento, um lugar de singularidade. O desafio está em constituir-se num nó que é parte da rede, mas ao mesmo tempo é único. Posicionar-se aí e enunciar, construir um dizer específico que se inscreve no universo das teorias da linguagem é o que nos propomos no texto ora apresentado.

A condição para produzi-lo foi de nos deixarmos tomar pela vida enquanto totalidade habitada pelas coisas de aparência trivial; deixarmo-nos levar por isso tem sido um sintoma da filiação à Análise de Discurso – AD, fundada por Michel Pêcheux. Essa filiação leva o analista a ter como pressuposto a rejeição às dicotomias, às separações rígidas entre elementos co-constitutivos.

Nessa direção, a tese constitui-se num trabalho onde convocamos a prática discursiva do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – e colocamo-nos a entrelaçá-la a fios teóricos na busca da compreensão do modo como **Lugares Discursivos-LD** já instituídos na Formação Social são ocupados por posições-sujeito. Aqui história, língua e sujeito trabalham para chegarmos a uma totalidade: o discurso. Nele as dicotomias apagam-se, uma vez que só podemos acessá-lo ao tomarmos a língua na sua injunção ao sujeito e à história. Essa injunção provoca-nos a aprofundar nossa compreensão do modo como social e discursivo se entrelaçam. Assim, temos duas questões fundamentais que nos mobilizam neste trabalho. A primeira delas diz respeito à formulação noção de lugar discursivo e a outra está relacionada à ocupação do lugar por diferentes posições-sujeito, à manutenção do mesmo e à sustentação da forma-sujeito a partir de diferentes LD.

A materialidade lingüística que nos permitiu entrar nesse processo discursivo é um arquivo de falas de assentados situados na região de Cruz Alta/RS, recolhidas entre 1997 e 2002 e de falas da liderança nacional do Movimento, coletadas no período de 1997 a 2003. Trabalhamos então com dois domínios discursivos: **assentados** e **liderança nacional**. O referido arquivo consta de registros de entrevistas, reuniões de trabalho, depoimentos nos meios de comunicação impressos e televisionados e também de textos apresentados em eventos acadêmicos.

Para os analistas de discurso uma *falha* no tecido lingüístico é significativa. Dessa forma, na transcrição das falas, mantivemos fidelidade à sintaxe própria à enunciação e, como não estamos fazendo análise dos aspectos fonológicos/fonéticos, optamos por transcrevê-las adaptando-as à língua escrita.

Ainda que em AD não haja separação estanque entre teoria e prática há necessidade de *cavar a rocha* e fazer a fundação

daquilo que pretendemos desenvolver como tese. O difícil é saber por onde ir para dar conta da tal consistência. Na dispersão provocada por essas incertezas vemos estilhaços do sujeito em todas as noções fundamentais da AD. Tudo converge para sujeito e sentido. Não poderia ser diferente, pois a pretensão de Pêcheux, ao fundar a disciplina de interpretação, de orientação materialista-histórica, era encontrar a forma de explicação da constituição do sentido/sujeito por uma teoria não-subjetivista da subjetividade. (PÊCHEUX & FUCHS, 1975).

Nos capítulos iniciais do trabalho, temos um observatório que permitiu a formulação da noção de Lugar Discursivo – LD e a análise da dispersão do sujeito em dois LD. Iniciamos pela delimitação do campo discursivo e apontamos para o lugar da Análise de Discurso – AD na teorização acerca dos Movimentos Sociais – MS. A discussão acerca da instituição do MST e da emergência do Sem Terra marca no trabalho a relação do social, da política e da religião no discursivo.

Ao trazermos os campos de conhecimento que convergem para a estruturação da Análise de Discurso, possibilitamos o entendimento da interpretação como gesto que recorta o real numa errância dominada pelo ideológico. Essa abordagem constitui-se numa questão fundamental para podermos tomar as quatro formações – social, imaginária, ideológica, discursiva – como observatório de onde nos é permitido olhar para o movimento do sujeito no processo que, mesmo opacificado pelo imaginário e pelo ideológico, deixa espaço para o analista instalar sua lente e focar, flagrar instantes dessa mobilidade.

A Formação Social, a realidade instituída, permite-nos a visibilidade dos objetos constituídos na discursividade. Nela estamos situando o Lugar Discursivo da Liderança do MST – LDL e o Lugar Discursivo do Assentado – LDA. Procuramos

sustentar que esses lugares são efeito dos processos discursivos, portanto distintos da posição-sujeito que remete à dominância de uma Formação Discursiva. As relações entre constituição/posição-sujeito e formulação e circulação/lugar discursivo são mostradas como ponto de distinção entre uma posição assumida e um lugar ocupado.

No imbricamento das quatro formações, vamos avançando do mundo factual para o teórico discursivo e é nesse último que vamos poder observar a dispersão do Sujeito dentro dos próprios Lugares Discursivos.

A teorização acerca do LD faz-se a partir de pressupostos teóricos distintos dos da AD. Esse foi o caminho encontrado para construirmos a noção de lugar distinto daquele do mundo factual, mas que está relacionado aos objetos já instituídos na formação social. O percurso por Aristóteles nos permitiu vislumbrar as condições para passagem do factual ao teórico-discursivo.

Com referência às análises, demarcamos os LD de Líder – LDL e de assentado – LDA, localizando um funcionamento: a antecipação. O discurso do Outro, pelas formações imaginários acerca do interlocutor, explicita os lugares a serem ocupados. Na interlocução enunciativa o outro assume posições legitimadas na Formação Social e daí aponta os LD. Dessa forma, pelo discurso da mídia é apontado o LDL e pelo discurso da lei aponta-se o LDA. As análises demarcam, numa encenação, três momentos teóricos de constituição do sentido/sujeito. Inicialmente são marcados os LD pelo outro; no segundo ato os LD são ocupados pelo sujeito e, por último, a análise mostra a dispersão através da assunção de diferentes posições-sujeito em cada lugar.

A dispersão mostra que nesse movimento o sujeito encontra condições de sustentação. A análise possibilita observar isso e

também aponta para a pertinência da noção de LD como parte do dispositivo analítico da AD.

Vamos então andar por esses lugares construídos na confluência das teorias e dos sujeitos, escutando uma voz vinda da terra:

Debulhar o trigo/recolher cada bago do trigo/forjar no trigo o milagre do pão/e se fartar de pão/Decepar a cana/recolher a garapa da cana/roubar da cana a doçura do mel/se lambuzar de mel/Afagar a terra/conhecer os desejos da terra/Cio da terra propícia estação/e fecundar o chão.

Cio da Terra – Milton Nascimento e Chico Buarque

2. DO CAMPO DISCURSIVO

Os movimentos são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam, eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes.

Gohn (2002)

No universo discursivo onde o simbólico possibilita o contato com a realidade estruturada, coexistem os campos discursivos (MAINGUENEAU, 1989) os quais, numa convergência errática, constroem acontecimentos¹. São os recortes que fazemos nesse universo que delimitam as fronteiras de um campo discursivo.

Para o analista de discurso esse recorte se dá orientado por dois dispositivos: o teórico e o analítico, os quais estão correlacionados na medida em que um determina o outro.

Dessa forma, ao nos situarmos no entremeio do social e do lingüístico, para tratarmos do discurso próprio ao MST, poderíamos recortar do universo discursivo o campo relativo à questão agrária, como já o fizemos em trabalho anterior; porém,

¹ Acontecimento, no nosso entendimento (Dorneles, 1998), remete a pelo menos três concepções: a) acontecimento como evento que produz um fato físico, sócio-histórico, b) acontecimento como processo; c) acontecimento como fato discursivo. Estamos concebendo então acontecimento histórico, na sua natureza, como evento; acontecimento como da natureza de um processo onde, conforme mostra Pêcheux (1990:19–28), são colocadas em relação uma memória, uma realidade estruturada, e uma atualidade; acontecimento como materialidade, fato produzido discursivamente.

agora estamos procedendo a outro recorte e situando nosso trabalho no campo discursivo próprio aos movimentos sociais.

Frente aos acontecimentos que, a partir de 2001², conclamam a sociedade a organizar-se em forma de movimentos sociais, temos entendido que um campo discursivo vai ganhando maior importância no espaço das lutas sociais. Campo onde o MST inscreve-se. As lutas que aí se dão têm como demanda central *um outro mundo possível desde que seja repensado com outras bases, com políticas e práticas diferentes das neo-liberais* (GOHN, 2003, p.40). Dessa forma, o conjunto de discursos que interage e converge para a constituição do sujeito/sentido, próprio ao MST, vai além do que constitui a questão agrária.

O conjunto de discursos que coexistem de modo mais direto e, ainda que possam estar situados em posições ideológicas distintas, traduzem o desconforto social em relação àquilo que está dado. Tratando bem na ótica da AD, diríamos que os movimentos sociais buscam ressignificar a realidade e, com isso, dar-lhe uma outra configuração, reconstituindo-a de modo que o poder constitua-se e distribua-se numa perspectiva foucaultiana³. É outro *conjunto de formações discursivas que se colocam em relação de concorrência no sentido amplo* (MAINGUENEAU, 1998, p. 19). Os acontecimentos têm constituído outra realidade onde os movimentos sociais ganham configuração mais propositiva no sentido de interferência na estrutura social.

² A referência é ao Fórum Social Mundial, evento que reúne entidades e pessoas interessadas em criar alternativas para fazer frente ao modelo sócio-econômico-político mundial que se fundamenta na filosofia neo-liberal e tem como um dos princípios básicos a globalização dos mercados.

O Fórum já realizou a quinta edição internacional e, fora isso, está constantemente reunindo-se em diferentes países para discutir problemas pontuais decorrentes da pressão dos países de primeiro mundo sobre os mais pobres.

³ Tomando como referência Foucault (1976; 1979; 1983) temos o poder como efeito de relações que consideram sempre um sistema de diferenciação, onde dois pólos tensionam essas relações e, a partir disso, se constituem sujeitos. Tratamos dessa questão no item 4.4.1.

2.1 MOVIMENTO SOCIAL: SENTIDOS EM TRÂNSITO

Os movimentos sociais, como aponta a expressão, estão a caminhar, sem trégua. Nesse movimento contínuo, a definição de *movimento social* não fica estratificada. Muitos sentidos vão sendo inscritos, sempre apontando como característica o fato de que representam forças sociais organizadas, as quais aglutinam pessoas movidas por interesses diversos. Como diz Castells (2001, p. 95), *Todos eles são sintoma de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos.*

No conjunto de definições dadas a movimento social, ressoam diferentes perspectivas da narrativa histórica. Considerando nossa filiação teórica, entendemos que a história se faz na convergência de enunciados, onde os acontecimentos existem no encontro das *palavras e as coisas*⁴, flagrante dado pelo sujeito, perpassado pela ideologia. É numa migração de enunciados, de *raridades* (FOUCAULT, 1969), que a história constitui-se como registro dos fatos.

Para tratar sobre a definição de movimento social, buscamos nas ciências sociais autores que teorizam acerca do fazer humano e que se aproximam de nossa concepção discursiva. A história, como aponta Gohn (1995, p. 17), *destaca a importância do agir humano* onde os processos entrelaçam acontecimentos, fazendo entrecruzarem-se o *velho* e o *novo* e aí emergindo outros sentidos, outra realidade. É nesse modo de compreender a história que encontramos espaço para situar os movimentos sociais como *ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.* (GOHN, 2003, p. 13).

⁴ Como já mostra Foucault (1966), um encontro sempre adiado e desdobrado em outros pela impossibilidade de a linguagem apreender as coisas na sua totalidade.

Gohn faz a tentativa de recortar, no conjunto dos discursos, uma definição que, ao generalizar, dê conta da complexidade dos MS. A própria autora reconhece a definição dos MS como questão a ser resolvida, lacuna a ser preenchida (GOHN, 2002).

A dispersão de discursos acerca dos MS carrega a multiplicidade de definições que são mobilizadas segundo o paradigma⁵ de abordagem adotado. Entretanto, entendemos que, especialmente no Brasil, os MS têm atuado no sentido de romper com a cultura de aceitação da dominação do Estado e também da imobilidade desse frente às demandas da sociedade.

A luta pela cultura do ser humano pleno, com direito à vida; uma sociedade com ética e respeito aos direitos humanos, conforme Gohn (2003, p.47), resume os objetivos das lutas anti-globalização. E, no caso do Brasil, essa é a bandeira em torno da qual se articulam os MS; cada um deles constrói, com identidade própria e adversário definido, um ponto de resistência à ordem social vigente.

Na mesma obra, ao apresentar uma proposta teórico-metodológica para análise dos MS, a autora explicita alguns parâmetros para a conceituação de movimento social. De acordo com sua posição, temos quatro pontos essenciais a serem considerados:

1) Existência de um coletivo social com identidade comum. Assim, não ter terra é um atributo que antecede à reunião das pessoas. Em torno dessa falta se aglutinam negros, brancos, pardos; homens e mulheres; velhos e jovens, e passam, através

⁵ O termo movimento social, segundo aponta Gohn (2002:328), surgiu por volta de 1840 com Lorenz Von Stein, quando esse defendia a necessidade de uma ciência da sociedade que estudasse o movimento proletário francês e outros. A mesma autora situa os estudos sobre os MS em três grandes paradigmas: Norte-Americano; os Europeus que se subdividem em Paradigma dos novos movimentos sociais e o Paradigma Marxista; o Latino-americano onde situa o estudo dos MS no Brasil. Na mesma obra, a autora apresenta uma proposta para análise dos MS na América Latina.

de suas práticas, a constituir traços que permitem inscrever a singularidade do movimento no conjunto das práticas sociais.

2) Movimento deve ser entendido como ação histórica construída. Como afirma Gohn (2002, p.47) *movimento social refere-se à ação dos homens na história*. Nele configura-se a ação do sujeito na história (ALTHUSSER, 1978). Os caminhantes estão na história, no movimento constitutivo da realidade, indo ao encontro daquilo que vai sendo tecido, em conjunto com eles mesmos.

3) A ação dos MS se dá como efeito da organização interna que os estrutura e que se coloca como trabalho pedagógico, em especial no caso do MST (CALDART, 2000). Todos os eventos revestem-se de duplo significado. Provam a ação contestatória do movimento frente ao adversário, colocando em circulação elementos simbólicos determinantes da identidade que os constitui. E ainda possibilitam vivenciar processos educativos cujos efeitos dão maior capacidade organizativa aos participantes do MS.

4) A esfera onde ocorre a ação coletiva é um espaço não institucionalizado. Promovem as ações de forma independente em relação a partidos políticos, sindicatos, associações e outros; podem deles receber apoio, entretanto a direção é assegurada ao próprio movimento. Como aponta Gohn (2002, p. 247), o espaço onde atuam é *não-institucionalizado, nem na esfera pública, nem na esfera privada, criando um campo político* que insere os sujeitos e politiza as demandas socioeconômicas, políticas e culturais.

Fora esses parâmetros, acreditamos que o universo simbólico dos MS, construído a partir de uma *falta*, permite a instauração de processos discursivos onde a injunção do novo ao

tradicional assegura a *raiz*⁶ do sujeito, prende-o àquilo que o mobilizou para entrar no movimento.

Tomamos como exemplo os Sem Terra que, a partir da terra, constroem um universo simbólico em que instrumentos de trabalho, vestuário e palavras imbricam-se na construção da imagem do trabalhador rural. Dessa forma, empunhar a enxada ou a foice, colocar o chapéu de palha ou o boné vermelho na cabeça, ser chamado de colono são gestos que, ao resgatar raízes, estão apontando simbolicamente ao sujeito lugares aos quais pode assujeitar-se ou não. O gesto em si não garante a *assunção* da posição, entretanto marca o lugar que deve *ocupar* na formação social.

A realidade vai sendo apontada ao longo das marchas, das ocupações, dos cantos e de outras práticas, e possibilitando-lhe que, ao falar, ou ser falado por/nessas diferentes práticas carregadas de história, se constitua num Sem Terra.

Nesse sentido, consideramos que movimento social tem também como parâmetro um universo simbólico próprio sobre o qual se instala a discursividade que atua delimitando espaços e constituindo identidades que se inscrevem como singulares no campo das lutas ideológicas.

Sintetizando nossa compreensão acerca do que têm sido os MS no Brasil, entendemos que as diferentes fases porque passaram, no Século XX, foram marcadas pela oposição ou a um Estado opressor ou a um Estado omissivo em relação às condições de cidadania. Se num determinado momento foi necessário ir à luta por direitos políticos, noutra foi por necessidades básicas de sobrevivência (moradia, terra, trabalho, etc.) e, num terceiro, pela reconfiguração da ordem social.

⁶ Raiz, enraizamento, conforme Caldart (2000), remete à criação ou resgate de vínculos a partir do que o sujeito pode projetar o futuro.

2.2 (DES)ORDEM SOCIAL: ÂNCORA DA RESISTÊNCIA

A ordem social vigente, tomada como alvo atual dos MS, configura-se como efeito da historicidade⁷. Desse modo, traz implicadas as lutas ideológicas. Estamos situando a ideologia como elemento que permite, no interior de cada ordem, a articulação com aquilo que é exterior à mesma, mas essencial. Nelas a ideologia opera em dupla forma. Como a *ideologia elemento nulo*, (ŽIŽEK, 1996) que, nos processos sócio-históricos, tem a sua própria irrealidade como o seu real; como *ideologias* que provocam a contradição no interior dos processos. Ambas as formas operam legitimando efeitos ideológicos como realidades universais.

Assim, àqueles que assumem posição de defensores da ordem vigente cabe anunciar livremente que o mercado está na base das relações sociais e com isso mantê-la. E, aos que contestam tal ordem compete fazer resistência, apontando os malefícios da *sociedade capitalista* e apregoando uma outra ordem social.

Nessa perspectiva, a ordem social constitui-se/institui-se no espaço onde o Estado, entendido como centro irradiador do poder (ALTHUSSER, 1969), atua congregando forças que mantêm a ordem nos limites dos interesses do grupo dominante. Temos, como ilustração disso, a luta política que travam direita e esquerda para ascenderem ao poder e lá defenderem a ordem social vigente, sintetizada por globalizar, como forma eficaz de

⁷ A história é tomada não pela cronologia dos fatos, mas por aquilo que lhe é próprio enquanto categoria do real. Diz Le Goff (1996): *Devemos procurar para além da geopolítica, do comércio, das artes e da própria ciência, aquilo que justifica a atitude obscura dos homens que se unem, arrastados pelo enorme fluxo do progresso que os especifica, opondo-os. Sente-se que esta solidariedade está ligada à existência implícita que cada um experimenta em si, numa certa função comum a todos. Chamamos a esta função "historicidade"* (p.18). A historicidade, na nossa concepção é o movimento que relaciona de modo contingente os fatos, acontecimentos do mundo empírico. Tem a ver com o imaginário e o ideológico, é uma função no sentido que responde pelo movimento que faz produzir um determinado objeto ou efeito de sentido.

organização da sociedade ou, então, responsabilizá-la pelos problemas sociais.

Santos (2004), ao tratar sobre as características da globalização, mostra que essa se impõe sobre os povos segundo a lógica da solidariedade vertical. Diz: *a verticalidade reduz a possibilidade de uma busca de sentido para a vida*, (p.86). Na solidariedade vertical o epicentro é, por exemplo, uma empresa hegemônica que se instala com metas específicas e vai tentar se impor sobre a cultura local, fragmentando o território sob a falsa idéia de que está se dando a globalização. A relação que estabelece com seu entorno é de subordinação, onde as pessoas são consideradas enquanto consumidores em potencial ou mão de obra.

O que existia antes da instalação da empresa deve adaptar-se às suas formas de agir, mesmo que provoque grandes distorções no já existente, inclusive a desordem social. Produz uma ordem em causa própria e cria uma desordem para tudo mais. Assim tal ordem social é, como diz Santos (2004), *uma ordem desordeira*. A sua legitimidade se trama nos processos sociais, como já nos diz a canção *Desordem dos Titãs*⁸: *Os mesmos que lucraram antes/põe a esperança lado a lado/às filas dos desempregados/que tudo tem que virar óleo/prá por na máquina do Estado*.

Santos mostra também que outra característica da ordem social vigente é a demanda por racionalidade que chega a

⁸ Letra da canção – Os presos fogem do presídio/imagens na televisão/mais uma briga de torcidas/termina tudo em confusão/a multidão enfurecida/queimou os carros da polícia quando estão fora de controle/não são as regras exceção/não é tentar o suicídio/querer andar na contramão. (Refrão: Quem quer, (quem quer) manter a ordem? Quem quer, (quem quer) criar desordem?) Não sei se existe uma justiça/nem quando e pelas próprias mãos/nas invasões, nos linchamentos/como não ver contradição?/não sei se tudo vai arder/igual a um líquido inflamável/o que mais pode acontecer/neste país rico e, no entanto miserável, em que pese isto sempre há/grças a Deus/quem acredite no futuro. (Refrão). É meu dever manter a ordem/é seu dever de cidadão/mas o que é criar desordem/quem é que diz o que é ou não?/são sempre os mesmos governantes/os mesmos que lucraram antes/põe esperança lado a lado/às filas dos desempregados/que tudo tem que virar óleo/prá pôr na máquina do Estado. (Refrão).

constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural. (p. 88). Na perspectiva de que o modelo globalizador se impõe e aliena o território⁹, as áreas agrícolas são submetidas a essa demanda de racionalidade e adotam modelos de produção, tal como o agronegócio, que são determinados por fatores externos que vêm agir diretamente sobre a vida das pessoas e das cidades.

As empresas agrícolas não fogem a essa lógica, mas, num movimento contraditório, estão expostas à vulnerabilidade dos mercados globalizados. Elas se colocam como o entorno que serve aos fins do mercado internacional e sofre ação reflexa vinda de fora. Da mesma forma que a empresa se impõe sobre o meio onde se instala, ela se submete a determinações externas, as quais provocam imediatas transformações na vida das pessoas e das cidades. Podemos tomar como exemplo a interferência imediata sobre a vida dos agricultores envolvidos, por exemplo, na cultura de frutas cítricas. Uma super safra de laranja nos Estados Unidos pode determinar o bloqueio ou diminuir as importações de laranja do Brasil. Ao contrário, uma frustração de safra, também age de modo direto sobre a vida dos agricultores e sobre a economia localizada.

Podemos tomar mais um exemplo da vulnerabilidade da agricultura ao modelo globalizador. Tomando-o sob a perspectiva daquilo que se estabelece com base em gestões científicas, temos a biotecnologia que se impõe sob a forma da transgenia aplicada às sementes. Nesse processo de imposição,

⁹ Santos (2004) define território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade. A relação entre espaço e território não é simétrica. O espaço geográfico se coloca como o dado que indica ao sujeito o modo de nele intervir, enquanto o território soma espaços territorializados pela ação direta dos sujeitos. Podemos estabelecer distinção dizendo que espaço está para a ordem da natureza, enquanto território está para a ordem social, é efeito dos processos sócio-históricos.

coloca-se no ápice da relação o detentor da tecnologia que submete os agricultores¹⁰, o sistema de comercialização e os consumidores. Numa dimensão mais ampla, processos sob essa lógica polarizam, de um lado, os mitos da globalização tais como a homogeneidade dos mercados e culturas, o apagamento de fronteiras; de outro, a realidade econômico-sócio-cultural dos excluídos e marginalizados pela própria globalização. É nesse sentido que Santos (2004) diz que a globalização cria a escassez de modo acelerado, a qual provoca movimento de transformação da realidade produzida sob a lógica da verticalidade.

Como nos apontou Santos (2004) e dizem Benjamin (et alii, 2002, p.133), a ordem social imposta pelo *fetichismo da mercadoria*¹¹ não esconde a contradição evidente que é o fato de a

desregulamentação do fluxo de mercadorias e capitais se fazer acompanhar pelo aumento da regulamentação, altamente restritiva, dos fluxos pelos quais a capacitação tecnológica (e com ela a capacitação militar) poderia difundir-se.

A ordem social, sob essa contradição, apresenta-se com o poder globalizante no sentido de garantir o fluxo de mercadorias e a geração de necessidade de consumo, mas ao mesmo tempo restritiva quanto à apropriação do processo de geração da própria mercadoria.

¹⁰ Um bom exemplo da sobreterminação, se dando como efeito ideológico, é o caso da demanda dos agricultores pela liberação do plantio de soja transgênica no Brasil, a conquista de tal pleito e depois a empresa detentora da tecnologia lutando pela identificação dos produtores usuários dessas sementes, a fim de cobrar royalties dos mesmos. Era comum os grandes produtores rurais desfilarem com carros adornados por adesivos como *100% Transgênico*, até que a criatura voltou-se contra o criador. Hoje, em plena fase de classificação dos *corpos* e de colocação de cada um em seu lugar, a Monsanto está fazendo com que diminua o número de carros com esse adesivo.

¹¹ Žižek (1996), ao teorizar sobre possíveis aproximações entre marxismo e psicanálise, mostra que o fetichismo da mercadoria impera na constituição da ordem social vigente. A mercadoria tanto pode ser as coisas, a força de trabalho, como a “mais-valia”.

A relação entre ordem social atual e mercadoria pode ser exemplificada com a questão da valoração dos produtos agrícolas no momento da distribuição/comercialização da produção de grãos para mercados internacionais. Há nesse processo todo um conjunto de instituições que operam na constituição do valor. Elas são sustentadas por posições ideológicas distintas que tensionam e levam ao estabelecimento do preço da saca, apresentando-se isso aos produtores como realidade regulada pelas safras nos diversos países produtores do mesmo grão. Isso acontece como uma relação imediata entre grão/produktividade, sem remissão ao conjunto de elementos que entram na determinação do preço. Se de um lado, diferentes posições ideológicas (ideologias) atuaram tensionando na definição do valor, há um elemento dominante que regula as relações no interior das próprias instituições, o mercado, e há ainda a Ideologia cosendo relações imaginárias, e fazendo crer que *isso é assim mesmo*. Exatamente nesse intrincamento de instituições, produz-se o ponto que pode sustentar como verdadeiro aquilo que é um efeito ideológico, com dominância de um elemento. A ordem social tem na Ideologia a *forma político-especulativa* (HERBERT, 1968) que opera agenciando e colocando em contato contradições que abrem, no interior da própria ordem vigente, espaço para que as fronteiras sejam movimentadas e/ou transpostas.

É dessa forma que no modelo globalizador vai se gestando uma outra ordem. Na perspectiva que vimos tratando a instituição dos MS, podemos dizer que a construção desse *Outro mundo possível* é tomada por eles como meta maior.

A outra ordem social caracteriza-se pela adoção de um modelo que organiza as relações sociais sob uma outra lógica

que é a *da solidariedade horizontal de natureza econômica, social e cultural, subordinada à realização plena da vida, de modo que os espaços banais aumentam sua capacidade de servir à plenitude do homem.* (SANTOS, 2004, p.112). Há uma racionalidade que tece a realidade entrelaçando, na horizontal, empresas, agricultores, consumidores, trabalhadores, meio ambiente. Sob essa lógica, a solidariedade se gesta como um mecanismo de resistência que, a partir da escassez, organiza a sociedade para o cultivo de outros bens. Antecipando o que veremos em Foucault (1976), dizemos que essa lógica possibilita ver as lutas dos MS, em especial do MST, tendo como *objetivo é a vida.*

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E DISCURSO: UM FLAGRANTE

Situado o campo discursivo na perspectiva das ciências sociais e nas suas relações com a ordem social, vamos delimitar a abordagem dos MS que permeia este trabalho. De certo modo, os diferentes pressupostos adotados no estudo dos MS, se refletem na divisão que Gohn (2002) nos apresenta ao classificar em três grandes grupos as teorias adotadas.

Embora consideremos bastante interessante a divisão que a autora faz, percebemos a necessidade de incluir a Análise do Discurso como possibilidade de abordagem dos movimentos, o que já vem sendo posto em prática por vários pesquisadores situados em diferentes vertentes de análise de discurso. Mesmo restringindo à análise que praticamos, a AD, há um considerável número de trabalhos que tratam dos MS.

O reconhecimento de que o discurso é uma via importante para o estudo dos MS tem em Castells (2001) um forte argumento, pois para esse historiador, *movimentos sociais devem*

ser entendidos em seus próprios termos, em outras palavras, eles são o que dizem ser. Suas práticas (e sobretudo as discursivas) são sua autodefinição. (p.94)

A abordagem dos MS, na perspectiva da AD, ao orientar-se pelos dispositivos teórico e analítico da disciplina de interpretação, coloca-se em contato com a prática discursiva de um MS e toma-a como observatório dos sentidos/sujeitos que se constituem nessa prática. Deste modo, vamos buscar nos efeitos de sentido *a identidade, o adversário, a meta societal* não pelo *discurso sobre*, mas nas enunciações dos próprios sujeitos envolvidos. É onde a língua constitui-se em materialidade que localizamos o ponto de escrita, de fala que leva aos sentidos/sujeitos dos MS¹².

Essa forma de interpretar afasta-se do empiricismo e do formalismo logicista (PÊCHEUX, 1975), validando-se cientificamente no entrelaçamento de teorias que possibilitam tomar a historicidade, o sentido/sujeito no seu próprio caráter a-histórico (ALTHUSSER, 1978), e o sujeito como ser desprovido de onipotência, orientado pelo efeito de processos inconscientes.

O outro ponto de distanciamento vem da entrada da consideração à presença do ideológico no científico¹³. Temos entendido que essa é uma marca forte da reconfiguração do lugar da interpretação feita pela AD, pois não há como abordar um objeto sem considerar que isso está sendo feito sob um determinado olhar, sob uma posição ideológica que se marca na própria escolha do arcabouço teórico-metodológico.

¹² Castells (2001) apresenta três princípios para a definição de um MS. A **identidade** refere-se à auto-definição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. **Adversário** refere-se ao principal inimigo, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. **Meta societal** refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove.

¹³ Trataremos disso em 3.1, entretanto é interessante adiantar que essa é uma questão que Pêcheux consolida em sua obra.

Assim, o analista de discurso aborda os MS a partir de um domínio teórico *definitivamente determinado por três regiões interligadas que designaremos, respectivamente, como a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciências/ideologia* (PÊCHEUX, 1975, p.131).

De cada uma das regiões vêm pressupostos que permitem a inscrição no universo dos discursos científicos, sem que a subjetividade e o ideológico permaneçam, segundo uma visão idealista, como elementos desabonadores da validade dos resultados. No fazer do analista de discurso, ambos são constitutivos, indissociáveis dos próprios dispositivos teórico e analítico. Essa articulação consistente e com pontos que ainda carecem de melhor explicitação vai nos mobilizando para a interpretação da realidade enquanto conjunto de discursos. Esse é um modo singular de olhar para o social e produzir saberes que carregam conjuntamente ciência, subjetividade e ideologia. Ao analista de discurso não cabe entrar no jogo dos movimentos sociais, mas, munido de um aparato teórico, entrar nos discursos, constituir um observatório e ali também se movimentar para flagrar efeitos de sentido que apontarão para a *identidade, adversário e meta societal* do MS em causa.

2.4 SEM TERRA EM MOVIMENTO

Nossa tarefa é, antes de tudo, andar pelos discursos. Isso é significativo quando se trata do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Primeiro porque nas suas práticas, em especial nas discursivas, se dá o enfrentamento mais sutil com a ordem social estabelecida. É por elas, e tomando como mote a

terra, que vai materializando suas lutas em prol da transformação.

Nessas práticas está a origem do movimento¹⁴, uma vez que a Igreja respondeu pela organização dos trabalhadores, levando-lhes o Evangelho como *verbo da Justiça* que determina a distribuição de *Terra para quem nela trabalha* e colocando-os a caminhar¹⁵ em busca da terra prometida. Gaiger (1987) sustenta que o trabalho da Igreja possibilitou que o *paraíso* passasse do plano da idealização de uma pós-morte para o da conquista em vida do *reino da Justiça*. Para o autor, a interferência da Igreja dá um caráter sagrado à luta pela terra e, ao mesmo tempo, materializa o sagrado. Vendo isso pelo viés ideológico, podemos tomar como materialização do ideológico nas práticas sócio-históricas (ALTHUSSER, 1969). Espaço onde uma ordem regida pelo sagrado encontra-se com a ordem social regida pela mercadoria.

O movimento social que nasce desse imbricamento manterá a filiação, mas haverá reconfigurações em relação ao religioso. O elemento sagrado ganha materialidade não só pela resignificação de dogmas, mas também pela adoção de práticas onde religioso e político constituem sentidos/sujeitos.

¹⁴ Não desconhecemos que as lutas pela terra, no Brasil, remontam há séculos. Desde a promulgação da Lei das Terras (1850) fica instituída a relação entre terra e poder aquisitivo. O que consolida, no campo, uma luta de classes bem na perspectiva de Marx & Engels. Essa luta torna-se mais organizada a partir do surgimento das Ligas Camponesas, cujas orientações eram de cunho político-partidário. Nesse sentido é que fazemos um recorte, pois tomamos o MST como origem dos movimentos sociais nacionais, considerando sua característica de agregar aqueles que se mobilizam para lutar pelos direitos elementares de sobrevivência humana, sem vinculação explícita a partido político.

¹⁵ A origem do MST tem como referência a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante – Rio Grande do Sul, em 1979. (FERNANDES, 1996; MST, 1998) Mas o acampamento de Encruzilhada Natalino ou do Natalino, na mesma região, instituiu símbolos que marcaram a identidade do Sem Terra e possibilitou a circulação de discursos heterogêneos e/ou contraditórios que constituíram identidades, que ainda hoje se colocam em confronto nos assentamentos.

Se havia no acampamento a Igreja organizando os sem-terra para resistirem às agruras e persistirem na luta por uma Reforma Agrária que os assentasse aqui no Sul, havia os emissários do Governo Federal tentando desmobilizar os trabalhadores e encaminhá-los para projetos de colonização no Centro e Norte do país.

Tomar o religioso e o político na sua relação com ordem implica explicitar o modo como cada uma opera produzindo, no movimento, sujeitos. Na reflexão sobre ordem social, mostramos que a concebemos regida por um elemento próprio que lhe é interno. Assim, quando falamos em ordem regida pelo religioso, estamos considerando que o seu próprio é o caráter sobrenatural e sagrado.

As religiões, em especial as cristãs, conforme aponta Frei Betto (2001), gradativamente vêm atenuando fronteiras entre *alma e corpo, natural e sobrenatural, profano e sagrado* (p.70). Nessa aproximação, o político e o religioso têm construído ponte para uma nova forma de exercício da espiritualidade: a mística. Ela simboliza para nós o fio religioso que se soma a outros na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST.

Para entender do modo como se entrelaçam precisamos esclarecer que concepção de política/político pode sustentar a relação entre o sobrenatural e o social *de aparência tão natural*. Depois então trataremos do religioso/mística e da identidade que vai se constituindo na trama dessa rede de discursos – o Sem Terra.

2.4.1 Política e Político

Não saindo fora da ordem, queremos começar a pensar o político pela desordem, pois, como veremos em Rancière (1996), é pela política que se pode começar a (des)ordem social. Até porque precisamos nos perguntar, como diz a canção dos Titãs, *Quem quer, quem quer manter a ordem?/Quem quer, quem quer*

criar desordem?/É meu dever manter a ordem/é seu dever de cidadão/mas o que é criar desordem?

Tratar sobre um movimento social que teima em mexer com o proibido – a propriedade da terra – é estar entrando num universo de transgressões. Uma transgressão que, em analogia ao que diz Foucault (1976), expõe a altivez de quem ousa ter *consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa contribuir.*(p.12).

Esse já é um gesto político, pois provocar a ordem, a suposta homogeneidade do corpo social e fazer aparecer aí as fraturas que não se soldam, mas só para alguns causam dor, é fazer política e possibilitar a emergência de sujeitos políticos. Rancière (1996), nos mostra que a política existe quando a lógica policial, a que tenta manter os desiguais como se iguais fossem, se encontra com a lógica igualitária. São dois opostos, pois a primeira trata da manutenção da ordem, do acobertamento da existência dos sem-parcela, da não distribuição igualitária dos lucros e perdas. Como afirma o autor: *A polícia não é tanto uma “disciplinarização” dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas.* (p.42). E a outra lógica trata de colocar à mostra a heterogeneidade, de apontar para os efeitos perversos de uma igualdade artificial e é caracterizada pelo autor como *conjunto aberto das práticas guiadas pela suposição da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante e pela preocupação de averiguar essa igualdade.* (p.43) Nessa definição, está a linguagem como primeira condição de subjetivação ou, sendo fiel à AD, de assujeitamento do indivíduo.

No entremeio dessas lógicas a política trabalha fazendo aparecer uma *parcela dos sem-parcela*. E constitui nesse espaço um litígio sustentador da própria política e possibilitador da emergência do político. Dessa forma, a política se configura muito mais como um labor, como um fazer aparecer, diríamos, como uma função e o político como um efeito que não cessa de produzir espaços para a política atuar. Mas ouçamos o que Rancière (p.42) diz ser o fazer incessante da política:

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a designação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.

Retomando as transgressões, a criminalização dos Sem Terra e a suposta desordem, nos perguntamos como o movimento social atua fazendo política e constituindo sujeitos políticos.

Rancière, na citação acima, nos aponta para uma resposta. Se retomarmos a história das diferentes lutas pela terra¹⁶ levadas a efeito no Brasil, veremos que elas sempre se deram no encontro das duas lógicas: de um lado, o aparato policial tentando sustentar a ilegitimidade das demandas; de outro, grupos sustentados na lógica igualitária tensionando em busca de um lugar.

Assim, podemos ver a luta pela terra e o aparecimento do sem-terra como efeito da política que foi contrapondo-as e criando lugar para aqueles que existiam apenas como indivíduos a serem mantidos no seu não-lugar. Dessa maneira, antes mesmo de o MST se instituir o Estado já estava preocupado com *essa*

¹⁶ Para a compreensão desse movimento de discursos que vem desaguar no MST, remetemos a Romão (2002) que percorre a memória das lutas pela terra no Brasil e vai pegando fios, enlaçando-os para nos mostrar que o MST é a eclosão de um movimento que vinha sendo gestado desde o Brasil colônia.

população sem terra... praticamente alijada dos benefícios do nosso progresso, formando um vazio sócio-econômico, tremendamente mais sério que os nossos vazios geográficos. Na justificativa do presidente Castello Branco, para o Estatuto da Terra, está esse ponto interessante para que a política comece a trabalhar aproximando as contradições do próprio Estado e as demandas conduzidas pela lógica igualitária. Esse é, na nossa concepção, o primeiro espaço político que se cria, no regime militar brasileiro, para a emergência do Sem Terra, sujeito político.

Pela conjuntura em que se institui o Estatuto da Terra, a reforma agrária proposta era uma forma de impedir o aparecimento do litígio e não de resolver a situação dos sem-terra. Porém abre espaço para que eles se organizem e tensionem a própria lei pela política, transformem a ordem policial, transgridam-na com novos modos de fazer a reforma acontecer e de dizer de suas necessidades. Está aí então o medo dos *desordeiros, baderneiros*, que vêm perturbar a ordem na desordem social que não deve aparecer. É exatamente onde os sem-lugar, onde os invisíveis passam a ser vistos que os Sem Terra instituem-se como sujeito político que ganha visibilidade pela sua própria voz.

2.4.2 Religioso e Mística

Estamos vendo o religioso na sua relação com a política como o grande sustentáculo da lógica igualitária. É ele que organiza a aproximação das duas lógicas e faz ver, no ponto de encontro, o dano que a concentração da propriedade da terra causa. O religioso que está em questão diz respeito à Igreja

cristã, em especial à *Teologia da Libertação que na América Latina assume conscientemente sua incidência política e suas mediações ideológicas*.(FREI BETTO, 2001, p. 76). A teologia, como nos aponta Fernandes (1996), onde há uma inversão que coloca o povo fazendo intermediação entre a Igreja e Deus.

Na década de 60, toma, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Evangelho como ponto de reflexão que permite aos pobres a compreensão da realidade social, diríamos, começa a fazer trabalhar o aparecimento do dano, logo a política. Já, num segundo momento, seu trabalho com *os pobres do campo* passa a ser mais pontual, instituindo-se, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Junto com Frei Betto (2001), acreditamos que o religioso e o político se imbricam também pelo fato de que foram os sem-parcela que levaram os cristãos a redimensionarem sua ação, pois *diante de tanta miséria foi preciso perguntar por suas causas estruturais e pelas condições de sua superação*.(p.78), onde uma das grandes tarefas é ajudar a fazer ver *o que não cabia ser visto* e, acima de tudo, manter a esperança de que há um horizonte utópico pelo qual temos que lutar.

Entendemos que essa é uma dimensão religiosa onde se dá a inversão apontada por Gaiger (1987) a qual, nas práticas dos Sem Terra, vai ser simbolizada pela mística¹⁷. Desse modo, passamos a tratar o religioso na sua relação com a linguagem e o ideológico.

A mística coloca-se como espaço rico de construção discursiva uma vez que os signos, materiais vivos do mundo factual, são acolhidos e constituem-se de materialidade

¹⁷ Em textos produzidos pela MST, especialmente *Construindo o Caminho* (1986), em textos teóricos como o de Fernandes e Stédile (1999), a mística é abordada com maior detalhamento. É importante ressaltar que é uma prática comum no cotidiano do Sem Terra. Não há atividade que não seja iniciada pela mística. Seja uma marcha, ocupação, festa, reunião de trabalho ou aula, em tudo há o momento da mística.

exatamente onde história, sujeito e linguagem, em condições de produção específicas, se encontram.

As canções compostas no movimento, ou fora dele, mas tendo alguma relação com os Sem Terra; os símbolos do MST, já instituídos, são elementos fundamentais da mística, porém qualquer outro objeto físico ou o imaginário sobre uma pessoa podem ser usados como suporte da materialização significativa que a mística produz.

Na celebração da mística, pode-se encontrar o *ritual* da ideologização dos objetos e produtos, quando esses são ressignificados e acolhidos pelos Sem Terra como símbolos próprios à determinada situação.

Para Bakhtin (1986, p. 35), a existência do signo está condicionada à ideologia. Tais signos se constituem no espaço da *unidade social*, onde os Sem Terra estão colocados como sujeito.

Na AD esse ato de ressignificação dos instrumentos de trabalho e dos produtos da terra representa uma passagem do discurso transversal sobre o conjunto de sentidos *já-lá* inscritos no interdiscurso, quando sujeito/sentido constituem-se e a formulação os corporifica, ao fazer o amálgama entre o lingüístico e o ideológico.

Guardadas as diferenças entre a concepção de sujeito ideológico da AD e o sujeito ideológico consciente de Bakhtin, podemos tomar a mística como momento em que *converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade.* (BAKHTIN, 1986, p. 31).

Considerando que a mística ocorre como parte inicial dos encontros dos grupos Sem Terra, podemos entendê-la como tempo do acontecimento discursivo onde um *objeto físico*, ou não, reveste-se de sentidos, discursiviza-se conforme os

objetivos do grupo responsável pela organização do ato, vindo marcar a pretensão de controle dos efeitos de sentido daqueles gestos, discursivos ou não, que desenrolar-se-ão durante a reunião.

Pretensão apenas, pois nos próprios sentidos de mística que circulam no MST já fica o testemunho dessa impossibilidade de controle. Melo (2003, 113-143), ao tratar sobre a questão da subjetividade e gênero no MST, mostra que pelo menos cinco sentidos da mística circulam: 1) motivação para a luta; 2) sensação de pertença; 3) ampliação da abrangência da luta; 4) resgate do passado; 5) abertura para o novo.

Para caracterizar melhor a mística na sua relação como o movimento contínuo do Sem Terra, trazemos da mesma autora:

Colocada como indissociável da dimensão do sonho com o que há de vir, com o que se pode construir de novo a partir dos desafios postos pelo próprio sonho frente à realidade atual, a mística é constantemente associada à palavra “utopia” (o não-lugar, o lugar que ainda não existe).

A posição da autora nos permite compreender a dimensão projetiva do MST. Nessa busca do utópico, na construção do *Outro mundo possível*, sustenta-se o movimento incessante do sujeito.

O conjunto de saberes a que se assujeita o coletivo de trabalhadores tem, na conquista da terra, a metáfora que projeta a emancipação e a mística vai trabalhando na tecitura da *fé cega* onde religioso e político anulam fronteiras e constituem sujeitos enraizados. A raiz que adentra o solo vai alastrando-se, produzindo sementes cuja dispersão poderá responder pela continuidade do movimento e as possíveis reconfigurações.

A mística aponta para um elemento do universo simbólico que constitui as representações do Sem Terra. Uma multiplicidade significativa constituída como efeito da organização dos trabalhadores rurais por instituições com maior trânsito por campos discursivos onde teoria e prática têm espaço.

Dentro desse universo, inscrevem-se enunciados¹⁸ (DUCROT, 1987) tomados como *palavra de ordem* do MST, e que, na sua enunciação, traduzem os objetivos do Movimento num determinado tempo. Esses enunciados são estruturas de *aparente estabilidade lógica* (PÊCHEUX, 1983) que, colocadas em circulação, ficam expostos à interpretação a partir de diferentes formações ideológicas ou posições-sujeito até de uma mesma formação discursiva.

Essas *estruturas*, em cada retomada, produzem movimento pelo interdiscurso que permite aos caminhantes se depararem com a realidade, se defrontarem com o real, aquele que *Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra*. (PÊCHEUX, 1983, p.29).

As faixas expostas nas caminhadas, as palavras de ordem tornadas *grito de guerra* nas ocupações, os [E]¹⁹ proferidos em coro nas salas de aula, nas reuniões, nas comemorações, são materialidades lingüísticas cujo sentido busca-se assegurar pela representação constante em condições de produção semelhantes.

Na mística temos, além da apresentação de símbolos já instituídos, a construção de signos, a partir de um objeto, produto da terra ou pessoa. Cada sujeito enunciador, nesse ato, constitui-se numa posição-sujeito e encaminha o sentido da

¹⁸ Em Dorneles (1999), analisamos três desses enunciado que começaram a circular logo após a efetiva fundação do MST e Romão (2002) resgata outros que foram postos em circulação antes mesmo da instituição do MST.

¹⁹ Courtine (1981,1982) denomina os elementos de saber de uma formação discursiva de [E], enunciados entendidos como saber estratificado possível de repetição/transformação e está para o interdiscurso atuando no plano da verticalidade, onde governa a repetibilidade nas formulações.

mística determinado pelos saberes que o sustentam nessa posição de coordenador de uma reunião da Saúde, da Educação, da Produção, da Segurança, de um dos diferentes setores da base do MST. Assim como coordena a reunião tenta orientar o sentido do encontro.

O movimento do discurso produzido pelas materialidades lingüísticas, colocadas em circulação, fragiliza esse controle, mostrando que *não há ritual sem falha*. (PÊCHEUX, 1975, p.301). As posições-sujeito materializam isso no interior da própria formação discursiva.

A seleção de canções²⁰ que devem ser cantadas, a indicação dos livros a serem lidos e dos heróis a serem lembrados em cada dia do ano podem ser seguidas à risca, mas sempre terá alguém que dará outro tom à canção, questionará a ação dos protagonistas, ou trocará o nome do herói, ou esquecerá de comemorá-lo. São esses *tropeços* que dão vitalidade ao universo dos discursos, provocam o arejamento necessário para que o movimento da vida não cesse.

2.4.3 Identidade Sem Terra

Até agora estamos falando de sem-terra e Sem Terra sem explicitar a diferença entre um e outro. Uma diferença construída no ponto em que história e língua se encontram. Mas um encontro em que a política força o lugar dos sem-lugar e a lógica policial é surpreendida até mesmo na sua ação sobre a língua. Assim, sem sair da sua ordem própria, inscreve uma nova

²⁰ As canções são compostas pelos próprios Sem Terra ou selecionadas entre as canções populares consideradas pertinentes ao movimento. Estão reunidas no livro *Nosso jeito de cantar* produzido pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, edição de dezembro de 2001. As datas comemorativas constam do *Calendário Histórico dos Trabalhadores*, organizado pelo MST.

identidade: o Sem Terra. Essa não é, como já anunciamos, apenas uma nova forma de grafar um substantivo ou adjetivo, mas é a de mudar a *designação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto antes* (RANCIÈRE, p.42), ou seja, o sujeito que não tinha terra e nem lugar político de representação de suas demandas, de interlocução. Então sem-terra nesse trabalho designa um sujeito duplamente *sem*, pois lhe falta terra e visibilidade, lugar de onde seu discurso seja ouvido, deixe de ser só um barulho. Enquanto Sem Terra é uma identidade construída e não apenas atribuída²¹. Uma construção que tem possibilitado, antes de tudo, a instituição do próprio espaço da luta que vai forçando outros, inclusive na língua.

A conquista desse espaço de inscrição de Sem Terra²² no vocabulário escrito da Língua Portuguesa simboliza uma luta tão árdua, que Caldart (2000, p.17) chega a dizer que os Sem Terra *dobraram a língua*, ao retirarem o hífen do substantivo composto. Do que nós discordamos, porque sob a ótica da AD a língua não é dura e sim flexível, se submete à história, à imperiosa ordem do movimento incessante imposta ao sujeito. Por outro lado, tem razão Caldart, porque o imaginário acerca da língua, constituído sob determinações da lógica policial, a endurece, como mostram Gadet & Pêcheux (1981), a transforma em *língua de madeira*. Mas no ponto de encontro das ciências exatas com a história, com a filosofia e a psicanálise, aí onde se inscreve a AD, vai sendo desvelada outra dimensão da língua,

²¹ Em Dorneles (1998), tratamos a identidade/identificação sobre dois aspectos, o de um procedimento atributivo que se funda na diferença e é externo ao sujeito; a outra concepção é a da identidade como efeito da identificação enquanto processo de subjetivação, ou seja, de emergência do sujeito sob diferentes posições-sujeito.

²² O Formulário Ortográfico -Instruções para a organização do vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa-aprovado pela Academia Brasileira de Letras, em 12.08.1943, determina, no título XIV – Hífen, item h, que recebem hífen os vocábulos formados pelos prefixos *sem, sota, soto, vice, vizo, ex* (com sentido de *cessamento ou estado anterior*), etc.

essa que permite aparentes transgressões sem sair da ordem. É o que acontece com o/os Sem Terra.

Assim nesse espaço em que a política permitiu a visibilidade de uma parcela dos sem-parcela, a língua também deixou desvelar-se e fez aparecer nas suas próprias sistematicidades morfológicas um lugar de inscrição para aquilo que aparentava não ter lugar. Como já nos apontou Indursky (2002), o lugar surge a partir do não-lugar.

O sujeito que assume essa identidade mantém-se filiado ao MST independente de estar no acampamento, no assentamento ou exercendo funções nos diferentes setores do movimento. Desse modo, cabe agora explicitarmos a estrutura da instituição que acolhe tal identidade e a distribui também em lugares.

2.5 ESTRUTURA DO MOVIMENTO

Estamos tomando a estrutura como ponto dado que permite a ancoragem de um processo. A estrutura social, determinada pela ordem social vigente, acolhe os MS opondo resistência. E, exatamente, por isso a condição para instaurar processos que se contraponham ao que está dado, é criar estrutura organizativa que lhes possibilitem construir espaço de movência e minar de dentro o adversário. A estrutura de poder do MST faz uso de estratégias apontadas no processo de lutas como as mais eficazes para fazer contraponto às relações de poder centralizadas²³.

Os sentidos que o movimento vai constituindo não têm materialidade só nos símbolos, nas palavras de ordem, nas

²³ No programa Roda Viva – TV Cultura, agosto/1997, a liderança do MST apontou isso ao dizer: *pela experiência que nós tivemos estudando as Ligas Camponesas e o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais, nós vimos que na luta pela reforma agrária, ter presidente é um perigo.*

canções, na mística. Eles se constituem também na própria estrutura organizativa que caracteriza um movimento de massas. Conforme MST (1995) – Cartilha três, o movimento está estruturado de forma permanente em quatro instâncias que são:

*a) **Direção:** é o núcleo dirigente responsável pela direção, unidade e condução do movimento de massa. Deve estar a nível local, estadual e nacional. b) **Militantes:** são os que dão sustentação, organicidade ao movimento de massa. Ou seja, são pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo entre os objetivos e decisões que a organização toma com sua ampliação na base e no meio da massa. c) **Base:** são os trabalhadores que se identificam com a organização e se sentem parte dela. d) **Massa:** são todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão representatividade ao movimento. É a população atingida pelas mensagens e que pode ou não se mobilizar.*

A direção se exerce desde acampamentos, assentamentos, regiões, estados até o nível nacional e sempre por um coletivo. O MST justifica tal modalidade de partição dos lugares de exercício da coordenação/direção dizendo que *isso permite que mais pessoas participem, aprendam e dividam o poder*²⁴. Deixando o MS dizer o que é, já vimos que as comissões são forma de oposição ao poder centralizado numa pessoa. Os membros de cada coletivo são escolhidos pelos seus pares, mas precisam preencher requisitos estabelecidos como saberes do movimento. A FD dominante delimita o que *pode e deve ser dito/feito e o que não pode não deve ser dito/feito*. (PÊCHEUX, 1975) para que alguém ocupe com legitimidade o lugar na

²⁴ Idem nota 23.

estrutura de poder. Esses coletivos atuam em diferentes instâncias deliberativas também em nível nacional, as quais são cinco.

Entre elas há um coletivo de vinte integrantes, a Direção Nacional, eleitos a cada dois anos no Encontro Nacional²⁵. Desses vinte, quinze participam diretamente das ocupações e assentamentos, mantendo com isso os líderes ligados à base. A mediação entre o MST e os demais setores da sociedade é feita por cinco líderes cujos nomes são do conhecimento público.

Como nos aponta a estrutura de poder do movimento, o lugar do líder poderá ser ocupado por qualquer um desses cinco. A legitimidade do coletivo de líderes não vem da assunção de posições, ela resulta de um processo eletivo interno.

²⁵ Fernandes (1996) apresenta a estrutura de poder do MST dividida em cinco níveis. Assim hierarquizados: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Setores Nacionais que são nove: Relações internacionais, Secretaria nacional, Sistema cooperativista dos assentados, Frente de massa, Educação, Formação, Comunicação, Finanças, Projetos.

3. DOS PONTOS DE ENCONTRO NA CONVERGÊNCIA DAS TEORIAS

Dizemos em francês que não se “pode ir por quatro caminhos” quando se vai direto ao essencial... Mas qual seria, no caso, essa via maravilhosa do essencial, pela qual o “negócio” do qual pretendo lhes falar colocasse-se sob meus olhos como um filme sem volta nem retoque?

Pêcheux (1983, p.18)

Falar de Análise do Discurso é tratar de um aparato teórico tecido pela convergência dos novos paradigmas que balançaram as ciências nos Séculos XIX e XX. Em relação aos estudos da linguagem, podemos considerar que houve uma verdadeira revolução, pois se os estudos lingüísticos ganham um estatuto de ciência capaz de tratar seu objeto desvinculado do historicismo das línguas, para eles convergem outros campos do conhecimento e juntos constituem uma disciplina de interpretação. É, então, de três vertentes teóricas, ou de três novas abordagens dentro das ciências sociais, de onde vêm os pressupostos da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux.

Do Materialismo Histórico de Marx e Engels vem o paradigma que permite compreender a língua como totalidade que comporta sistema e exterioridade afetada pela ideologia; da Psicanálise de Freud e das releituras de Lacan vem o Sujeito dividido, dotado de inconsciente; da Lingüística de Saussure vem a estrutura e o sistema que possibilitarão, pela interferência dos outros dois campos teóricos, a compreensão da língua dotada de impossível.

De cada um dos campos teóricos representados acima pelos seus fundadores vieram questões que provocaram *rebuliço* nas idéias científicas sustentadas na experimentação, na estatística, na observação *objetiva*, no tratamento matemático dos dados. Essa nova forma de abordagem do objeto de estudo configura, na AD, a diferença em relação ao tratamento do sentido.

3.1 MATERIALISMO HISTÓRICO: IDEOLOGIA E TOTALIDADE

Dos marxistas, através do Materialismo Histórico, vem a possibilidade de tratar os fatos históricos como constitutivos da própria cientificidade que uma ciência das Formações Sociais carecia. Na historicidade que permeia, movimenta, os processos sociais que se encadeiam constituindo as condições de produção de uma dada Formação Social, está a sustentação científica para as ciências sociais²⁶ poderem ver além da *prática técnica e empírica*. Sustentação que permite à Análise do Discurso conceber o sentido como encadeado, ligado a um *já-lá* inscrito no interdiscurso.

Michel Pêcheux, ainda assinando como Thomas Herbert, aponta para a segunda e maior contribuição do marxismo à Análise do Discurso: a ideologia como elemento que subjaz a todo processo de instauração de uma ciência.

No universo estruturalista evanescente dos anos 60, temos o início da teorização que vai, ao longo da obra de Pêcheux, consolidar essa relação de filiação da AD, ao Materialismo

²⁶ Para fazer essa afirmação recorremos a Thomas Herbert, nome adotado por Michel Pêcheux, nos seus primeiros escritos. Ele nos mostra a presença da ideologia já no momento fundador de toda ciência. A ideologia, no modo como ele trata nessa fase inicial, é tomada diretamente de Marx. A visão de Althusser será convocada por Pêcheux mais tarde, quando trata do assujeitamento ideológico.

Histórico, colocando como centro de interesse *a superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada*. (PÊCHEUX & FUCHS 1975, p.165).

Temos entendido que o grande feito resultante da consideração à entrada da noção de ideologia nas ciências da linguagem foi possibilitar a Pêcheux dar maior sustentação a não *inocência* da linguagem, exatamente pela injunção ao ideológico.

A busca da totalidade, noção marxista fundamental, traduz nos trabalhos de Pêcheux uma filiação madura, capaz de retomar noções sem por elas se deixar cegar. Esse modo de filiar-se está presente desde os textos de Thomas Herbert até um dos últimos de Pêcheux, *La langue introvuable*, onde se explicitam de modo mais claro as relações entre lingüística e *o modo de produção que domina a formação social considerada*. A ideologia e a linguagem constituem, assim, pontes que vão se estreitando ao longo do percurso teórico até fundirem-se numa totalidade que constitui objetos.

Embora o estruturalismo marque o tempo das articulações fundadoras, ele não significa *a grade estrutural* (DOSSE, 1993) que poderia aprisionar. Ele serve sim como ponto de onde Michel Pêcheux questiona exclusões e/ou separações que a adoção de tal paradigma provoca. Trazendo assim para o campo dos estudos da linguagem a ideologia, tomada como constitutiva. Como já apontamos, começa então a perseguir o ponto onde a ciência e a ideologia possam constituir uma *subjetividade não subjetivista*.

Na primeira parte de *Observações para uma teoria geral das ideologias*, Pêcheux (Thomas Herbert) sustenta a impossibilidade de uma ciência ser considerada dicotomizando-se *prática técnica e prática política*. Ao mesmo tempo em que, trazendo de texto anterior a dupla forma da ideologia, alerta para

o fato de que *prática técnica* e *prática política* formam *um elemento dentro da estrutura de uma prática*. Remete então para a constituição dos objetos pelo duplo efeito do técnico e do político.

Aponta aí para uma questão que levará muito a sério ao longo de sua obra. Com elaboração muito pertinente à Lingüística, em Semântica e Discurso, Pêcheux (1975, p.21) identifica *três tendências que se opõem, se combinam e se subordinam umas às outras sob formas variáveis* nos estudos lingüísticos. Mostra que à AD nenhuma delas é suficiente exatamente porque se constituíram buscando colocar na lingüística a exterioridade que havia sido desprezada pelo corte saussuriano, porém não conseguiram ultrapassar a barreira das ideologias tipo B e continuaram na *prática-técnica* repetindo a divisão entre língua/exterioridade, ciência/ideologia. O sistema com partes explicáveis por ele mesmo e com outras que precisam da exterioridade lingüística continua fechado em si mesmo e margeado por resíduos que, se considerados como parte, poderiam dar aos estudos lingüísticos a materialidade ideológica de que careciam as ciências sociais. Pêcheux nos mostra no texto de 1975 que na busca pela *cientificidade* a lingüística deixa de lado aquilo que, na perspectiva do Materialismo Histórico, é a própria condição da ciência: os processos onde a contradição constitutiva carrega a subjetividade dissimulando-a pelos efeitos da ideologia.

No texto de 1968, Thomas Herbert já mostra a sua preocupação com a explicitação, a partir da dupla forma da ideologia (A e B), do modo como a prática vem impregnar a ciência de ideologia. Nessa busca, ele vai apontar para um novo paradigma para todas as ciências.

As ciências ditas da *natureza* dispõem de uma materialidade empírica observável, de procedimentos *científicos* já consagrados por cientistas como Tales, Galileu, Lavoiser, mas foram submetidas à dupla forma da ideologia, o que lhes deu exatamente o caráter que têm. São as ciências objetivas, matematizáveis, como se não resultassem do encadeamento dos elementos da formação social. Às ciências sociais, em contraponto, reserva-se o caráter da *subjetividade*, da cientificidade vinda de fora. Os processos sociais também não são tomados pelo efeito do encadeamento que eles próprios provocam na estrutura. A não incorporação nas ciências sociais daquilo que lhes é mais próprio, impede que esses processos sejam transformados em objetos teóricos e apague-se a dicotomia entre ciência e ideologia.

A busca incessante pela teorização acerca da presença do ideológico em todas as ciências vem marcar a diferença entre Pêcheux e alguns teóricos de quem se aproxima. Em Thomas Herbert (1968, p.75), a aproximação com Lacan já está assinalada pela ressalva de que

a cadeia sintática dos significantes determina para o sujeito o seu lugar, identificando-o a um certo ponto de cadeia (o significante no qual ele se representa), e que esse mecanismo de identificação não é outro senão o “efeito de sociedade”.

O que está apontado aí vai ganhando desdobramentos nos textos posteriores. No capítulo II de Semântica e Discurso, em nota de rodapé, Pêcheux reafirma o distanciamento, ao retomar que o Sujeito que *interpela os indivíduos em sujeito* é da ordem da ideologia e, com isso, marca a diferença em relação aos

conceitos de Lacan, que poderiam produzir, na teoria, a *reinscrição idealista*.

Na mesma perspectiva, podemos ver as críticas feitas a Foucault em *Remontémons de Foucault a Spinoza*. Ainda que Foucault tenha contribuído com noções essenciais para a AD, a sua reflexão não tem a ideologia como fio condutor, então a fidelidade teórica de Pêcheux não poderia resistir, daí porque a volta a Spinoza, pois neste a ideologia está no questionamento que faz no interior da própria doutrina. Ali a contradição se materializa.

Essa tenacidade com que sustenta a presença da ideologia como constitutiva/constituída dos/nos processos sociais fecha o cerco em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, quando ele mostra que ciências da natureza, tecnologias materiais e gestões administrativas têm um real natural-sócio-histórico atravessado por *uma série de equívocos da ordem do ideológico*. Nada escapa da ideologia, nem ciências sociais, nem ciências exatas. O cerco está fechado.

Do Materialismo Histórico convergiram, então, dois pontos que vão perpassar toda a disciplina de interpretação: *totalidade e ideologia*. Se a ideologia é o que faz o amálgama nos processos sócio-históricos, totalidade é a noção que possibilita compreender a constituição dos próprios processos no lugar da injunção da linguagem à história.

3.2 LINGÜÍSTICA: SISTEMA MATERIAL

A convergência de distintos campos teóricos para o ponto onde se institui a disciplina de interpretação poderia ser vista de modo hierarquizado. Por um princípio da AD é interessante não

seguir nenhuma hierarquia, entretanto, a lingüística fica como um suporte primeiro que se expõe aos princípios dos outros campos, e lhes impõe limites os quais, ao atravessarem o objeto, a língua, vêm colocar novas interrogações para a ciência que surgiu fazendo exclusões²⁷.

O aporte do Materialismo Histórico impõe uma visão reunificadora daquilo que a lingüística apartou. Na língua, abre-se espaço para o que era externo.

A língua, em AD, é material e não abstrata. Materialidade que advém exatamente dos pressupostos marxistas e psicanalíticos. O sujeito, enquanto efeito sócio-histórico, portanto não indivíduo, habita a língua que ganha assim opacidade e foge aos postulados idealistas que a concebem transparente. O sistema mantém-se como lugar das sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas, entretanto elas precisam dar conta de um língua não mais separada da vida. A ciência, a lingüística, responde pela ordem da língua naquilo que diz respeito ao sistema que, nos processos discursivos, é atravessado pela história e o sujeito. Isso permite que a língua adquira materialidade, espessura. Eles vêm acrescentar a possibilidade do equívoco, da transgressão às regras. Leandro Ferreira (2000) mostra que a passagem de ambigüidade como *defeito, problema* lingüístico, para o equívoco como produtivo e próprio da língua, contribui para o deslocamento da concepção de língua abstrata para a forma material.

A diferença entre a língua como sistema abstrato e a materialidade lingüística decorre da teorização onde os pressupostos marxistas e os psicanalíticos são incorporados, mas

²⁷ As exclusões impostas pelo corte saussureano, no momento da instituição da ciência lingüística, são sintetizadas na divisão língua/fala que acarreta a exclusão do sujeito e da historicidade. O sistema prevalece sobre a subjetividade. Reconhece-se, com o CLG, uma língua-estrutura.

redimensionados em alguns pontos. Pêcheux (1975) e Pêcheux & Gadet (1982) questionam o modo como os soviéticos, dentro do marxismo, continuaram tratando a lingüística sob pressupostos idealistas. O fato de os materialistas considerarem a língua como pertencente à superestrutura ideológica de uma formação social, assinala, para os autores, a existência de separação entre a língua viva, pertencente ao nível da infra-estrutura, e a língua do Estado. História e língua são inseparáveis, pois são efeito do trabalho do sujeito nos dois níveis.

Orlandi diz que o que interessa ao analista do discurso *não é a organização da língua (pensada na lingüística sob o modo de oposição ou de regra), nem a organização social (classe, grupo). O que interessa é a ordem da língua.* (ORLANDI, 1998, p.18), ou seja, as suas sistematicidades e a possibilidade do equívoco, do jogo sobre as regras. Nesse sentido, há um sistema, um real impossível de ser ignorado, mas com espaço para o jogo, com falhas, conforme diz Gadet (1981), abertura para o sujeito e a história.

Um belíssimo exemplo de como a história está na língua já vimos com a inscrição do substantivo o Sem Terra no vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa. Mexeu-se na organização, mas sem sair da ordem da língua.

3.3 PSICANÁLISE: ATRAVESSAMENTO PRODUTIVO

A filiação da AD à Psicanálise, como já formulamos, emerge nos primeiros textos de Pêcheux. Há, entretanto, um distanciamento entre a adoção de pressupostos da Psicanálise e a explicitação disso. Essa filiação se faz essencialmente pela adoção da concepção de sujeito dividido, não dono da sua

vontade. A consideração ao sujeito dotado de inconsciente remete à releitura de Freud por Lacan, porém a filiação ao marxismo impõe os processos sócio-históricos, como espaço de produção do mundo simbólico que constitui os objetos formadores do inconsciente.

Thomas Herbert (1968), já mostrou isso na retomada do enunciado de Lacan que trata da relação entre significantes e a identificação do sujeito na cadeia simbólica. À teorização de Pêcheux interessou sim a estrutura, a cadeia de significantes como espaço da relação que possibilita ao sujeito reconhecer-se no Outro, agora, o modo como esse Outro é configurado, como os objetos que vem constituí-lo são produzidos, é de outra ordem.

Gadet et alii (1993, p. 48-54) apresentam questões que permitem compreender que a não explicitação das aproximações e articulações da psicanálise com a AD é efeito da conjuntura político-científica dos anos 60. Nos últimos trabalhos de Pêcheux, especificamente em *La langue introuvable*, as aproximações e articulações se mostram de modo mais explícito. Há remissão a conceitos forjados por Lacan e desenvolvidos por Jean Claude Milner. Essas articulações aparecem em outros autores cujas concepções são solidárias com a AD, tais como Henry (1977) e Authier (1984, 1990).

Orlandi (1996, p. 144-147), explicita o atravessamento que a teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) faz nas três regiões que constituem o quadro epistemológico da AD, ao mostrar que na constituição do sentido *há a relação necessária da ideologia com o inconsciente* (p.145). A materialidade dessa relação está no equívoco. *O equívoco enquanto constitutivo da relação do sujeito com o simbólico, qual seja sua relação com a ideologia e o inconsciente.* (idem p.146) O equívoco enquanto

ilusão necessária do interpretante, ilusão de origem e propriedade do sentido. A ideologia e o inconsciente fazem com que haja deslocamentos e deslizos sem conhecimento do sujeito. Há uma determinação inconsciente e ideológica no dizer, no modo como esse se constitui, no permanente movimento que faz flutuar um fio específico pelo interdiscurso, enquanto pré-construído, e depois desaguar numa formulação.

A produção teórica da AD tem registrado trabalhos que enfatizam mais contribuições da Psicanálise ou questionam o modo desse *atravessamento*. Muitas são as questões que demandam maior reflexão, entretanto nos deixamos conduzir, com predominância, pelas articulações entre lingüística e materialismo histórico com os atravessamentos da Psicanálise.

3.4 TEORIA DO DISCURSO: ENCONTRO ANUNCIADO

A teoria do discurso *como teoria da determinação histórica dos processos semânticos* (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 164), só pode ser tratada na sua relação com os outros três campos teóricos que convergem para a construção da disciplina de interpretação.

A primeira questão que se coloca é a da relação posta por *determinação histórica dos processos semânticos*. Sabemos que a semântica só tinha na história, a sua própria história atravessada pelos tratamentos lógico-lingüísticos, os quais objetivavam mantê-la distante daquilo que lhe é mais próprio, a relação com a historicidade constitutiva do sentido. Essa é uma história temporal, diacrônica que, como aponta Guimarães (1995), não possibilitou o amálgama entre lingüístico e histórico.

A questão do sentido se coloca, tanto para os filósofos quanto para os lingüistas, como espaço de tensão. Depois de Bréal, final do século XIX, passando por Saussure, Benveniste, Austin, Searle e Ducrot até a AD, os estudos lingüísticos, como aponta Guimarães (1995), careceram de um aporte teórico que possibilitasse a *inclusão da história* no sentido.

Pêcheux (1975) vê como ponto dessa tensão o fato de que as teorias lingüísticas tomam o objeto de estudo, a língua, como ahistórica e assim buscam explicar a relação com a história, seguindo a lógica das linhas paralelas, as quais nunca se encontram.

Temos entendido que a teoria do discurso convocada na AD, embora no primeiro momento estivesse mais relacionada à lingüística, tem como suporte fundamental a obra de Michel Foucault. Pêcheux, como sabemos traz de lá a noção de formação discursiva e dá a Foucault lugar na AD, tomando-o com certa distância epistemológica. Mas vemos que Courtine (1981), mesmo respeitando essa distância, traz de Foucault maiores contribuições para a teoria do discurso que está na base da AD. Destacamos a noção de enunciado na sua relação com a dispersão e também o deslocamento de documento para monumento, tratados por Foucault (1969) – *Arqueologia do Saber*, obra fundamental para os analistas de discurso, exatamente por esses embriões da teoria.

Assim a *teoria do discurso*, que se coloca como uma das três regiões do conhecimento científico que se articulam para constituir a AD, já é um efeito da própria articulação entre as teorias que representam a língua, a história e o sujeito. As noções que vêm constituí-la, como é o caso da Formação Discursiva, podem vir de outros quadros teóricos, mas na AD são

reconfiguradas, segundo a perspectiva da não separação entre ciência/ideologia.

Não são as teorias que se reconfiguram, mas é a incidência de um quadro epistemológico diverso que produz um outro objeto. Dessa forma, o sentido não está na língua, porque essa é semantizada na relação discursiva.

A AD não só trata da constituição dos sentidos, como também instaura um processo de construção gradativa da teoria da determinação histórica dos processos semânticos, os quais, pela historicidade, movimentam sentidos e sujeitos.

Nosso propósito nesse capítulo foi determinar o foco do olhar sobre a materialidade lingüística que vai se mostrando para o analista, exatamente como efeito da confluência dos campos teóricos tratados. São eles que nos permitem, na sua fronteira, recortar universos.

Já foi nesse lugar fronteiro que buscamos situar os MS, como campo discursivo que abriga, de modo privilegiado, o político e o religioso que criam espaço de visibilidade do antes inexistente, permitindo a emergência de novos sujeitos políticos.

4. DA FORÇA DAS FORMAÇÕES

O único sentido da história é a história que nos faz sentido.

Castells (2001, p.95)

Não há como dizer do nada. A sustentação do olhar do analista está na base teórica. Uma base que é efeito da construção orientada pelas inquietações que provocam o pesquisador. O percurso que projetamos já diz do aparato teórico-metodológico básico para desenvolvermos a pesquisa. Há um observatório a ser construído, há espaços, lacunas a serem preenchidas para que a consistência do olhar analítico se faça sentir ao longo do trabalho.

Já mostramos o processo constitutivo da disciplina de interpretação e agora passamos à explicitação das inter-relações estabelecidas entre as formações, pois elas simbolizam os três campos do conhecimento implicados na AD.

Pelo materialismo histórico chegamos à formação social e à formação ideológica; pela psicanálise, conjuntamente com a lingüística, chegamos às formações imaginárias e, com recurso a todos os campos, chegaremos à formação discursiva.

Erigir um observatório, a partir dessas formações, significa poder circular com segurança pelo campo conceitual da AD, em busca da apreensão do movimento que produz dispersão do sujeito e do sentido.

Muitos já disseram o que estamos pretendendo dizer neste capítulo. Todas as vozes que têm dito isto somam para a necessária sustentação da posição teórica. No dizer novamente, novos sentidos se agregam e permitem maior explicitação da

teoria. É um princípio da própria AD, em cada enunciação de um mesmo enunciado o sentido vem a ser outro. As condições de produção determinam essa variabilidade do sentido.

O léxico traz uma riqueza de vocábulos que se formam pelo acréscimo do sufixo *-ção* e apontam para processos, para movimento. A palavra *formação* é um deles. Torna-se interessante pensar a relação entre o gesto de formar, compor algo, e a formação enquanto substantivo que nomeia um conjunto de objetos constitutivos, seja de um grupo social, de projeções imaginárias, de um conjunto de idéias ou saberes determinantes de posições subjetivas. Se de um lado há o verbo que aponta para composição, por outro, há o nome apontando para a forma, para o efeito do gesto. A formação, como espaço que reúne práticas, princípios, saber, posições, adquire um caráter de formatação com estabilidade provisória. Remete para a idéia de delimitação estabelecida a partir do interior. Há fronteiras reguladas pelas relações entre os elementos que coexistem, que se movimentam. Historicidade e contingência estão na base das formações. Começamos a especificar melhor o entendimento do que vem a ser cada tipo de formação e suas inter-relações num processo discursivo, a partir das formações sociais.

4.1 FORMAÇÃO SOCIAL

A formação social não pode ser entendida apenas como grupo humano, mas como espaço delimitado pelo conjunto de práticas, normas, princípios, tradições que organizam determinado grupo. São as próprias formações sociais que delimitam esse espaço, regulamentam as trocas sociais. São o real que rege o social e impõe-se ao sujeito que com ele

relaciona-se. Elas representam o exterior que submete os sujeitos levando-os a um processo de assujeitamento, via formações discursivas, onde poderão constituir-se em *bons ou maus sujeitos*. Pêcheux (1975, p. 213-232).

Kehl (2002), ao tratar sobre as implicações da proibição do incesto na civilização, retomando Lévi-Strauss e Lacan, mostra que as formações sociais simbolizam a exterioridade que se apresenta como materialidade que regula as relações no grupo social e se refrata nas formações imaginárias. A constituição das formações sociais traz implícito o processo civilizador. Uma determinada norma de conduta traz consigo o acúmulo de avanços e retrocessos que constitui a civilização. Kehl, a respeito disso, afirma:

Nas sociedades primitivas, tais como foram estudadas por Lévi Strauss, as estruturas elementares do parentesco são, como lembra Lacan, aquilo que assegura a cada homem um lugar e um valor na dinâmica que regulamenta as trocas sociais. A confiança, não necessariamente consciente, do sujeito nas estruturas que o localizam no grupo faz com que a interdição do incesto adquira um sentido como que vindo de fora, inscrito nas formações sociais que submetem o sujeito e prescrevem as conseqüências das eventuais transgressões. (p. 108)

A afirmação de Kehl permite relacionar formação social à realidade empírica que se apresenta como o já existente, o pré-construído sobre o qual novas redes de discursividade se instauram. Essa realidade, contudo, resulta da historicidade que movimenta os processos sociais. A origem de saberes que se projetam numa formação social pode ser localizável na amplitude da história da humanidade, assim como pode ficar perdida nos

tempos. Elas são reguladas por códigos, por manuais de comportamento, por condutas tradicionais, por práticas sem que, necessariamente, tragam explicitadas as origens. Elas simbolizam o social.

Na perspectiva discursiva, sabemos que o assujeitamento pressupõe a pré-existência de saberes os quais, por um movimento do intradiscurso sobre si mesmo, são recortados e acolhidos numa determinada formação discursiva. Esse grande conjunto de saberes, o interdiscurso, traz as formações sociais, para o processo de assujeitamento, discursivizadas. É possível entendê-las como a exterioridade que presentifica a ideologia no discurso. O movimento sócio-histórico as constituiu e lhes deu a forma de estrutura sujeita à desestruturação/reestruturação pela ação das práticas sociais, especialmente as discursivas.

Embora sejam importantes as considerações trazidas de Kehl, é com Althusser que recolocamos as formações sociais no seu lugar mais próprio: o marxismo. Althusser (1969, p.105-142), em texto onde retoma concepções de Marx acerca da reprodução das condições de produção, escrito ao final da década de 60, confirma as formações sociais como efeito das relações de produção, tendo como dominante uma classe. Assim o autor afirma que, para existir, *Toda formação social, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, tem que reproduzir as condições de sua produção. Portanto, tem que reproduzir: 1. as forças produtivas; 2. as relações de produção existentes.* (p.105)

Também nesse texto, o autor formula a Teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs e mostra que as lutas de classe no interior da formação social se dão através desses aparelhos.

A complexidade da formação social traduz-se em lutas pelo poder. Na perspectiva de Althusser, a organização do Estado tem sempre os interesses da classe dominante como determinante. Dessa forma, situar as lutas pela posse da terra no Brasil significa a retomada da história, considerando o Estado como principal protagonista, e encontrar os sentidos em que ela vai se constituindo nas diferentes classes.

Tais sentidos têm nos apontado para posições antagônicas. Para os grandes proprietários a terra simboliza um bem de capital e impõe-se então tensionar a formação social para manter a posse desse bem. Os pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores rurais assalariados e os trabalhadores subempregados que já foram incorporados ao cenário urbano ressignificam a terra como meio de vida, como espaço de produção/reprodução das condições de existência simbólica e material.

Na perspectiva de Althusser, podemos dizer então que, no Brasil, a partir da década de 70, dois grandes grupos polarizam a *luta de classes* no campo minado por ideologias antagônicas e instituem movimentos tanto pela manutenção da posse da terra, quanto pela conquista da *terra para produzir*. Eles tensionam a formação social no interior mesmo dos AIEs, confirmando o que diz Althusser (1996): *os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não apenas o alvo, mas também o lugar da luta de classes, e, freqüentemente, de formas encarniçadas de luta de classes*. (p. 117). Como efeito dessa luta inscreve-se na formação social o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.

A instituição desse movimento social rural no universo das lutas ideológicas determina novos lugares sociais e, como já vimos, enfrenta a (des)ordem social, desafiando a formação social para constituir-se sob outra ordem. A partir desses

lugares, posições vão sendo assumidas com configuração própria às posições ideológicas dominantes. Os sujeitos se submetem, para ter legitimidade, àquilo que se apresenta como sendo a realidade, mas sempre determinados pela posição ideológica que lhe é dominante. Embora os lugares venham a ser ocupados, numa perspectiva de posições sociais, a garantia de manutenção dos mesmos vem da possibilidade de serem assumidos por diferentes posições-sujeito. Desse modo, os processos discursivos deixam a formação social sempre sujeita à inscrição de novos lugares e também à reconfiguração dos já existentes.

4.1.1 Formação Social: realidade discursiva

A aproximação da noção de Formação Social ao discursivo pode se dar pela relação com uma estrutura²⁸, concebida sob pressupostos dos campos teóricos implicados na AD, o que dá à estrutura uma dimensão que suporta o acontecimento da emergência do sujeito/sentido.

Da lingüística vem a estrutura enquanto sistema de signos que tem funcionamento por si próprio, constituindo-se de valor nas relações internas, sem abertura para aquilo que lhe é exterior. Saussure (1916) demarca essa separação ao proceder o corte, mas ao mesmo tempo possibilita que a estrutura seja incorporada pelo lingüístico e a língua passe a ser explicada como sistema relacional. Isso é insuficiente para os

²⁸ Dor (1994, p. 24), tratando sobre a estrutura em psicanálise traz uma definição formulada por Jean Piaget que se aplica à estrutura em geral *Uma estrutura é um sistema de transformação que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva e se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas ultrapassem suas fronteiras ou recorram a elementos exteriores. Uma estrutura comporta três características: totalidade, transformação e auto-regulação.* Também Dosse (1993), ao mostrar de onde vem o conceito de estrutura, relaciona-a a totalidade. Ele diz *O termo assume então o sentido da descrição da maneira como as partes integrantes de um ser concreto organizam-se numa totalidade.* (p. 15).

discursivistas, entretanto é o ponto de ancoragem, aí está a língua enquanto estrutura que vai abrir-se para o sujeito e para a história.

Também temos que trazer sempre presente que é pela lingüística que a estrutura entra no universo das ciências humanas (DOSSE, 1993) e ganha contornos próprios a cada ciência.

O sujeito movimenta essa estrutura e lhe dá materialidade ao colocá-la em contato com outras estruturas. Leite (1994), situada nos pressupostos da psicanálise, mostra que a estrutura para Lacan remete à articulação da tríade – Real, Imaginário e Simbólico – formalizada através do Nó Borromeano. Nele as três instâncias constituem-se na interdependência. Não há, assim, como desmanchar um elo do nó sem que todo ele se desmonte. Leite aponta que a estrutura é, pois, aquilo que constitui o sujeito pela articulação dos três, quando *o sintoma os coloca como estruturantes de maneira a intromisturar o sujeito em relação a cada um desses registros. A estrutura, enquanto tal é constituída e pré-constitui qualquer sujeito.*(p.54)

Cada uma dessas estruturas suporta um real²⁹ que, nos processos discursivos, tangenciado juntamente com o real sócio-histórico, atua como constitutivo do sentido/sujeito. O social coloca-se como materialidade que determina o pensamento. Há *o primado do ser sobre o pensamento* (PÊCHEUX, 1975, p.255). A realidade, o social, apresenta-se como uma estrutura resultante das relações imaginárias tecidas pela conjunção das três ordens de real: a do inconsciente, a da língua e a dos processos sócio-históricos. Essa realidade apresenta-se com espaços estáveis, com lugares formatados que se deixam ser ocupados e discursivizados.

²⁹ Ver item 5.3

A estrutura, como base para a emergência do sentido, tem características de *estabilidade lógica não variável e também de estabilidade variável*. Pêcheux (1983) trata isso como *universo logicamente estabilizado e universo de estabilidade lógica variável*. Em ambos os universos apresentam-se lacunas, espaços vazios, pontos para a discursividade operar e movimentar até mesmo o que aparenta *estabilidade lógica não variável*. Aponta ainda o autor que são as gestões científicas, administrativas e políticas que, com seus *ritos eficazes*, dão o caráter de estabilidade à realidade. Isso não nega, porém, a existência do real portador de um impossível que lhe é próprio e que nunca chega a ser captado na sua totalidade pela linguagem. A parte do real que é dada a conhecer apresenta-se como efeito de um processo discursivo. Uma construção que se universaliza como saber coletivo, adquire o caráter de realidade *impossível de não ser assim* e é incorporada às formações sociais.

Pêcheux (1983) parte do saber galileano acerca da física para sustentar que o *real* apresentado é efeito de uma construção, diz ele:

O momento de ruptura galileana abriu a possibilidade de construção do real físico enquanto processo, delimitando o impossível próprio a este real, através das relações reguladas combinando a construção de escritas conceptuais e a de montagens experimentais...(p. 37).

As formações sociais são então o espaço de visibilidade dos efeitos de processos que elas mesmas desencadeiam, a partir daquilo que organizam, sob a forma de realidade que permite a ilusão de que *isso é real*.

Pêcheux (1969), ao iniciar a explicitação da relação entre os elementos constitutivos do discurso, especialmente língua e condições de produção, associa formação social à noção de condições de produção. Tratando sobre o modo como um sociólogo percebe a fala de um deputado na Câmara, Pêcheux nos leva a ver que *formação social* aponta para um espaço social onde relações de forças antagônicas se estabelecem. A formação social, nessa perspectiva, está diretamente relacionada ao empírico, à realidade da qual fazem parte os interlocutores. Diz o autor que o sociólogo tomará tal discurso

como uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais, nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo pois, a certo lugar no interior de uma formação social dada. (p.77).

O lugar está pré-configurado e quem ocupá-lo deve investir-se daquilo que as formações sociais determinam que é *um deputado, um porta-voz, um professor*. Romper com esse ritual é possível, pois *não há ritual sem falhas* (PÊCHEUX, 1975, p. 301), entretanto o deslize pode tirar a legitimidade do orador.

Na seqüência, está a afirmação que permite associar as duas noções e também entender condições de produção ainda muito próximas à noção de contexto. Vejamos o que diz:

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição;

é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse ou então está 'isolado', etc. (idem, p.77).

O locutor, ocupando um lugar social, investe-se de condições contextuais, entretanto o que importa ao analista é chegar à posição que o locutor se atribui, se constitui no ato da enunciação, o que só será possível explicitar a partir da entrada na teoria das formações ideológicas e discursivas.

Em texto posterior, onde Pêcheux & Fuchs (1975) fazem atualizações e traçam perspectivas para a AAD, ao serem apresentadas as três regiões do conhecimento que se articulam e constituem o quadro epistemológico da AD, o materialismo histórico é tratado como

teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias...(p. 163) deve dar conta das relações entre a superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada. (p. 165).

É no interior da formação social que a materialidade ideológica se gesta. Práticas sociais e idéias constituem tal materialidade. No momento dessa atualização teórica, a teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, de Althusser, coloca-se como fundamento para a compreensão da relação entre processos produtivos e a vinculação ideológica que leva todo o sujeito *a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção* (ALTHUSSER, 1969, p.166). Como sabemos, é nos AIEs que se trava o embate entre as classes e se dá estrutura à materialidade ideológica. Neles os antagonismos das classes são dissimulados. O AIE Religioso, por exemplo, reúne todos em torno da fé e da crença em

determinados dogmas. Todos caminham juntos na procissão. Estão a serviço da fé. A formação social determinada acolhe isso como realidade de aparente homogeneidade; mas se fizermos intervir a noção de formação ideológica, veremos que cada AIE é recortada em regiões, onde as classes se dividem, se fracionam pela interferência de outras forças (o direito, a moral, o conhecimento, Deus, etc.) que fazem emergir formações ideológicas.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a formação social é o palco onde se tramam as lutas de classe que, interiorizadas e dissimuladas nos AIEs, materializam a ideologia nas práticas sociais discursivas e não-discursivas.

A articulação proposta por Pêcheux entre três regiões do conhecimento, especialmente entre lingüística e materialismo histórico, é retomada em Semântica e Discurso com maior aproximação e até mesmo demarcação de fronteiras entre o sistema da língua e a ideologia. Aproximando mais as duas regiões, Pêcheux (1975, p. 85–94) mostra que a lingüística, enquanto *teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo* é uma ciência que tem mecanismos para dissimular o ideológico. Aponta para a necessidade de trabalharmos o sistema na articulação com a *teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, que, por sua vez, é parte da ciência das formações sociais*. (p. 91).

Nesse sentido, a língua tem mecanismos sintáticos, fonológicos e morfológicos que permitem a qualquer formação ideológica simular que tal processo é regido apenas pela ciência. Pêcheux aponta para o fato de que a língua inscreve-se nas formações sociais, por isso mesmo, apresenta-se como base comum de processos discursivos diferenciados.

Os processos discursivos, como já foi apontado, carregam o social que, conjuntamente com a linguagem, é permeado pelo ideológico. Assim, para podermos avançar na compreensão do modo como as formações somam forças na constituição do sujeito, passamos a tratar sobre formações imaginárias.

4.2 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

A anunciar o título já estamos trazendo aporte teórico que aponta para a construção de posições subjetivas, para o sujeito que se constitui por um gesto imaginário e se coloca ali onde imagina estar. Como já sabemos, na perspectiva de Lacan, são três registros que respondem pela estruturação do sujeito. O sujeito ganha existência por um duplo movimento no imaginário, pois se identifica pelo simbólico com o Outro e reproduz em si aquilo que imaginariamente formula com base no que lhe é dado a ver e, de outro lado, é identificado pelo outro sob efeito do imaginário.

Considerando o foco deste trabalho, nos parece pertinente iniciar a análise da noção de formação imaginária pelo lugar do orador num processo de interlocução.

4.2.1 Formações Imaginárias: demarcação de lugares

Pêcheux (1969), ao introduzir, na teoria, condições de produção, mostra, conforme já citado, que a posição social do orador, o lugar que ele ocupa na formação social constitui as

condições de produção que determinam efeitos de sentido daquilo que é dito.

Ao dizer isso, entendemos que Pêcheux situa o orador numa posição social não subjetiva no interior da formação social. Há um lugar socialmente configurado *no interior da relação de forças existentes entre elementos antagonistas de um campo político dado*.(p.77).

Na seqüência do mesmo texto, o autor mostra que *o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio* (p.77) e que quando o orador retoma esse discurso, remete seus interlocutores ao que está sendo evocado e com isso eles têm elementos que, acrescidos da situação presente, permitem outras posições ou *deformações* relativas ao que está sendo dito, as quais precisam ser consideradas pelo orador para que a interlocução se estabeleça de modo mais produtivo.

Ao considerar posições dos seus interlocutores, o orador passa a construir a imagem do lugar que deve ocupar para poder *lhes falar assim* e obter a adesão dos mesmos. Faz isso a partir da sua *habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte*. A imagem que o orador forma constitui-se na antecipação do que o outro vai pensar acerca do que é dito e *parece constitutiva de qualquer discurso*. (p.77). Ao falar, o orador tem a imagem do ouvinte não como um ser empírico situado na formação social, mas como interlocutor constituído nas relações estabelecidas nesse ato mesmo de enunciação. Os lugares que ouvinte e orador passam a ocupar são constituídos pela intervenção do imaginário.

Para situar os elementos estruturais implicados na situação de interlocução, Pêcheux busca em Roman Jakobson o esquema informacional e produz algumas modificações e deslocamentos. Assim os elementos A e B (destinador e destinatário) são considerados como representações ou imagens. Diz Pêcheux que

Fica bem claro, já de início, que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos faz sentido, resulta, pois, dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social. (p. 82).

Entretanto, esses lugares, nos processos discursivos, serão ocupados por representações que se fazem os interlocutores, as quais não têm correspondência fiel às posições dadas como *feixe de traços objetivos* (p. 82), mas que designam uma série de formações imaginárias dos lugares que os interlocutores (A e B) se atribuem.

4.2.2 Formações Imaginárias: perturbação na mensagem

Ao propor isso, Pêcheux já produz um deslocamento no esquema *informacional derivado das teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação* (p. 79) e começa a abrir espaço para a entrada, nas teorias lingüísticas, da concepção de sujeito não-consciente. No entanto, temos entendido que o deslocamento mais significativo e que prenuncia a visão discursiva de sentido, está na redefinição de mensagem (D) para discurso. A simples transmissão de informação entre dois interlocutores não terá espaço na teoria que tomará como pressuposto a concepção de sujeito afetado pelo inconsciente, não-senhor de si e, por isso mesmo, incapaz de transmitir uma mensagem com garantias de que ela chegará a um outro, também dividido, sem *deformações*. Ao fazer a troca de mensagem por discurso, afirma Pêcheux que:

O que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um efeito de sentidos entre os pontos A e B. (p.82).

Desse modo, o próprio referente (R) não tem mais unicidade, uma vez que ele é representado nos processos discursivos e tal representação se dá atravessada por formações imaginárias. Elas fazem o laço entre a subjetividade e o *feixe de traços subjetivos*, fazendo com que a realidade seja simbolizada como efeito imaginário, como nos aponta Pêcheux, ao dizer:

Convém agora acrescentar que o “referente” (R no esquema acima, o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física.(p.83).

As formações imaginárias são tratadas por Pêcheux (1969) na AAD-69, no momento teórico que simboliza os primeiros ensaios da disciplina de interpretação que incorporará depois noções mais próprias para a compreensão das relações entre formação social e formações imaginárias. Num estágio posterior – AAD-75, quando Pêcheux & Fuchs propõem a atualização e novas perspectivas que reformulam alguns aspectos da teoria, a questão das relações entre imaginário, linguagem e realidade passa a ter, na teoria dos AIEs, mais condições de explicitação. A relação entre formações ideológicas e formações discursivas exemplifica isso, pois aí se articulam lugares sociais, posições imaginárias assumidas sob determinadas condições de produção.

São as formações discursivas que abrirão espaço para que se vislumbre as relações entre imaginário, ideologia e linguagem. Por elas chegaremos até a constituição do sentido e do sujeito atravessados pelas formações imaginárias.

4.3 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

Embora a ideologia já venha sendo discutida em outros momentos do trabalho, queremos abrir aqui um espaço para tratá-la de modo mais específico. Na forma como a concebemos, ela se co-relaciona à linguagem e ao sujeito, daí então seu caráter constitutivo dos processos sócio-históricos, em especial dos discursivos. Temos entendido, como já falamos, que é pela consideração à presença do ideológico na linguagem que se marca a singularidade da AD em relação a outras teorias que tratam sobre o sentido/sujeito. E o modo como se dá o imbricamento entre o simbólico e o ideológico coloca questões para pensarmos um novo paradigma para todas as ciências. Podermos ver a ideologia, como constitutiva de todo fazer humano, torna-se possível a partir da compreensão do processo de assujeitamento. Assim, tratamos agora de explicitar essa noção nas suas inter-relações com as demais formações, o que nos permite ir do factual ao teórico-discursivo, sem nos afastar de uma posição *subjetiva não-subjetivista*.

As definições de ideologia são muitas. Isso é pertinente ao seu próprio caráter de objeto *abstrato* que se reveste de materialidade sob determinadas condições *concretas* de existência. Ela se apresenta onde pensamos expurgá-la. Coloca-se como algo que parece escapar quando queremos prendê-la e que retorna quando não a desejamos. Um viés para abordá-la é o

do marxismo, pois é exatamente por aí que se vislumbra a presença desse objeto *abstrato* em todas as práticas. Desse modo, passamos a tratar da noção de formação ideológica considerando a convergência de campos teóricos que constitui a AD.

4.3.1 Ideologia

A ideologia é definida por Althusser (1969 p.126) pela tese: *I A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.* Logo, essa é a concepção tomada como pressuposto para conduzirmos nossas reflexões acerca das relações constitutivas de sujeito e sentido, na perspectiva proposta por Pêcheux. Assim, a ideologia é concebida como algo que tem existência, mas que só adquire materialidade ao amalgamar-se, via práticas sociais, com uma base empírica existente na formação social, tal como a linguagem.

Ideologia, língua e sujeito vêm constituir o discurso numa afetação concomitante, onde o sujeito ao se submeter ao jogo da língua entra também na história e dota o sistema formal abstrato de uma natureza material histórica. Nesse jogo, sujeito e sentido emergem e, ao mesmo tempo, corporifica-se a história constitutiva dos objetos simbólicos. Essa é a forma como, pelo discurso, *os indivíduos humanos, ou seja, sociais, são ativos na história – como agentes das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e reprodução.* (ALTHUSSER, 1969, p. 137).

Orlandi (1998) assim define a noção de ideologia própria à AD:

A ideologia não é assim um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a

ideologia é a necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. (p.18).

A noção de ideologia como materialidade traz consigo a noção de contradição que, originariamente, resulta das relações estabelecidas entre as classes. Como já foi dito, a ideologia corporifica-se nas lutas/pelas lutas de classe, entretanto as duas classes não se apresentam como blocos homogêneos. As relações que nelas se estabelecem são atravessadas pela contradição que advém da coexistência de diferentes formações ideológicas na formação social.

A ideologia até aqui tratada como o um, o singular, como algo onde o sujeito fica imerso, tem um atravessamento recíproco nas ideologias, as quais podem ser apreendidas a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs. Como sabemos, Althusser, ao reler Marx, forja a teoria dos AIEs e vai, com isso, clarificando o modo como se dão as relações entre os dois níveis da sociedade, a infra-estrutura e a superestrutura. Relações essas responsáveis pela reprodução e transformação da força de trabalho e dos meios produtivos.

Os AIEs, sob a tutela de uma classe dominante, funcionam reproduzindo a ideologia dominante num processo assim definido por Althusser (1969, p. 139), em nota escrita em 1970:

As lutas de classes nos AIEs são apenas um aspecto de uma luta de classes que vai além deles. A ideologia que uma classe detentora do poder transforma na ideologia dominante, em seus AIEs, de fato se “realiza” nesses AIEs, porém vai muito além deles, pois vem de outro lugar. Similarmente, a ideologia que uma classe

dominada consegue defender, dentro e contra esses AIEs, vai além deles, pois vem de outro lugar.(p.140).

Torna-se importante reafirmar que os AIEs simbolizam a realidade organizada em forma de instituições, as quais funcionam pela ideologia e, secundariamente, pela repressão. Althusser afirma: *Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.* (p.117).

É nesse sentido que antes afirmamos que a ideologia tem um atravessamento recíproco nas ideologias, pois se os AIEs funcionam pela ideologia, eles constituem ideologias as quais são a condição para a própria operar na formação social. As lutas de classe têm, nos AIEs, o espaço para trabalhar as contradições que ganham visibilidade nos lugares que cada sujeito ocupa nos diferentes AIEs.

Se, numa concepção marxista ortodoxa, tomarmos os grandes proprietários de terra e os agricultores assentados ou pequenos agricultores, teremos a representação das duas classes: o capital e o trabalho. O antagonismo estaria então estabelecido. Mas se observarmos as relações entre as duas classes, particularizando a luta ideológica no interior de um AIE, por exemplo, o familiar, veremos que o antagonismo é *acobertado* pelo efeito do trabalho *sob a ideologia dominante, que é a ideologia da “classe dominante”* (ALTHUSSER, 1969, p.116). Sendo que não há *venda* nenhuma impedindo que a classe submetida não perceba sua condição de submissão, pois é nas próprias relações entre as classes que se produzem os mecanismos ideológicos que colocam o indivíduo, *desde-sempre sujeito*, numa condição que lhe pode ser antagônica. Nelas se dá

a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Aí a ideologia opera e coloca os sujeitos a serviço, às vezes, do seu algoz, como se o fato de estar situado numa ou noutra classe lhe resguardasse dos efeitos das lutas de poder que se travam no interior mesmo de cada classe.

Cabe aqui introduzir a idéia de Rancière (1996) acerca da relação entre política e ideologia, como forma de melhor compreendermos a ideologia como presença que se interpõe entre o real e a realidade. Diz o autor:

Ideologia é o nome da distância indefinidamente denunciada das palavras e das coisas, o operador conceitual que organiza as junções e as disjunções entre os elementos do dispositivo político moderno.(p.92).

Nessa perspectiva, o AIE simula a homogeneidade de interesses e faz com que a família, por exemplo, funcione, *em nome da moral e dos bons costumes*, como conservadora e propagadora de tradições ou práticas que na verdade estão a serviço dos interesses de uma classe e não das duas. É por isso que Althusser afirma que a ideologia não tem origem nos AIEs, mas nas lutas incessantes das classes. Assim se compreende também por que a ideologia não tem história. Se há história, esta é da formação social, das suas instituições, as quais são efeito ideológico *sem fim e sem começo*.

É nas práticas sociais assim concebidas que a ideologia cumpre aquilo que é a tese maior de Althusser – *A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*. (1969, p.131)

4.3.2 Formações Ideológicas e Discurso

A noção de formação ideológica é trazida para AD no momento em que o primeiro esboço da teoria passa por revisão do seu autor e da lingüista Catherine Fuchs.

Dessa forma, em AAD-75, ao mostrarem que ao marxismo é insuficiente considerar a superestrutura ideológica como expressão da *base econômica*, retomam a tese da interpelação proposta por Althusser e dizem que o sujeito ao ser interpelado é *conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes sociais antagonistas* (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p.166). Corroborando o que já havia dito Althusser, remetem para os AIEs como espaço das lutas de classe dissimuladas nos próprios aparelhos, mas que, num determinado momento histórico, irrompem as contradições na forma de alianças ou de antagonismos.

É possível depreender que essas alianças entre as classes vêm constituir as formações ideológicas, as quais são espaço que congrega elementos pertinentes não a uma classe, nem a um AIE, mas a uma posição comum acerca da realidade. No texto agora citado, assim é definida a formação ideológica:

cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições das classes em conflito umas com as outras. (p. 166).

Entendendo a formação ideológica atravessada por diferentes ideologias (a religiosa, a moral, a jurídica, etc.), podemos perceber que *o conjunto complexo de atitudes e*

representações não particulariza uma ideologia específica, mas uma como dominante, a qual recruta sujeitos, desde sempre sujeitos, pela interpelação ideológica.

Na perspectiva discursiva, a formação ideológica, para dar materialidade simbólica à ideologia, articula-se numa prática discursiva com a linguagem, o que se dá sob determinadas condições de produção. Nessa articulação estão representadas as condições de existência, mas perpassadas pelas formações imaginárias. Isso já convoca três tipos de formação: a social, a imaginária e a ideológica. Para que essa articulação tenha materialidade simbólica, os processos dela decorrentes têm como base o sistema lingüístico que responde pela estrutura daquilo *que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura.* (idem, p.166). É então a ideologia, a língua e o sujeito que constituem a formação discursiva como condição para que *A ideologia interpele o indivíduo em sujeito*, por um gesto de linguagem.

4.4 FORMAÇÃO DISCURSIVA

A noção de FD, como já apontamos, vem sendo constantemente reconfigurada. A AD, ainda na AAD (75), toma de empréstimo de Foucault a noção e a redimensiona sob outros pressupostos teóricos. A FD mantém-se como espaço de convivência de posições discursivas heterogêneas, as quais já estão apontadas por Foucault, especialmente na noção de dispersão, mas na AD, ao ser considerada na relação com a formação ideológica, reveste-se de um outro caráter. A seguir tratamos do percurso da noção.

4.4.1 Formação Discursiva e Poder

A formação discursiva não se coloca como o lugar estático de objetos prontos, mas como lugar de vazios, lacunas, de coexistência do múltiplo e ao mesmo tempo do específico. Na formulação de Foucault (1969, p.138) é *uma distribuição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites, de recortes*.

Pelas regularidades que a definem, constitui os objetos reunindo enunciados que produzem sentido *sob as condições positivas de um feixe complexo de relações* (idem, p.51). Uma formação discursiva corresponde a um grupo de enunciados que convergiu para determinado ponto, constituindo o objeto que poderá dispersar-se em outras formações discursivas *sem que ele próprio tenha que se modificar* (p. 50).

Nesse sentido, em Foucault, dispersão e regularidade respondem pela constituição da formação discursiva, como espaço homogêneo e heterogêneo. O heterogêneo se configura pela convivência que se estabelece entre enunciados dispersos em diferentes formações, os quais, numa formação discursiva específica, têm encoberta essa heterogeneidade e é instalada a homogeneidade pela regularidade que os faz coexistirem. Porém o exterior à formação discursiva permanece como ameaça permanente à desomogeneização da FD, uma vez que os enunciados que a constituem são originários desse exterior e são suscetíveis de dispersarem-se sob outras regularidades.

Como já foi dito, em AD, a FD é uma noção aliada à de formação ideológica (FI). E é aí então que se dá a distinção maior entre as concepções de Foucault e Pêcheux, acerca da FD. A distinção, na essência, não está na noção de Formação

Discursiva, mas sim nas concepções relativas à ideologia e ao poder.

As relações de poder, como mostra Foucault especialmente em *Dois ensaios sobre o sujeito e o poder*, são concomitantes às relações de comunicação, onde um sistema significante carrega técnicas e poder, de modo que não há separação entre aquilo que se comunica e o poder que se estabelece entre os envolvidos na interlocução. Os elementos significantes têm, como condição nata, serem portadores de poder em si mesmo.

Essas relações têm o aporte de técnicas que asseguram a produção/ circulação do poder sem centralidade num ou noutro envolvido. Elas mantêm uma espécie de jogo onde dribles não são centralizados, mas se dispersam no campo da luta e minam os adversários nos lugares mais insólitos. O poder vai se constituindo e circulando num movimento rasteiro que sempre revasculariza o terreno, produzindo novas formas de resistência. Como diz Foucault (1984, p. 8):

O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou quebra; ela elabora-se, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados.

Nessas relações, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação são apenas formas terminais de exercício do poder, lugar onde são estatizadas relações que têm sua gênese no cotidiano dos indivíduos. Para ele, essas relações são de força e se entrecruzam, remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a se anular.

Em relação ao modo como o poder atua sobre a constituição do sujeito, o autor mostra que os corpos são constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder. Nesse sentido, os indivíduos não

só sofrem os efeitos do poder, como estão sempre em posição de exercer esse poder, *nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão* (FOUCAULT, 1979, p.183) de algo que circula, que só funciona em cadeia. Diz ainda

Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito de poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui. (p.183).

A concepção de poder e de sua ação sobre a constituição do sujeito são elaborações de Foucault, posteriores a de formação discursiva. A noção de FD está lá em *Arqueologia do Saber* (1969) e as elaborações relativas ao poder são da metade dos anos 70, dispersas em diversos textos.

Na mesma linha de apresentação das precauções metodológicas, Foucault nos aponta para sua desconsideração à questão da luta de classes como espaço de luta pelo poder, pois, segundo ele, não se deve *tomar o poder como um fenômeno de dominação maciça e homogênea de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras.* (idem p.183).

Sintetizando a concepção de poder e/ou de relações de poder em Foucault, é importante dizer que são relações intencionais em forma de resistência às tentativas de submissão ao outro. O autor nos mostra que o exercício do poder sobre o outro tem na relação saber e discurso seu espaço. Ele diz:

É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. (FOUCAULT, 1979, p.95).

Desse modo, os saberes, os discursos que foram se constituindo acerca do corpo têm possibilitado lugares de poder pelo saber. A medicina é um exemplo disso, onde os corpos submetidos a esse saber vão sendo agrupados, colocados no seu lugar. Junto com Rancière (1996), podemos dizer que a lógica policial encarrega-se desses que o poder/saber determina como loucos, histéricas, adultos perversos e os mantém em seus lugares³⁰.

O saber sobre o corpo foi recortado por outros discursos, mostrando que o *Discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também mina-o, expõe, debilita e permite barrá-lo.* (p.96).

Dessa forma, o saber sobre o corpo vai acionar dispositivos com ampla repercussão sobre a sociedade, fazendo com que outros discursos venham regulamentar, barrar em parte a sexualidade ou então construir outros saberes sobre ela, relacionado-a com o discurso da economia, por exemplo. São enunciados dispersos que se constituíram como efeito de saber, vão se agrupando e formando segmentos descontínuos, onde sempre sobra espaço para que outros enunciados venham somar-se aos já agrupados ou perturbá-los.

Dois dispositivos são destacados pelo autor: *o dispositivo de aliança* pelo qual se instituem relações jurídicas e de parentesco (casamento, transmissão de nome e bens); *o dispositivo de sexualidade* que se instaura pelos prazeres e se

³⁰ Em *Vigiar e Punir*, Foucault mostra o controle sobre esses corpos desde o sistema escolar até o encarceramento. Uma punição exercida a partir da vigia, do controle dos indivíduos, chegando à tortura física.

liga à economia dando ao corpo a condição de objeto que produz e consome. Mas nos faz ver também que os saberes sobre o corpo instituem mecanismos de subordinação dos corpos e possibilitam colocar a vida como centro de todas as lutas do homem. Essa é uma citação que precisamos guardar, vejamos:

Já não se espera mais o imperador dos pobres, nem o reino dos últimos dias, nem mesmo o restabelecimento apenas das justiças que se crêem ancestrais; o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. (idem, p.136).

Foucault (1979) nos mostra uma nova forma de exercício do poder a qual se alicerça na administração dos corpos, desvelados pelo saber: o bio-poder. Assim o poder, diz ele, *se situa e se exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população.*(p.129).

O que apresentamos acerca da teoria de Foucault objetiva fornecer elementos para que situemos com mais especificidade deslocamentos que a noção de FD sofre ao ser adotada em AD.

Como sabemos, as concepções de ideologia e de poder, na perspectiva de Althusser, estão na base da concepção de FD, pois ela está intimamente ligada à formação ideológica, ou seja, duas formações se entrelaçam: a ideológica, perpassada pela luta de classes, e a discursiva, concebida originariamente como algo que delimita, que recorta, que tem ausências, que tem lacunas e

vazios a serem preenchidos. Foucault e Althusser são convocados por Pêcheux na concepção de FD própria à AD.

Entre os dois primeiros filósofos colocam-se os diferentes modos como concebem a gênese do poder. Para Althusser (1969), ao contrário de Foucault, o Estado centraliza as lutas do poder que se exerce sobre os sujeitos e os constitui. Diz o autor:

O Estado (e sua existência em seu aparelho) não tem sentido a não ser em função do poder estatal. Toda a luta política de classes gira em torno do Estado. Entendemos: em torno da posse, isto é, da tomada e preservação do poder estatal por uma certa classe, ou por uma aliança entre classes ou frações de classe (p.113).

É importante, entretanto, lembrarmos que o Estado, que é o Estado da classe dominante, exerce seu poder, como Aparelho Repressivo de Estado, funcionando pela *violência*, enquanto os AIEs funcionam *pela ideologia*. É funcionando dessa maneira que eles abrigam a luta de classes e sustentam o poder do Estado de forma *não-violenta*. Cabe lembrar que a luta de classes é o pressuposto que mantém a contradição no interior da formação social. É nas práticas sociais dessas classes que a ideologia se materializa, e *interpela os indivíduos como sujeitos* num jogo duplo, como nos diz Althusser:

Dizemos que a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda a ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos. (p.132).

4.4.2 Formação Discursiva e Sujeito

A noção de FD redimensionada por Pêcheux recebe a seguinte definição:

formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (1975, p. 160).

A FD representa a materialidade ideológica para o sujeito. É a partir dela que se dá o assujeitamento, processo que faz com que todo o sujeito assuma lugar no conjunto da FI e se cumpra assim a tese central do assujeitamento. A partir dela, o sujeito exerce a luta ideológica de reprodução/transformação, constituindo-se em determinadas posições.

Num momento posterior, a questão da homogeneidade da FD é revista. A revisão acontece a partir das reflexões de Pêcheux expressas em *Remontémons de Foucault a Spinoza*, onde ele trabalha contrastivamente a presença do político nas reflexões dos dois filósofos. No texto citado, Pêcheux mostra que na perspectiva do marxismo há necessidade de pensarmos na *unidade dividida*, ou seja, perceber a ideologia como a *contradição de dois mundos em um só*, pois como disse Marx, *o novo nasce no velho*, frase reformulada por Lenin: *o um se divide em dois*. (p.193).

Malidier (1990), em *(Re)ler Michel Pêcheux Hoje*, ao comentar o texto *Remontémons* diz que

Mesmo estando fechado ainda dentro de uma carapaça dogmática que nada parece transpor, Remontémons..., do interior mesmo do marxismo, abre pistas novas para a teoria do discurso, por meio da reflexão sobre a categoria marxista de “contradição”(p.56).

A contradição se projeta sobre a FD, mas a partir da generalização relativa à ideologia. Diz Pêcheux (1980, p. 192), referindo-se à reflexão de Spinoza acerca da teologia como espaço de materialização da ideologia:

*não há uma teoria da contradição formulada de modo explícito em Spinoza, há, sem dúvida, uma utilização espontânea da contradição, que constitui uma extraordinária lição política diretamente relacionada com nosso tema; já que é o primeiro ataque importante contra a ideologia religiosa, através dela e apesar dela, isso significa que ela e (seu discurso) não pode de nenhum modo ser compreendida como **um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, com seu núcleo, sua essência, sua forma típica** (grifo nosso).*

Como já disse Maldivier, é Spinoza, pelas reflexões de Pêcheux, que possibilita que a noção de FD passe a ser vista como espaço também de coexistência de posições contraditórias. É Courtine (1981), entretanto, quem reelabora a noção e institui então um novo momento para os procedimentos teórico-analíticos em AD.

Courtine (1981, p.33-49) entende a FD intrinsecamente relacionada com as condições de produção do interdiscurso, o que a torna sujeita a constantes deslocamentos de fronteiras. Para ele, a FD se apresenta com fronteiras instáveis. Essa instabilidade tem origem nas posições ideológicas que uma FD abriga. Ainda que ela apresente delimitação em relação àquilo

que *pode e deve/que não pode e não deve* ser dito numa FI, está submetida, no espaço das lutas ideológicas, à permanente possibilidade de incorporar elementos pré-construídos que reconfiguram o conjunto de saberes da FD e, com isso, tornam as fronteiras moveáveis, deslocáveis. Courtine concebe o interdiscurso da FD *como um processo de reconfiguração incessante*. A movimentação é efeito dos processos discursivos desenvolvidos no interior das FI. Eles se dão em diferentes condições de produção e seus efeitos são acolhidos, como pré-construídos, por uma FD determinada. Nesse sentido uma FD é definida por Courtine & Marandin (1980)

como heterogênea a ela mesma. O fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste num limite traçado, uma linha separando interior e exterior, mas se inscreve entre várias FDs como uma fronteira que se desloca em função do jogo da luta ideológica.
(p.19).

O entendimento de Courtine de que a FD é heterogênea em relação a si mesma coloca em aberto a questão da coexistência da contradição no interior da FD. Desse modo, o constante deslocamento das fronteiras da FD é produzido tanto do seu exterior como do interior. Ele próprio, em texto posterior, *Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en Analyse du Discours*, redefine FD, dizendo que *uma FD não é só um discurso para todos, não é também a cada um seu discurso, mas deve ser pensada como dois (ou mais) discursos em um só* (COURTINE, 1982, p.245). Temos, então, a contradição como elemento constitutivo de toda FD, assim considerada heterogênea em relação a si própria.

Analisar, portanto, um processo discursivo pode nos colocar frente a posições-sujeito contraditórias, mas que, segundo temos entendido, mantém a unidade da FD justamente pela ideologia. A contradição trabalha os contrários, mas não permite que todos os pontos de convergência se diluam.

A FD coloca-se então como parte fundamental do dispositivo analítico da AD. Por ela conseguimos recortar discursos e encontrar os dispersos, reunificá-los, mas mantendo-os livres para serem dispersos por novos gestos de interpretação, sob a dominância de outras posições. Desse modo, a AD, fiel a Michel Pêcheux, não tem como dissociar formação discursiva de formação ideológica e, dizendo isso, teórica e metodologicamente, precisamos trabalhar com a noção de poder estatizado, segundo Althusser, mas também não podemos descartar a pertinência da noção de poder capilar que se espraia e constitui sujeitos no gesto de resistência. Ela é fundamental para nosso trabalho. Talvez essa seja uma boa forma de conciliarmos, se é que isso é possível, as posições de Foucault e de Althusser.

Como abrimos este capítulo considerando as formações como força, queremos encerrá-lo exatamente com a discussão relativa à FD e poder, pois o social, a formação social, configura o espaço onde as relações de poder se travam e densificam os discursos, pré-construídos, que, pegos na rede formada pelas três outras formações – ideológica, imaginária e discursiva – possibilitam fazer emergir sujeitos, lugares (in)visíveis na própria formação social.

5. DAS POSIÇÕES-SUJEITO

A única maneira de romper com o poder do nosso sonho ideológico é confrontar o real do nosso desejo que se anuncia nesse sonho.

Žižek (1996, p. 325)

Nos capítulos anteriores viemos demarcando o território e construindo o dispositivo que vai nos possibilitar analisar posições situadas em LD. Agora ajustamos o foco de nosso olhar para podermos observar as relações forma-sujeito/sujeito *desde-sempre sujeito* e a constituição de posições-sujeito. Dessa forma, passamos a tratar de noções mais específicas ao processo discursivo. Escolhemos iniciar pela ordem do discurso, tendo em vista que ela formaliza a síntese do social e do simbólico, base material dos processos discursivos, e apresenta elementos que facilitam o acesso às demais noções.

5.1 ORDEM DO DISCURSO

A reflexão sobre ordem social – item 2.2 – apontou para o que determina a organização de um conjunto de sujeitos numa dada formação social. A ordem do discurso vai nos levar ao que paira sobre as representações constituídas, formuladas e postas em circulação como efeito das duas ordens. Pois é no simbólico que os processos sociais constituem a materialidade significativa e o acesso à sua própria ordem. E, para a AD, o que importa é a língua como forma material, como diz Orlandi (1996), *é a ordem da língua enquanto sistema significante material.* (p. 45).

Para o analista, o simbólico está sujeito a múltiplos efeitos de sentidos, os quais têm, no real da língua, no equívoco, a possibilidade de emergência. Se de um lado temos as sistematicidades lingüísticas, *um núcleo que suporta sua unicidade (da língua) e sua distinção* (MILNER, 1987, p. 15), temos também, na língua, *uma dimensão do não-idêntico: é o equívoco e tudo que o promove, homofonia, homossemia, homografia, tudo o que suporta o duplo sentido e o dizer em meias palavras*. A língua, dotada dessa dupla dimensão – a sistematicidade e a equivocidade, constitui-se como uma ordem própria. Essa é a língua que parece dobrar-se para constituir um nome próprio como Sem Terra. As sistematicidades abrem espaço para a história e, esta, atuando na fronteira da língua, simboliza a realidade, ao mesmo tempo em que dá caráter material à forma.

Mas, como disse Pêcheux, sempre haverá *os terapeutas da língua* revisando os textos do MST e tomando essa grafia – Sem Terra³¹ – como um equívoco. São efeitos da equivocidade produtiva resultante do tensionamento das fronteiras do lingüístico e do histórico. Ali a ambigüidade entre ser Sem Terra, porque não tem terra ou porque assumiu essa identidade, continuará a trabalhar em cada enunciação desse nome.

A passagem do sistema abstrato à materialidade significativa torna-se possível por aquilo que é o próprio da língua: de um lado o sistema estável, passível de funcionar com autonomia que relativiza-se pela injunção ao histórico. De outro, a instabilidade, o não-todo, que insistirá provocando o sistema a funcionar até a exaustão. Nesse limite, se produzem atropelos

³¹ Segundo depoimento de pessoas ligadas ao Setor de Educação do MST, materiais que são encaminhados para as gráficas, ao passarem pela revisão lingüística, têm alterada a grafia Sem Terra para sem-terra. Os *terapeutas* desconhecem a historicidade que, apesar da aparente transgressão lingüística, reveste de sentido o vocábulo Sem Terra.

sob a forma de trocadilhos, atos falhos, testemunhas da impotência do sujeito pós-Freud e que põem à prova a capacidade de a língua manter a ordem própria: sua corporeidade. Materialidade significativa engendrada a partir de um sistema abstrato que possibilita a articulação com os processos sócio-históricos, pela historicidade que os perpassa de modo contingente. Henry (1994, p. 29–54), ao opor concepções acerca da posição da história no contexto das ciências sociais, mostra que a ordem da língua e a ordem da história só são possíveis pela concomitância. Como já apontou Orlandi (1996), pela injunção de uma à outra.

Esse é o modo como o sistema abstrato faz a passagem para a língua material, opaca, densa, mas carregada de possibilidades significantes. O encontro das duas se presentifica na possibilidade de *transgressão* da norma gramatical e do formulário ortográfico, exemplificada pelo nome próprio Sem Terra. Aí onde as duas ordens se encontram, se constitui a materialidade significativa e instaura-se uma outra ordem: a do discurso.

Uma das primeiras referências para abordar a questão da ordem do discurso é Foucault (1970). Em *A ordem do Discurso*, ele deixa emergir a interessante relação entre ordem e discurso. Consideramos importante (per) seguir essa ordem que tem regularidades instáveis e lugares a serem ocupadas por sujeitos revestidos das condições que os próprios discursos constituem.

A ordem do discurso, na perspectiva tratada, fragmenta-se em ordens específicas a cada tipo de discurso, entretanto, sempre diz respeito ao que é o próprio daquele discurso. Assim, ao tratar sobre a função-autor, mostra que a ordem dos discursos foi definindo a atribuição do papel do autor em cada época. Dessa forma, na *ordem do discurso científico*, a

função foi enfraquecendo, enquanto na *ordem do discurso literário* a mesma função não cessou de se reforçar.

Uma outra questão referida por Foucault e que nos remete à ordem do discurso, diz respeito à constituição das disciplinas. O princípio de uma disciplina *é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados* (p. 30), ou seja, *a possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas*. A partir da própria disciplina vem a pertinência do dizer, assegurada por essa ordem que rege os enunciados passíveis de se manterem nas fronteiras da disciplina.

O retorno a Foucault objetiva apontar para uma característica da ordem que é a de trabalhar, na dobra, no espaço limite, onde se dá o encontro que *ordena* uma e outra parte. Exemplo disso acontece com a língua e a história. Novamente a recorrência à questão de que em AD a exterioridade é constitutiva, está no interior como parte do processo. Dessa forma, a ordem é a interiorização daquilo que aparenta o exterior, o que vem *de fora*, mas que trabalha trazendo à tona resquícios do real, possibilitando a visibilidade daquele *pedacinho do real*³² que não cessa de se apresentar e com isso constituir sentido/sujeito.

A ordem da língua expõe *o pedacinho do real* ao olhar do leitor e faz produzir a ilusão de que isso é real. Ilusão que pode se desfazer quando, já na ordem do discurso, tangenciarmos os mecanismos de produção dessa ilusão. São as duas ordens – a da língua e a da história – que constroem observatório para que cheguemos a captar *o pedacinho do real*. Esta última simboliza a exterioridade, sem a qual não temos acesso à realidade. Um exterior que se apaga no processo onde a ordem da língua coloca

³² Žižek (1990), ao tratar sobre a insistência do real em não se ausentar das práticas discursivas ou não-discursivas, diz que *tem que haver “um pedacinho do real”, inteiramente contingente, mas percebido pelo sujeito como uma confirmação, um esteio da sua fé em sua onipotência*. (p. 156).

em circulação a historicidade que permeia o sentido e o sujeito. São as próprias ordens que trabalham na constituição das evidências, das pistas, e produzem a ilusão de que há separação entre o lingüístico e o histórico.

Henry (1994) deixa os discursivistas mais autorizados para sustentarem a relação entre emergência do real, realidade e linguagem. Ao apontar para a história como parte de todas as ciências, mostra-a operando pelo movimento incessante que lhe é próprio e simbolizando, com a linguagem, a realidade científica que se atribui às descobertas feitas nos diferentes campos do saber. O autor trabalha no texto o desenvolvimento das ciências humanas e sociais, centrando-se na psicologia, sendo que a partir da explicitação da articulação à história sempre presente nos diferentes momentos teóricos da psicologia, ele afirma que:

As críticas de que as ciências humanas foram objeto no decorrer de sua história me parecem confirmar essa solidariedade das quatro questões que se colocam em suas fronteiras, a da história, a da linguagem, a do sujeito e a daquilo que se entende por ciência quando se fala de “ciências humanas”. (p. 49).

As considerações de Henry sustentam a posição de que linguagem, história e sujeito não podem ser vistos sem que se considere um ponto de intersecção, um espaço em que as fronteiras se diluem. Aí se dá a injunção dos três e produzem-se, então, simbolizações daquilo que só é interpretado pelo olhar que flagra o encontro. Nos limites da língua e da história está a ordem do discurso cujos *efeitos de sentido entre interlocutores* são regulados pelas sistematicidades, pela equivocidade e pela historicidade. Não há sujeito nesse limite porque é exatamente aí que ele está constituindo e constituindo-se.

5.2 CONSTITUIÇÃO E POSIÇÃO-SUJEITO

Na escrita do analista, a família lexical de *constituir* forma uma rede muito produtiva. Como um dos nossos pressupostos é o fato de que não temos produtos, mas sim efeitos decorrentes de processos não estáveis, a constituição está sempre sujeita a acontecer. Para nosso trabalho, assume ainda maior importância, tendo em vista que buscamos flagrar a dispersão do sujeito na constituição de posições-sujeito.

Delimitando o termo, dizemos que se refere ao primeiro momento³³ da produção dos discursos, cuja materialização só ocorre pela formulação. Nesses dois momentos, consoma-se a interpelação do sujeito por uma determinada forma-sujeito. Os enunciados [E] já inscritos no interdiscurso colocam-se como exterioridade já pega pelas redes discursivas.

Courtine (1982, p.43) define constituição como *relação determinada que se estabelece numa formulação entre um sujeito enunciator e o sujeito do saber de uma FD dada*. Nessa relação, a realidade trazida pelo conjunto de saberes carrega a contradição inerente ao discurso. Logo, a constituição é o momento em que o *complexo de formações ideológicas* é atravessado pelo pré-construído, enquanto discurso transversal, num movimento onde os sentidos já dados colocam-se em situação de não-sentido, permitindo que se instale o processo de deslizamento de um sentido ao outro.

A passagem do pré-construído sobre si mesmo seleciona, numa errância determinada, os elementos que vêm constituir sujeito/sentido. O já-dito selecionado coloca-se como o

³³ Orlandi (2001) mostra que o processo de produção do discurso tem três momentos implicados: constituição, formulação e circulação.

constitutivo de uma determinada posição-sujeito que consuma, na formulação, a relação entre sujeito-língua-história.

Como já apontamos no item anterior, a passagem transversa sobre esses sentidos faz a seleção de [E] e os direciona a uma formalização determinada pelas sistematicidades lingüísticas e pela ordem da história.

No primeiro momento de produção do discurso, de sentido/sujeito, como aponta Authier (1998), escapa ao enunciador todo o controle sobre o dizer *irrepresentável, determinado pelo inconsciente (e o interdiscurso)*. (p. 170).

O que cabe questionar aqui é como o interdiscurso, lugar da exterioridade já incorporado aos discursos, situa para o sujeito enunciador os elementos que compõem, formatam o lugar que ocupa no ato da formulação.

5.3 FORMULAÇÃO E SUJEITO ENUNCIADOR

Na passagem pelo interdiscurso, buscando elementos que permitam a elaboração da noção de formulação, somos tomados por um sentido que remete à forma. Ele aponta para a formalização, para a linearização de algo que se encontra desorganizado. E é exatamente esse o trabalho da formulação nos processos discursivos. Ela tem *posição privilegiada como posto de escuta, de entrada no modo de constituição do sujeito, (...)* (ORLANDI, 2001, p. 15).

Na formulação, a constituição se consuma, se corporifica como linguagem atravessada pela história e o sujeito. Nela enunciam-se marcas, pistas, que permitem chegar às

representações das relações com a forma-sujeito. Pela formulação, possibilita-se a visibilidade³⁴ do sujeito.

A linguagem opera duplamente. De um lado permitindo flagrar o sujeito enredado pelos discursos que o habitam e, de outro, porque submete o constituído à ordem da língua. É no momento da formulação que o sujeito emerge em estado pré-consciente. A ilusão – esquecimento 1 (PÊCHEUX, 1975) – de que é fonte do sentido já o domina, ou seja, o movimento inconsciente de passagem do pré-construído pelo interdiscurso já operou a *escolha* de uma região do interdiscurso e produziu um sentido/sujeito filiado à determinada formação discursiva. A formalização, a emergência do constituído se dá, também, sob a ilusão – esquecimento 2 – de que o sujeito escolhe livremente o modo como formula, assim como os elementos que compõem o enunciado.

A ordem da língua, com as sistematicidades e a equivocidade, coloca-se como condição essencial para a formulação. Ela baliza o jogo entre história, sujeito e linguagem. O dizer, o formulado, ganha corporeidade ao submeter a história ao lingüístico e o lingüístico ao histórico. A baliza marca o ponto, a quadra do jogo, mas com espaço para os dribles, os enganar, os trocadilhos, os equívocos. As sistematicidades possibilitam a lacuna, a falha que se inscreve/inscreve a história e o sujeito.

Na formulação, a posição-sujeito se consuma pelos sujeitos enunciativos assujeitados a uma mesma forma-sujeito, mas que podem ocupar diferentes lugares. São sujeitos situados, responsáveis por seus atos, que, na formação social, colocam-se em lugares estratificados, mas constituídos em posições-sujeito.

³⁴ O termo visibilidade está sendo usado como condição de os objetos, constituídos numa rede teórico-discursiva não acessível no seu todo, poderem ser captados como realidade própria ao mundo factual.

A constituição dessas posições, ocorrida num processo sem acesso e domínio do enunciador, torna-se cega para o lugar discursivo ocupado. Dessa forma, quando o pré-construído atua como discurso transverso sobre o interdiscurso e ali seleciona, dá sentido ao sem-sentido, não importa se o Sem Terra ocupa os lugares sociais de liderança ou de assentado. A filiação ideológica, o assujeitamento pega todos e, pela formulação, é possível tangenciar as posições que assumem em diferentes lugares.

Na formulação, o elemento vindo do interdiscurso, selecionado no movimento do discurso transverso, *se nominaliza e se encaixa no intradiscurso sobre a forma de pré-construído* (COURTINE, 1981, p. 36). Articula-se o constituído, selecionado num processo inconsciente, com elementos dados pelas condições de produção que, como formações imaginárias, permitem à enunciação produzir-se como o já dado, *toujours-dèjà là*, efetuando-se a identificação do sujeito a uma formação ideológica. As condições de produção são representadas na formulação como efeito das relações que o sujeito enunciador estabelece com a forma sujeito. O que estabelece a diferença aqui entre constituição e formulação é que, nesse segundo momento da produção do discurso, o sujeito enunciador já está sob o efeito dos esquecimentos 1 e 2. Na condição de *consciente* de sua autoria e de sua liberdade de escolher o que diz e como diz, frente à determinada *condição de produção*, ele ocupa um lugar dado na formação social.

Na formulação, o sujeito já dominado pela ilusão de autoria, individualiza-se e assume a responsabilidade imposta pela estrutura jurídica do Estado. Formulam-se sentido e sujeito, criando-se pontos de ancoragem para o imaginário do Outro que o significa, reconhecendo-o como sujeito que enuncia a partir de

lugares já marcados pelo conjunto de discursos que circulam na formação social.

5.4 SUJEITO: SIGNO E IDEOLOGIA

Ao tratar sobre constituição e formulação já colocamos questões relativas à concepção de sujeito adotada, agora retomamos a discussão especificando melhor a relação entre linguagem, ideologia e sujeito.

Começamos a analisar tal relação, a partir de Bakhtin (1986) que, pela crítica à Lingüística e ao marxismo, abre espaço, ainda nos anos vinte do século passado, para tratarmos a subjetividade como efeito ideológico, social e de linguagem.

A crítica que faz à lingüística diz respeito ao atrelamento dessa ciência aos postulados da filosofia idealista e, a que diz respeito ao marxismo, associa-se à separação entre as práticas sociais, a língua e a ideologia. A linguagem e a ideologia para ele são constitutivas do sujeito, ser consciente, mas não autônomo.

Pela noção de dialogismo, Bakhtin mostra a ficção da separação língua/fala, quando a interação verbal é a verdadeira substância da língua. Para ele, o ato dialógico é constitutivo do sujeito social. Não há interior (pensamento) nem exterior (social) e a interação verbal se coloca como palco desse acontecimento. Na definição que dá para ato dialógico, apresenta-o como todo encontro entre interlocutores.

As palavras ou quaisquer outros símbolos adquirem valor significativo não com ênfase na cadeia, na estrutura, mas no terreno interindividual, onde:

É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. (p. 35).

É confrontando essa afirmação com as posições fundamentais da orientação *subjetivista idealista* que começamos a mostrar os fundamentos da concepção de sujeito que está presente em sua obra.

Uma das proposições que fundamenta a tendência subjetivista é: *As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual.* (idem, p.72). Nessa direção encontra-se, na base da criação lingüística, um indivíduo cujas relações expressas pela linguagem são as estabelecidas no *mundo interior*, a vida psíquica desse indivíduo, onde os objetos do pensamento constituem-se, pode-se dizer, isolados daquilo que lhe é exterior. As leis da psicologia individual reduzem a formação de tais objetos a um trabalho biológico/psicológico onde não há espaço para o ideológico.

Bakhtin opõe-se a isso mostrando que há necessidade de uma psicologia objetiva fundamentada no social, onde a consciência é um fato sócio-ideológico. O organismo vivo, as estruturas neurais são o suporte biológico para que o trabalho psíquico aconteça, o qual se coloca para Bakhtin como uma reação ao que é exterior. Reconhece que é nessa região limítrofe, onde se dá o encontro entre o organismo e o mundo exterior, que se situa o signo, material ideológico por essência. Bakhtin dá aos psicólogos créditos por terem reconhecido que os objetos do pensamento ganham existência pela expressão simbólica,

entretanto opõe-se a eles ao reivindicar que o psiquismo é uma realidade semiótica e que não há como *delimitar a fronteira entre o psiquismo subjetivo individual e a ideologia em sentido estrito*. (p. 57).

Mostra, nesse sentido, que os signos não apenas expressam conteúdos do pensamento, da vida interior, como são constitutivos do próprio pensamento e que, sendo o signo ideológico, é impossível haver separação entre vida psíquica interior e a realidade exterior, o social. Afirma o autor *O signo ideológico é o território comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto, sociológico e significante*. Ao fazer essa mediação pela linguagem entre a vida psíquica, o individual, e a ideologia, o social, Bakhtin funda uma característica da concepção de sujeito que perpassa sua obra: um indivíduo social psico-lingüístico.

A concepção de signo está intimamente ligada à ideologia. Afirma o autor:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo o corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e resgata uma outra realidade que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado fora de si. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (p. 31).

A passagem do objeto físico a signo se dá como processo, ou seja, o ideológico não é imanente aos instrumentos ou à própria palavra. Um exemplo disso é a mística, conforme tratamos em 2.4.2. O ato de instituição de um signo é social, mas com lugar para a consciência individual, pois *os signos só*

emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e outra. (p. 34).

Ainda que haja essa consideração ao individual, Bakhtin salienta que o terreno interindividual onde aparecem os signos não é natural, mas já está inserido no social. Dessa forma, o signo banha-se no ideológico através do meio social em que nasce. Não há signo fora de um meio social e ideológico.

Com essa constatação o autor nos possibilita compreender a constituição da consciência do sujeito individual perpassado pelo social. Ela não contém em si mesma a ideologia, conforme *pretendem o idealismo e o positivismo psicologizante* (p. 35). São os indivíduos organizados que, ao relacionarem-se, constituem os objetos da consciência, ou seja, simbolizam o universo, dando-lhe a forma de signos ideológicos que passam a povoar o pensamento. Surge com isso uma consciência individual cuja existência só é possível pela imersão no social.

O simbólico só se constitui através de signos que remetem à realidade, a algo que está fora, que, por sua vez, já faz parte de uma comunidade de signos. A cadeia significante que, em Saussure (CLG, p. 142-147), adquire valor no interior da própria estrutura, pelas relações que se estabelecem no sintagma e pelas associações entre objetos do pensamento, em Bakhtin, constitui-se numa relação social interindividual intermediada pelos signos.

É interessante destacar que os objetos materiais ou lingüísticos transformam-se em signos ao apontarem para algo que já se instituiu como realidade, que possui uma materialidade social particular que se *reflete* e será refratada em outros signos. Essa é a cadeia significante através da qual a ideologia vai constituindo signos e se constituindo.

Ao explicitar-se que o signo é o suporte da ideologia em Bakhtin, bem como que as relações interindividuais, mediadas

por signos, constituem a consciência individual, torna-se possível estabelecer semelhanças entre essa *consciência individual* e o sujeito da AD. Poderíamos fazer a aproximação, tanto na ideologia, pela tese althusseriana, quanto pela presença da linguagem na interpelação ideológica.

Ainda que mantidas as devidas distinções conceituais, é possível aproximações, já que ideologia e linguagem, em Bakhtin e Pêcheux, são constitutivas do sujeito, colocam em contato *interior e exterior*.

Em Bakhtin, a ideologia está no signo, se materializa na linguagem que constitui o sujeito consciente, mas não autônomo, pois seu pensamento se forma como efeito da imersão no social. São os signos que dão materialidade para o pensamento interior, bem como possibilidade da veiculação dos sentidos instituidores desse sujeito ideológico. Nesse jogo o signo reflete a realidade, dá concretude à ideologia que perpassa as relações de produção numa determinada formação social.

Em Pêcheux (1975), a relação entre pensamento e realidade/anterioridade se dá pelo encaixamento do pré-construído, que se articula com uma nova realidade materializada pela linguagem e que, desde uma formação discursiva dada, *chama* o sujeito e faz com que ele se identifique com determinada posição-sujeito, e ali se constitua como sujeito, *desde-sempre sujeito*.

5.5 SUJEITO: QUESTÃO EM ABERTO

O sujeito social institui-se pela teorização de Bakhtin, entretanto ainda é um sujeito coincidente com o indivíduo, ser empírico, senhor de si. Um segundo deslocamento produzido por

Bakhtin opera sobre a linguagem que, ao ser constituída por signos ideológicos, perde a neutralidade.

Mantidas as diferenças, a AD encontra em Bakhtin uma parte do caminho que leva ao sujeito atravessado pela ideologia e o inconsciente. Resta, entretanto, explicitar a passagem do sujeito ideológico indivíduo para forma-sujeito, à qual os indivíduos assujeitam-se para assumirem a condição de sujeitos *sempre-já-sujeitos* (PÊCHEUX, 1975, p. 155), seres divididos, determinados pelo inconsciente.

Pêcheux, no mesmo texto, ao apontar para o fato de que a articulação entre ideologia e psicanálise ainda carecia do *essencial do trabalho teórico*, afirma que na fase dos *vislumbres* teóricos podia-se observar que o caráter comum da

ideologia e inconsciente é o de dissimular no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se esse último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”. (p. 153).

A questão que Pêcheux coloca permanece como memória retomada a cada formulação dos analistas de discurso. Fazemos aproximações entre o sujeito do inconsciente e o sujeito da psicanálise, mas o ponto de injunção é o real que sempre escapa. São aproximações possíveis, tais como já mostram Pêcheux, desde Thomas Herbert (1968) e Henry (1977). Há sustentação da presença dos dois registros, *imaginário e ideológico*, como constitutivos da linguagem, mas sempre marcados por restrições que mantêm ideologia e inconsciente como linhas paralelas.

Como já está dito nos fundamentos da AD e nos diferentes trabalhos que vão sendo produzidos pela Análise do Discurso no Brasil, ideologia, linguagem e sujeito são concebidos na sua

relação com o inconsciente. Essa é a presença mais ampla e consistente da psicanálise na teoria de interpretação.

Presença que se materializa com Lacan que, como sabemos, faz a releitura de Freud aderindo a pressupostos da lingüística. (HENRY, 1993). Muitos são os pontos de aproximação entre psicanálise e AD, mas um de maior importância talvez seja esse que se dá pela lingüística. Começando por *um significante representa um sujeito para outro significante*, (LACAN, 1949) que aponta para a linguagem e sua relação em cadeia, como condição primeira de existência do sujeito.

Para a AD o sujeito/sentido emerge como efeito metafórico, onde um sentido/sujeito se constitui na relação com aquilo que é próprio à FD dominante. Mas da mesma forma como o sujeito do inconsciente é barrado pela linguagem, pois na língua não se diz o todo da alíngua (MILNER, 1987), o sujeito da AD tem a linguagem e a ideologia como condição do assujeitamento a uma forma-sujeito que lhe dá existência. Assim é um sujeito duplamente determinado e afetado pela divisão que vem emergir em diferentes posições-sujeito.

Na medida em que o sujeito é tomado como um representante, pressupõe-se que algo fica perdido, não se apresenta, mas não se ausenta da cadeia significante ou dos discursos.

A constituição do sujeito, nessa relação, resulta de um trabalho inconsciente sobre o *todo complexo das formações ideológicas* (PÊCHEUX, 1975), onde, sobre o já estruturado, o pré-construído coloca-se como realidade ilusória, necessária para que o sujeito se reconheça como já sujeito e, com *total autonomia*, assuma uma posição. Entendemos que tomarmos o sujeito como *desde-sempre sujeito* remete a um momento em que esse sujeito se estruturou. Lacan (1949), em *Estádio do espelho*

*como formador da função do eu*³⁵ trata da estruturação do inconsciente, diríamos, da fundação da subjetividade. Nessa fase a criança que ainda não tem qualquer imagem de si como uma pessoa *inteira se vê*, ou se imagina refletida no *espelho* do olhar do Outro, como uma *pessoa inteira*. Conforme Lacan, a formação do eu no olhar do Outro inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma. Nesse Estádio, o sujeito se estrutura submetido ao desejo do Outro, reconhecendo-se nesse significante e a ele submetendo-se e, em concomitância, se objetivando na linguagem como função sujeito já cindido.

O assujeitamento coloca o sujeito *desde-sempre sujeito* em contato com uma realidade, o interdiscurso, o todo onde seleciona uma região, se reconhece, formula e se objetiva fazendo um percurso da identificação com a forma-sujeito até retomar a unicidade ilusória que lhe permite projetar-se como sujeito.

A relação que se estabelece, por exemplo, entre um acampado e os símbolos do MST pode constituir-se num momento de assujeitamento. O sujeito que se depara com a bandeira ou com o hino do movimento, tem nesse ato uma possibilidade de rememorar, a partir do encontro com uma realidade estruturada, a sua condição de sujeito histórico e redimensioná-la num movimento sobre si mesmo de desestruturação/reestruturação. O que já estava inscrito encontra eco. O pano vermelho, as figuras, as palavras da bandeira, no acontecimento do encontro de uma memória com uma realidade posta pelas condições de produção, produzem um *bom* ou um *mau* sujeito (PÊCHEUX, 1975, p. 213-231). Essa é apenas uma

³⁵ Espelho, na concepção psicanalítica, corresponde a todo e qualquer comportamento do outro que possibilite ao sujeito se reconhecer nessa simbolização de si mesmo que lhe é proporcionada pelo outro. Isso desempenha o papel de espelho.

encenação para facilitar a compreensão da teoria, pois, como já está dito, é impossível precisar o momento do assujeitamento.

Não há transparência nem do sujeito, nem da forma como se constitui. Restam vestígios. A localização da origem dos objetos constitutivos dos discursos e do momento do assujeitamento não é acessível. Sentidos e sujeitos passam de um lugar para outro num processo permeado pela equivocidade, pelos deslizamentos e metaforizações onde se evidencia o caráter do sujeito dotado de inconsciente.

Na aproximação com a psicanálise importa compreender que o sujeito é concebido *dividido entre um lugar onde o eu se reconhece e tenta responder por si e um Outro lugar de onde o sujeito é determinado sem que o eu tenha qualquer poder sobre isso*. (KEHL, 2002, p. 77).

Embora o Outro aí apontado seja da ordem do inconsciente, podemos direcionar a afirmação de Kehl e dizer que o sujeito, sob a ilusão da autonomia, está determinado pela história, o interdiscurso que se coloca como *realidade* já dada.

As relações do sujeito com essa realidade pré-construída irão reconstituí-lo reduplicado. Dando-se, assim, a passagem de sujeito/indivíduo para posição-sujeito que, determinada pelo inconsciente e pela ideologia, seleciona saberes *sob a forma de autonomia* (PÊCHEUX, 1975, p.163).

A posição-sujeito não é mais apenas o sujeito biológico, dotado de inconsciente, um sujeito de direito, responsável pelos seus atos, mas uma posição que se constitui nas representações das relações com uma forma-sujeito. Nesse processo, o pré-construído, trabalhando sob forma de discurso transversal e, na passagem pelo interdiscurso, conduz o sujeito a identificar-se numa forma-sujeito. Consuma-se assim a interpelação do sujeito em posição-sujeito, a qual tem espaço para muitos sujeitos

biológicos. A esses se restitui o direito de, *sob total liberdade*, continuarem carregando a bandeira, os instrumentos de trabalho, coordenando reuniões, ocupações, e gritando hinos e palavras de ordem que carregam o sujeito.

A noção de sujeito coloca-se como uma *questão em aberto*, uma possibilidade permanente de trânsito entre os campos teóricos e de novas formulações. Há muitas convergências, mas ainda não temos um ponto de ancoragem tão claro quanto gostaríamos.

5.6 FORMA-SUJEITO

A forma-sujeito caracteriza-se como a forma de que se reveste todo sujeito assujeitado a uma determinada formação ideológica. Os saberes que se reunificam sob a dominância de uma posição ideológica constituem uma forma, o sujeito que interpela o indivíduo e o reduplica, ou seja, dá forma-sujeito. A definição vem de Althusser e Pêcheux (1975, p.183) diz que A *“forma-sujeito”, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais*. A forma-sujeito possibilita que o processo de assujeitamento se realize acobertando a realidade ilusória disso que se apresenta como de domínio e autoria de um sujeito, unidade também ilusória.

A forma-sujeito traz o social recortado pelo ideológico, uma vez que ele dá forma a uma região do interdiscurso. Desse modo, estudar o MST, concebendo-o como um conjunto de saberes, do qual reveste-se todo aquele que assume a identidade Sem Terra, significa delimitar uma prática discursiva e aí se instalar com os dispositivos teórico e analítico, e observar os pontos de emergência desses saberes, ou seja, do sujeito.

É recorrente a questão da constituição do sujeito como um processo de filiação a um *efeito ideológico elementar*, e a forma-sujeito presentifica esse efeito. A noção de sujeito-indivíduo é impossível de ser ignorada nesse processo, entretanto, é preciso entender que a individualidade aqui já é um efeito imaginário necessário. A ilusão da unicidade é condição para que cada Sem Terra fale da sua experiência, acredite-se sujeito da história do Movimento, *tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade*. (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166). Os saberes que ele enuncia estão tecidos na rede que o prende a uma forma-sujeito. São históricos, enquanto protagonizados na/pela historicidade e não estão situados num indivíduo, e sim em uma forma-sujeito cuja conformação é de ordem teórica. É essa forma-sujeito que, nas diferentes enunciações, emerge, constituída em posições-sujeito. Esse é o Sujeito cujo movimento estamos observando.

É importante lembrarmos que a constituição de diferentes posições-sujeito dá-se como um efeito da heterogeneidade do discurso³⁶ que se presentifica também numa FD, abrindo espaço para *dois (ou mais) discursos em um só*. (COURTINE, 1982, p. 245).

Cada posição-sujeito que emerge na formulação traz a unificação imposta por uma forma-sujeito, pela ideologia que a constitui. Entretanto, como apontam Courtine & Marandin (1981), as fronteiras da FD são instáveis, se deslocam em função do jogo da luta ideológica, e, com isso, outros saberes vão sendo incorporados e/ou reconfigurados.

³⁶ A heterogeneidade é constitutiva do discurso. Authier (1990) e Orlandi (1990) tratam sobre a questão destacando a apreensão da presença do outro na formulação. Indursky (1997) sustenta a heterogeneidade de todo discurso ao trabalhar o encaixamento do pré-construído e sua atualização no intradiscorso. Courtine & Marandin (1980), situam a heterogeneidade também na FD, o que tem pressuposto teórico em Pêcheux (1980).

Nesse sentido, o sujeito emerge em diferentes posições-sujeito que o sustentam, mas o colocam em dispersão, submetendo-o a possíveis derivas. No entrecruzamento dos discursos, no espaço poroso das fronteiras da formação discursiva, a dispersão permanece como sintoma da mobilidade do sentido/sujeito que sempre pode vir a ser outro.

6. DOS LUGARES DISCURSIVOS

O lugar tem tão pouco de intervalo que não é nem mesmo o intervalo limitador: é exclusivamente o limite.

Louis Millet (s.d.)

A palavra lugar tem em si a idéia de espaço geográfico. Conceção que lhe parece mais própria, pois traz sempre implícito um sentido de localização, de ponto de referência no espaço. Assim fazemos uma distinção entre lugar geográfico e lugar social para depois tratar da noção de lugar discursivo – LD.

Nosso percurso vem tomando o mundo factual como ponto de partida para chegarmos ao discursivo, desse modo vamos começar pelo que diz Santos (2000) acerca do **lugar, na perspectiva geográfica:**

É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade - mundo, da qual são formas particulares.(p.112).

O lugar nos é mostrado aqui como construção que possibilita vermos uma parte da totalidade, do universo, em forma de uma fatia recortada e dada à visibilidade. Contornada no encontro do espaço físico com a história e o sujeito. Dessa forma, a área de terra visualizada pelo Sem Terra não se reveste dos mesmos contornos que adquire quando vista pelo fazendeiro que a tem como lugar de uma totalidade que não comporta o

fracionamento em áreas menores e criação ali de outros lugares. Assim um mesmo lugar revela para sujeitos distintos mundos diferentes. Tais mundos apreendidos por esses olhares constituem realidades antagônicas sobre um mesmo espaço. Nem mesmo aquilo que parece ser da ordem da natureza escapa às formações imaginárias no momento de ser pego pelo sujeito.

De certa forma, essa noção nos é bastante solidária, uma vez que já situamos o lugar na formação social e o estamos concebendo como construção resultante dos processos discursivos. Vamos ver agora como se constitui o lugar social que envolve a ocupação por um sujeito que se reveste de determinadas características e é então reconhecido como o médico, o assentado, o agricultor, o fazendeiro, o líder e outros.

O discurso, na sua circulação, constituiu lugares que são acolhidos na formação social e possibilitam determinar quem é quem e colocar cada um no seu lugar. Até exercendo certo policiamento sobre os sujeitos, como mostra Rancière (1996).

O modo como esses lugares foram se definindo ao longo da história está relacionado ao saber/poder/discurso. Como já nos apontou Foucault, o saber, ao ser construído pela reunificação de enunciados dispersos, pressupõe que aquele que transita pelas *bibliotecas* em busca desses enunciados tenha determinadas condições para executar tal tarefa. Há então uma configuração do lugar que deve ocupar quem quiser instituir-se do saber/poder que possibilitará produzir enunciados que formatarão outros lugares sociais, permitindo até dizer quem é louco, criminoso, histórica, vagabundo /trabalhador... Mas como a configuração desses lugares é um conjunto de enunciados com suas lacunas, seus espaços de dispersão, eles são acolhidos na formação social e ficam expostos ao trabalho de outros mobilizadores de

enunciados. Assim os lugares sociais se submetem ao efeito das lutas de poder, numa parceria com discurso/saber.

Os sentidos vão se estratificando sob o efeito dos processos sócio-históricos, onde os sujeitos assumem diferentes posições e ocupam tais lugares, estabelecendo com eles relações permeadas pelo imaginário. A conformação do lugar está dada, mas na ocupação ele já passa por uma reconfiguração e aí então estamos nos encaminhando para tratar de lugar discursivo e não mais de lugar social.

Numa análise preliminar, lugar discursivo e posição-sujeito aparentam ser uma só noção, entretanto entendemos que há distinções tênues, mas significativas para um campo teórico onde a especificidade de cada noção demarca o território da cidadela sempre sujeita a ataques.

Um das situações teóricas que nos provoca a estabelecer diferença entre uma noção e outra é o fato de que em AD não existe grau de assujeitamento, não há como estar mais ou menos assujeitado a uma forma-sujeito. Porém os lugares socialmente configurados são ocupados de modo diferente. Um guarda que fala ríspido, tentando manter a ordem numa fila de estabelecimento bancário ocupa o lugar discursivo, que a formação social lhe apresenta, pela assunção da posição de autoridade. Cria uma *situação jurídica* em que cabe aos clientes obedecerem. Ele investe-se de poderes e mantém a ordem pela imposição da autoridade. O mesmo lugar poderá ser ocupado por um sujeito enunciador que, de modo cortês, organiza a fila sem a dureza enunciada nas determinações do primeiro e, com isso, cria uma *situação de cooperação* e constitui-se numa posição diferente do colega. Mantém-se no lugar, ocupa-o, mas constituindo posição-sujeito diversa.

Numa ação de ocupação de terra, onde todos os Sem Terra empunham uma foice, com exceção de um que toca um instrumento musical de sopro, todos estão no lugar de sem-terra ocupantes de uma determinada área. O conjunto formado nas condições determinadas pela organização do movimento constrói a aparente homogeneidade, coloca-os no lugar de militantes do MST. É nesse lugar social que eles são identificados. Entendemos, entretanto, que as posições que se constituem nesse ato de ocupação do lugar são diferentes. Como explicar isso? O que se coloca aqui é: como explicar tal diferença se ambos estão no mesmo lugar?

Parece-nos que essa questão põe em causa a diferença entre posição sujeito e lugar discursivo. A noção de lugar começa a configurar-se como uma determinação tecida no conjunto das práticas sociais e não numa Formação Ideológica específica. O lugar discursivo assemelha-se a um efeito de consenso produzido pelo conjunto das Formações Ideológicas.

Feitas então essas definições preliminares de lugar, tomamos outros caminhos para depois retomarmos o do discurso e já que queremos inscrever na teoria um [E] que possa configurar o lugar discursivo, teremos que andar por esses caminhos íngremes à procura de outros que possam nos amparar.

6.1 PRESSUPOSTO ARISTOTÉLICO

A passagem por Aristóteles apresenta-se como necessária para a compreensão do Lugar Discursivo, ainda que tenhamos presente a distância entre suas concepções e a epistemologia da AD. Entendemos, porém, que deslocamentos para a interpretação

da realidade fundamentada na filosofia materialista, são antecidos da compreensão de saberes que vêm alicerçando a construção do conhecimento, em especial nos estudos da linguagem.

Sabemos que a obra de Aristóteles envolve inúmeros tratados sobre os mais variados aspectos da realidade e também um *instrumento* para orientar a reflexão/descrição acerca dessa realidade. Assim os *Tratados de Lógica – Organon* – não fazem parte da ciência e da filosofia, mas são apenas instrumentos que elas utilizam em suas especulações. Os tratados que compõem o *Organon* teorizam sobre os elementos do discurso, formulação de raciocínios e argumentação. Desse modo, a essência da lógica é orientar a relação entre pensamento e linguagem de modo que haja sustentação coerente dos raciocínios descritores do universo.

Pela cronologia, apresentada por comentaristas da obra do filósofo (PESSANHA, 1991; REALE, 1997), sabe-se que a parte de seus escritos hoje conhecida pode ser dividida em: a) os *Tratados de Lógica*, já mencionados – *Organon*; b) a *Filosofia Primeira ou Metafísica*, que se ocupa de toda tentativa filosófica do pensamento humano dirigida a transcender o mundo empírico; c) a *Filosofia Segunda, Física*³⁷ que tem como objeto a investigação da realidade sensível, caracterizada intrinsecamente pelo movimento.

Esses três conjuntos de tratados são situados como *Filosofia Teórica* e a eles seguem-se outros conjuntos que vêm compor as obras da *Filosofia Prática*: a *Ética*, a *Política*, a *Poética* e a *Retórica*. Na *Filosofia Teórica* vamos encontrar pressupostos

³⁷ A *Metafísica* tem como objeto especular acerca das quatro causas primeiras: 1) formal, 2) material, 3) eficiente e 4) final. O campo é a realidade transfísica enquanto que a *Física* apresenta-se como especulação filosófica, mas uma ciência qualitativa ou metafísica da natureza.

para a noção de lugar, sob três perspectivas: a da Metafísica, a da Física e a da Lógica.

Na Metafísica, vamos encontrar *lugar* como uma das categorias³⁸ que, além da substância, são *ser por si*. São elas: a qualidade, a quantidade, a relação, a ação, a paixão, o *lugar* e o tempo. A substância e as categorias têm a condição de ser por estarem consubstanciadas pelas causas.

A causa formal e a causa material estão relacionadas à forma, a configuração sensível do ser. São do plano estático. A primeira é a forma ou essência que funda, que condiciona o ser e a segunda é o material, o suporte da primeira. As causa motriz ou eficiente e a final dizem respeito à possibilidade do *vir-a-ser*. Uma relaciona-se ao agente, ao que atualiza a potencialidade presente em determinada matéria e a outra, a final, é a idéia do objeto, o fim a que se destina, o projeto existente na mente do escultor (o agente), por exemplo, que toma o mármore (o material) e atualiza a potencialidade de uma estátua de homem (formal). A causalidade assim está estreitamente vinculada à idéia de ser.

A concepção de ser, em Aristóteles³⁹, expressa uma multiplicidade de significados, uma vez que de uma substância podem derivar-se seres. Como ele afirma nessa passagem em Metafísica (2, 1003-33)

O termo “ser” emprega-se em múltiplos sentidos, mas sempre na referência a uma unidade e realidade determinada. Portanto, ser

³⁸ As categorias remetem ao que predica o sujeito na lógica das proposições. Dessa forma, se dissermos - *O homem corre agora para a rua.* - e decompormos essa proposição, teremos *homem* que figura a categoria da substância, *agora* que representa a categoria do tempo, *corre* que entra na categoria da ação e *rua* que constitui a categoria de lugar. Aristóteles diz: *Cada uma das coisas que se dizemos sem nenhuma conexão entre si significa ou a substância ou a quantidade ou a qualidade ou a relação ou o lugar ou o tempo ou o estar numa posição, ou o ter ou o fazer ou a paixão.*

³⁹ As citações relativas à Metafísica e a Física estão tomando como referência fragmentos dos originais de Aristóteles presentes em Reale (1997).

não se diz por mera homonímia, mas da mesma maneira que dizemos “são” tudo aquilo que se refere à saúde: ou enquanto a conserva ou a produz, ou então enquanto é sintoma da mesma ou enquanto algo é capaz de a receber; (...)

Na substância estão implicadas as duas primeiras causas, pois, *por substância se pode entender, a título diferente, quer 1) a forma, ou 2) a matéria, ou 3) o conjunto ou os compostos da matéria e da forma.* (REALE, p. 46).

As duas primeiras causas formam a substância, na medida que uma, a primeira, é a arquitetura, o esboço que dá forma ao material, à segunda causa. Todos os seres são portadores de substância. Assim o ser sensível é união da sua forma à sua matéria e a substância é o conjunto de ambas.

O *ser por si mesmo* determina-se pela condição de substância. Desse modo, quando Aristóteles diz que as categorias *são seres só por homonímia ou que são seres, unicamente se acrescentar ou tirar ao “ser” certa qualificação...* situa as categorias como seres que têm corpo e matéria, mas que precisam da essência ou forma. O fato de nomear um ser como medicinal implica reconhecer que há uma relação com o *ser médico*.

Isso nos permite concluir que as categorias, especialmente *o lugar*, são dotadas de matéria que se reveste de existência *por si* a partir de sua relação com a essência vinda de outro ser. Diríamos que é um espaço vazio que poderá ser preenchido, quando então ganha substância e passa a subsistir por si mesmo. Há **o lugar enquanto espaço virtual em potência** que poderá transformar-se para *ser em ato*. Por isso as categorias não têm a

plenitude da substância, mas também não são apenas seres acidentais⁴⁰.

A partir dessa passagem pela Metafísica começamos a ter suporte para definirmos lugar como *virtualidade, possibilidade de vir a ser ocupado*. É na Física que essa dimensão tem mais evidência.

Nela o objeto de especulação não está relacionado apenas ao pensamento e à linguagem, mas coloca como centro o mundo físico. Nesse universo, *o lugar* tanto pode ser comum a todas as coisas como próprio a cada objeto. Vejamos, através de diferentes fragmentos, o que é lugar na Física de Aristóteles:

(...) *o lugar é, por um lado, algo comum em que estão todos os corpos, por outro, é algo especial em que está imediatamente um corpo (...), e, se o lugar é o que contém imediatamente cada corpo, constituirá nesse caso certo limite (...). (...) o lugar é o que contém o objeto de que é lugar e que não se identifica com nada da coisa nele contida'. (...) o limite do corpo continente, enquanto este se encontra contíguo ao conteúdo.*

Nessa perspectiva, o lugar configura-se como espaço imóvel que tem alguma potência, que pode ser ocupado. Claro está que se trata aí do lugar físico, do espaço dotado de duas ou três dimensões. O lugar e a coisa ocupante são simultâneos, mas mantendo-se a singularidade de cada uma. O lugar como limite que permanece imóvel enquanto o ocupante é móvel. Com a ressalva de que *tudo o que se move está num lugar (e move-se tentando alcançar o seu lugar natural)*. (REALE, p.63)

⁴⁰ A Gramática de Port Royal, corroborando essa condição das categorias, diz: *tendo os homens necessidade de signos para exteriorizar tudo o que se passa em seu espírito, é indispensável que a distinção mais geral seja que uns significam os objetos dos pensamentos e os outros a forma e o modo de nossos pensamentos... As palavras do primeiro tipo são as que foram denominadas nomes, artigos, pronomes, participios, preposições e advérbios; as da segunda são os verbos, as conjunções e as interjeições;...* (p.29). Entendemos que a colocação dos advérbios na condição daquilo que serve para *expressar os objetos do pensamento* é um indicativo da condição de ser do lugar.

A partir das características aí esboçadas, podemos tomar lugar como espaço distinto da coisa ocupante. Nesse sentido, é possível sustentarmos que **um lugar pode ser ocupado sem que haja identidade entre os princípios que o delimitam e quem o ocupa**. Outra característica fundamental que se sustenta na afirmação de Aristóteles é o limite que configura o lugar próprio para cada corpo, ou seja, *não são universais os lugares*. Há especificidades em cada um que precisam ser observadas.

Ainda que tenhamos andado por quadro teórico distinto do que sustenta os pressupostos próprios à Análise do Discurso – AD, a noção de lugar trazida de Aristóteles nos permite encaminhar a reflexão acerca do lugar discursivo – LD, considerando duas características importantes para o propósito de nossa pesquisa. A primeira vem da Metafísica e nos aponta para **o lugar como realidade que tem existência na sua relação com os sujeitos que constituem uma determinada formação social**. A segunda vem da Física e nos permite sustentar *lugar* como **espaço pré-configurado que pode ser ocupado, tem os seus próprios limites que não imobilizam seu ocupante**. O movimento pode acontecer e talvez até distender fronteira. Entendemos, porém, que, como diz Millet (s.d.) *exclusivamente o limite* se apresenta como real com o qual se depara aquele que tenta ultrapassá-lo. Vamos ver até onde podemos ir na perspectiva discursiva.

6.2 LUGAR NO ÂMBITO DO DISCURSO

Ainda com Aristóteles, vamos encaminhando a construção de nossa concepção de LD presa ao pré-construído que retorna como condição para que outro sentido venha a existir e possa

inscrever-se no interdiscurso. O retorno do já existente é sempre necessário, pois é o já-dito que nos possibilita constituirmos posições. Desde Aristóteles até os pressupostos da AD há verdadeiras revoluções no campo da construção do conhecimento acerca do universo físico e do universo da linguagem. Elas provocaram avanços em alguns momentos e rupturas em outros, mas não apagaram o já inscrito na memória que retorna.

Para tratar sobre discurso, em especial sobre argumentação, mesmo saindo do labirinto de idéias presentes na (Meta)Física, temos que considerar a Lógica, terceira perspectiva que Aristóteles nos coloca para abordarmos a questão do lugar.

O *Organon*, paradigma para pensar o universo, disciplina o pensamento. É o esforço sistemático do exame da estrutura do pensamento enquanto capaz de forjar provas racionais. Arma o laço entre a razão, a linguagem e a intersubjetividade. Aristóteles, em Tópicos I, parag. 2, ao apontar as utilidades do tratado, diz

Para as conversações e disputas causais, é útil porque, depois de havermos considerado as opiniões defendidas pela maioria das pessoas, nós as enfrentaremos não nos apoiando em convicções alheias, mas nas delas próprias, e abalando as bases de qualquer argumento que nos pareça mal formulado.

É ainda na lógica que vamos encontrar os fundamentos então da dialética, a partir dos quais se dá importância à presença do interlocutor, ou seja, ao conhecimento das posições que poderão fundamentar a argumentação. Aristóteles desenvolve esse raciocínio chegando a tratar o *Topos* (lugar) como a chave para o silogismo dialético. Trata os pontos de vista sustentadores da proposição dialética como verdade aceita sem que precise *ser*

evidente para todo mundo ou para a maioria das pessoas. Diz ele em Tópicos I, parágrafo 10:

Ora, uma proposição dialética consiste em perguntar alguma coisa que admitida por todos os homens, pela maioria deles ou pelos filósofos, isto é, ou por todos, ou pela maioria, ou pelos mais eminentes, contanto que não contrário à opinião geral; pois um homem assentirá provavelmente ao ponto de vista dos filósofos se este não contrariar as opiniões da maioria das pessoas.

O *topos*, como dialética e verdade aceita pelos *eminentes*, aponta para a construção do lugar pela linguagem. Se o *instrumento* constrói os raciocínios lógicos, a linguagem, pelo *Topos*, *expressa* esses raciocínios e demarca os lugares a partir dos mais eminentes. Não é mais o lugar físico, mas **o lugar como posição argumentativa instituída pelo consenso entre os cidadãos.**

A relação entre *Topos* e argumentação foi desenvolvida por Ducrot (1988) que, mesmo tentando reconfigurar a noção, mantém o *Topos* como efeito de consenso de um determinado grupo social.

Ao trazer a noção de *topos*, ele refuta as condições de verdade postas como efeito de raciocínios orientados apenas pelo *Organon* e mostra que o poder argumentativo vem de uma outra posição. Vem da exterioridade, cuja interferência constitutiva na argumentação é fundamental. A lógica formal puramente ideativa cede lugar a uma *lógica* das convenções sociais que, por sua vez, não comporta uma universalidade ampla e irrestrita, mas uma universalidade que é sustentada por determinadas condições culturais. Interessa-nos guardar a idéia de que, tanto para

Aristóteles quanto para Ducrot, **o lugar onde se sustenta a argumentação é um efeito de linguagem e de consenso.**

6.2.1 Lugar em Foucault

Com Foucault começamos a trilhar caminhos mais próximos à AD. Dentro da bibliografia mais pertinente consultada, ele é o primeiro autor que nos aponta para a relação entre lugar e discurso. O autor faz a relação entre lugar social, lugares institucionais e discurso.

Ao tratar sobre a formação das modalidades enunciativas, em *Arqueologia do Saber*, ele associa a legitimidade dos discursos ao lugar social de quem os profere e aos lugares de onde provêm os enunciados constitutivos dos discursos. Diz Foucault(1969):

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem definido por status que tem direito de articulá-lo reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (p.58).

Na seqüência do mesmo texto, Foucault trata lugar como instituições onde se situa o espaço de constituição dos enunciados. Traça um quadro histórico, desde o Século XVIII, acerca dos lugares institucionais que foram agregando-se como geradores de enunciados pertinentes ao discurso médico. Mostra que a legitimidade do enunciado não está afeta só ao enunciador, mas também ao lugar institucional em que é tecido. Dessa forma, aponta para todo um conjunto disperso de enunciados que

convergem para sustentar o lugar discursivo do médico. Combinam-se lugar enquanto posição enunciativa e lugar como instituição, para dar condições de verdade ao discurso.

Um dos lugares institucionais descritos pelo autor é

o que se poderia chamar de “biblioteca” ou o campo documental que compreende não somente os livros ou tratados, tradicionalmente reconhecidos como válidos, mas também o conjunto de relatórios e observações publicadas e transmitidas, e ainda a massa das informações estatísticas (referentes ao meio social, ao clima, às epidemias, à taxa de mortalidade, à frequência das doenças, aos focos de contágio, às doenças profissionais) que podem ser fornecidas ao médico pelas administrações, por outros médicos, por sociólogos, por geógrafos. (p. 58).

As posições do sujeito – discurso médico – possíveis de serem ocupadas são igualmente dispersas. O foco, a direção é dada a partir do lugar em que se localiza, da perspectiva que adota para questionar, ouvir, observar, descrever anotar. É a perspectiva adotada que permite às posições do sujeito serem diversas, ainda que ocupando um mesmo lugar. São percepções distintas de um mesmo sintoma, por exemplo, que vêm inscrever-se no universo do discurso médico.

O sujeito do discurso se dispersa ainda nos lugares onde circulam os discursos relativos à medicina. Nesse sentido, novas perspectivas são adotadas no trabalho pedagógico do médico, por exemplo, ou na divulgação para os meios de comunicação de massa de uma determinada situação própria à medicina. Todas elas dispersam o sujeito.

Foucault aponta para o fato que os enunciados que são convocados na formulação do discurso estão circulando em espaços diversos, mas são resgatados, trazidos à lembrança, por um sujeito cuja legitimidade deve ser *a priori* reconhecida. É o

profissional da área da saúde, médico ou paramédico, que está autorizado a reunificar o disperso no hospital, no laboratório ou na *biblioteca*, e ter, então, o poder legítimo de *conjurar o sofrimento e a morte*. Constitui-se esse lugar pela reunificação dos enunciados resgatados de diferentes *bibliotecas*. Os saberes que lhe conferem legitimidade para fazer o discurso da doença, da saúde ou da morte têm densidade temporal e institucional. Colocar-se no *lugar de* significa relacionar-se com esses saberes e constituir-se numa posição enunciativa. Essa densidade que formou o *a priori* mantém o estatuto de realidade para aquilo que é um efeito de discurso.

Ainda com Foucault, podemos dizer que aí onde, pelas práticas discursivas, resgataram-se enunciados, formou-se o lugar *singular de um sujeito falante(...)* *Não importa quem fala; mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.* (FOUCAULT, 1969, p.142). O lugar enunciativo será apontado como exterioridade constituída por enunciados que podem *inquietar, agitar* ou fazer reconhecer-se e dar acolhimento a mais um que adere a essa densidade que configura o lugar enunciativo do médico. Foucault nos permite entender o lugar **como espaço de convergência de várias posições enunciativas, as quais vêm reafirmar lugar como um efeito de discurso.**

6.3 LUGAR EM ANÁLISE DO DISCURSO

Como já mencionamos, o propósito de trabalhar com a noção de LD nos coloca sobre terreno bastante árido, pois essa é

uma noção cuja elaboração ainda está em fase de *vislumbres teóricos*⁴¹.

A primeira referência a lugar que encontramos em AD diz respeito ao lugar social que ocupam os interlocutores e também aos deslocamentos que Pêcheux (1969), em AAD, faz produzirem-se sobre o esquema informacional proposto por Roman Jakobson. O lugar, a partir disso, *designa algo diferente da presença física de organismos humanos individuais* (p. 82). Os lugares sociais ocupados pelos interlocutores estão representados, mas sob efeitos imaginários. *São as imagens que se projetam no espaço ocupado por um e outro*. Ali onde cada interlocutor se coloca há uma antecipação dada pelas projeções que se fazem os dois.

Orlandi (1996, 2002), ao tratar sobre argumentação, faz relação entre dois momentos do processo discursivo e a tomada de posição pelo sujeito no que diz respeito ao lugar que se coloca como argumentador. Aponta para a formulação como tempo dessa tomada de posição, que ocorreria quando o sujeito já está sob a ilusão de que tem controle sobre seu dizer, colocando-se, assim, num lugar discursivo sem afetar a posição-sujeito. Consideramos importante isso que é apontado por Orlandi, pois nos permitiu ver **LD com maior estabilidade que a posição-sujeito**. E com isso pudemos relacioná-lo com aquilo que a Física de Aristóteles nos mostra, ou seja, *o lugar e a coisa ocupante são simultâneos, mas mantendo-se a singularidade de cada um*.

Os pontos de partida específicos vindos da AD são esses que, unidos a outros também pertinentes, estão permitindo situar

⁴¹ Pêcheux (1995, p. 152) usa a expressão estágio dos “vislumbres” teóricos penetrando a obscuridade, ao tratar sobre a articulação entre ideologia e inconsciente, na teoria do discurso.

o LD no espaço da teoria. Uma das noções de bastante relevância para compreensão do LD tem sido a de Formação Social.

Na dimensão desse trabalho, ela está sendo considerada como **a estrutura a partir da qual é dado a observar a realidade**. É a forma que ganham os objetos constituídos nos processos perpassados pelo ideológico e pelo imaginário. É na Formação Social que os processos discursivos depositam transitoriamente seus efeitos. No contexto das quatro formações, pode-se lhe atribuir o caráter de espaço onde o ideológico, pelas práticas sociais discursivas ou não-discursivas, se consuma. Nesse sentido, é na Formação Social que os objetos cristalizados, os sentidos constituídos são incorporados e instituídos como realidade que permanece com aparente estabilidade lógica. Podemos dizer que nelas os sentidos se transformam em lugares que são apontados aos sujeitos. Como objetos formatados e estáveis ganham visibilidade e estatuto de lugar social, mas guardam a heterogeneidade discursiva, as lacunas, os espaços de dispersão que os constitui.

E nessa perspectiva que podemos considerar o *LD como estrutura, pré-construído*, realidade com a qual o sujeito se relaciona e a partir do que se constitui em diferentes posições. O assujeitamento tem sempre uma materialidade lingüística – *o significante que representa o sujeito para outro significante*⁴² – tomada como ponto que permite ao sujeito – *desde-sempre sujeito* – reconhecer-se. Pêcheux, em Herbert (1968, p.75), nos mostra que a determinação de um lugar para o sujeito, na cadeia dos significantes, é um mecanismo de identificação que outra coisa não é *senão um efeito de sociedade*. Os mecanismos

⁴² A afirmação é de Lacan. Pêcheux, ao trazê-la para a AD, vai aproximá-la da ideologia, a partir da relação com a Formação Discursiva. Os significantes estão aí apontando para outros, como seres que buscam pares, estão descarnados, sem sentido, e só vêm adquiri-lo na relação com os outros significantes. É um processo metafórico, onde a semantização de um está sempre na relação com aquilo que constitui uma formação discursiva.

ideológicos simulam para o sujeito o valor de verdade daquilo que é apenas um efeito de sentidos que instituiu lugares e, *através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser”* (PÊCHEUX, 1975, p.159).

Com isso, retomamos o fato que a constituição do sujeito dá-se em relação ao Outro⁴³ que lhe é exterior. É no conjunto de discursos, no interdiscurso, que algo fala antes e se constituem *conjuntos estratificados de sentidos*, os quais são materialidade simbólica daquilo que se apresenta como realidade e como garantia para outras formulações serem interpretadas.

Assim, o que aparenta ser novo já vem determinado pelo conjunto complexo das formações ideológicas e emerge numa determinada formação discursiva.

O interdiscurso que forma um LD, seja do líder, do professor, da mãe, do assentado ou de outro qualquer, traz o conjunto de [E] constituído por diferentes formações ideológicas. Ele, com sua densidade, formata e dá configuração à matriz simbólica do lugar que é apontado ao sujeito como realidade. Carrega o conjunto de significantes que, no encontro com o sujeito, ganham corporeidade permitindo a entrada no lugar, a partir do reconhecimento que funda o trabalho de desestruturação/reestruturação, quando então, naquele lugar já instituído, o sujeito pode movimentar-se e constituir-se em posições-sujeito.

O reconhecimento do lugar que é dado a ocupar, como dissemos, funda a constituição de posições que são efeito da passagem do discurso-transverso, o movimento do pré-construído sobre si mesmo. Nessa passagem, os enunciados que formatam o LD são submetidos ao processo de articulação que *constitui o*

⁴³ A referência de *Outro* é a história, a exterioridade que constitui sujeitos impondo-se como real impossível de ser ignorado. O *outro* diz respeito aos interlocutores.

sujeito em sua relação com o sentido determinado por uma formação ideológica. Esse processo pode tomar duas formas: a da equivalência e a da implicação.

Pêcheux (1975, p.159-185) explicitando questões do assujeitamento e em especial tratando sobre a forma-sujeito do discurso, nos permite entender a equivalência como forma onde, pela articulação, se faz apenas o reconhecimento daquilo que é apresentado como pré-construído. O sujeito coloca-se no lugar que lhe é apontado sem interrogar, sem contrapor-se a isso que é dado como realidade. Seria tomar os significantes em si mesmo sem relacioná-los à materialidade histórica que lhes dá sentido.

Já na implicação, ocorreria a seleção de sentidos, os significantes não seriam apenas identificados, mas contrapostos aos diferentes sentidos. Aquilo que é apresentado faz o encadeamento com o que já constituía o sujeito *desde-sempre sujeito*, fazendo constituir-se posições-sujeito na relação com o LD que é apresentado.

A articulação, sob essas duas formas, constitui o sujeito em posições que se consomem na formulação. Aqui os *significantes* selecionados pela articulação carregam, num jogo metonímico, o LD com sentidos próprios a uma formação discursiva. A materialidade lingüística traz então a espessura discursiva, mas também um ocupante do lugar com especificidade própria à FD que lhe é dominante.

Com essa passagem pelo assujeitamento nos parece termos situado o LD no seu funcionamento em relação ao processo. Entretanto ainda é necessário situá-lo como realidade que circula na Formação Social.

As considerações de Kehl (2002) nos apontaram para a Formação Social como lugar onde os objetos constituídos nas redes de discursividade são acolhidos e têm visibilidade na

forma de fronteiras que não vêm só de uma formação discursiva, são do domínio da formação social. Elas *são os marcos visíveis que constituem o pré-construído sobre o qual o ideológico e o imaginário trabalham*, logo trazem implicadas as outras formações cuja força constitutiva decorre desse intrincamento onde o social, o imaginário, o ideológico e o lingüístico produzem objetos que ganham visibilidade na possibilidade da sua própria invisibilidade. O todo nunca se mostra.

Isso então que se mostra como tão real se (in)trinca no encontro com o sujeito e aí constitui-se uma materialidade só acessável pelo trabalho analítico. Nisso está uma diferença fundamental das posições-sujeito em relação ao LD, pois elas **são acessadas através de dispositivo – teórico e analítico – que nos permite entrar nos processo discursivos** e buscar ali os fios, o entrelaçamento de discursos que veio constituir sentidos/sujeitos.

Na Formação Social, o reconhecimento do LD dá-se a partir do discurso posto em circulação e constituído sob a dominância de diferentes formações ideológicas. Ser situado no LD não significa assunção de posição-sujeito. São movimentos distintos: um, *é da ordem da circulação de discursos*, que foi estratificando, cristalizando sentidos que são reconhecidos como realidade, pré-construído; e o outro, *é da ordem da constituição*, onde o já-dado é ponto de partida para que outros sentidos/sujeitos venham existir.

No quadro abaixo, apresentamos o resumo das características das duas noções apontadas na teorização antecedente.

LUGAR DISCURSIVO – LD	POSIÇÃO-SUJEITO – PS
<ul style="list-style-type: none"> – Espaço virtual com possibilidade de ser ocupado – Espaço de reunificação do disperso – Espaço heterogêneo, constituído no conjunto de discursos circulantes na Formação Social – Identificação entre lugar e seu ocupante não é condição necessária para a ocupação se efetuar – Estabilidade maior, lugares estratificados – Visibilidade no mundo factual – Instituído pela Circulação dos discursos - Pré-construído – Efeito discursivo 	<ul style="list-style-type: none"> – Posição preenchida no ato da constituição – Espaço de dispersão do sujeito – Espaço homogêneo, constituído sob dominância de uma FD – Identificação com a Forma-sujeito como condição necessária de existência – Estabilidade menor, podem vir a ser de pouca duração – Acessibilidade só pelos dispositivos teórico e analítico – Emergência na constituição e formulação do discurso – Atualidade – Efeito discursivo

O esboço do que estamos entendendo como LD está posto e durante a análise iremos tratar de forma mais elucidativa das características do LD e das diferenças em relação à posição-sujeito.

7. DA MARCAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS LUGARES DISCURSIVOS

Você que fazem parte dessa massa/Que passa nos projetos do futuro/É duro tanto ter que caminhar/Ter que dar muito mais do que receber/E ter que demonstrar sua coragem/À margem do que possa parecer/E ver que toda essa engrenagem/Já sente a ferrugem lhe comer/Éh eô vida de gado, povo marcado povo feliz.

Zé Ramalho, Admirável Gado Novo

Na posição teórica em que nos situamos, a discursividade constitui objetos que, inscritos no interdiscurso, passam a ter existência como sentidos que se *fixam*, produzindo a ilusão de realidade *desde-sempre* dada, na forma de enunciados que são convocados sob a dominância de uma ou outra formação discursiva e repetidos e/ou reformulados. Sempre num trabalho conjunto, onde a materialidade simbólica reveste-se de sentidos no encontro com o histórico, os enunciados são acolhidos pelo sujeito que se identifica na língua e na história.

Na dispersão circulam sentidos que, postos em relação, podem produzir novos efeitos. Em nossa busca para captar os diferentes enunciados que delimitam o lugar discursivo de líder – LDL –, entramos numa rede de formulações cujos enunciados são próprios à realidade distinta dos movimentos sociais. As formulações carregam sentidos que se colocam em relação de aproximação e/ou de afastamento no espaço das formações discursivas. Estão inscritos no interdiscurso e se repetem ou se reformulam, servindo de pré-construído para que outros sentidos se constituam.

7.1 OS PRIMEIROS MARCOS DO LUGAR

Ao nos situarmos no campo discursivo próprio às relações nas empresas públicas ou privadas, o LD é delimitado de acordo com as condições de produção que determinam a emergência dos sentidos no campo da administração. Assim pudemos ver que os atributos que dão contorno a tal lugar são; competência administrativa; conhecimento amplo da realidade; inconformidade com o status quo; capacidade de diálogo; capacidade para dar direção dentro da empresa; ser referência para os liderados chegarem até a realização das metas comuns da empresa. Dessas características deve investir-se aquele que ficará legitimamente autorizado a circular pelos espaços de poder inerentes. O lugar do líder, nesse universo, tem uma unidade, uma *substância* que é sua referência. Ocupá-lo significa observar a substância. É possível circular no interior do lugar e mantê-lo com a mesma unidade. Aqui o encontro com o cargo situa o sujeito num lugar com o qual passa a se relacionar e a produzir representações que poderão confrontar-se com aquilo que lhe foi apresentado.

As fronteiras estão dadas, quem tem mobilidade no lugar é aquele que vier ocupá-lo. Relembrando o que nos aponta Aristóteles: *o lugar como limite permanece imóvel enquanto o ocupante é móvel.*

A liderança é exercida a partir da observância desse conjunto de saberes. *Todos sabem* que para exercê-la há necessidade de que esses atributos sejam (in)corporados por um sujeito que, na empresa, ocupará o lugar com um certo grau de conforto ou de desconforto. Tal lugar já foi construído como efeito da historicidade que permeia as relações no espaço empresarial, entretanto, aqueles que vierem ocupá-lo colocar-se-

ão nele sob a dominância de diferentes formações ideológicas, e constituir-se-ão então como ocupantes de um **Lugar Discursivo próprio a um espaço social, mas assumindo posições-sujeito nas relações determinadas pela formação ideológica que lhes é dominante. Não estará mais em causa o sujeito que veste o terno e ocupa a cadeira, o lugar social do líder, mas as posições que ele assume ao investir-se no lugar já construído.**

O conjunto estratificado de enunciados traçou a fronteira do que é ser um líder e registrou-se isso como realidade, mas, ao situar-se nesse lugar, o sujeito poderá *resmungar*, remexer-se. Colocando-se em confronto, pelo discurso transversal, com aquilo que se apresenta como pré-construído constitutivo da realidade (isto é um líder!) e a região do interdiscurso, a formação discursiva dominante da posição-sujeito.

No movimento de cavar rocha, em busca dos marcos, o que surgiu como pista foram esses enunciados que pertencem a campo discursivo diferente daquele que recortamos em nossa análise, mas inscrevem-se no universo dos discursos que circulam na formação social. Constituem uma realidade onde os antagonismos aparentes não impedem a livre movimentação de sentidos que poderão constituir, em formações ideológicas distintas, a delimitação do Lugar Discursivo de Líder (LDL).

7.2 LUGARES DISCURSIVOS NO MOVIMENTO

Uma primeira parte do disperso foi flagrado, o que não significa, porém, que ficará preso, enredado para sempre. São objetos fugidios que escapam ao nosso controle. Tentativas há de administrar sentidos e até de fixá-los. Especialmente quando se trata de preservar espaços de poder ameaçados pela luta social

para a ocupação mais solidária da terra. Sempre há alguém para insistir que *os Sem Terra invadem as propriedades*, assim como sempre há quem repita que *os Sem Terra ocupam o latifúndio improdutivo*. São confrontos que colocam sentidos antagônicos em circulação e possibilitam a emergência de outros que vêm materializar na linguagem as condições históricas em que novos sujeitos colocam-se em/no movimento para tecer novos espaços de poder. É no acirramento da luta que a guarda da fronteira é reforçada, e é nesse movimento tenso que vai se dando a limitação do Lugar Discursivo de Líder do MST.

7.2.1 Resgate de uma Memória

A constituição do MST, como já sabemos, se dá numa convergência de lutas a partir das quais os trabalhadores rurais sem-terra instituem-se como sujeito político e constroem uma nova forma de organização social. Essa organização provoca a demanda pelo reconhecimento dos lugares que vão sendo discursivizados no movimento.

O movimento vai tecendo seus atores e desafiando a formação social a reconhecê-lo(s). No confronto com a ordem social já instituída, outros lugares discursivos se sobrepõem entrelaçando discursos que pareciam adormecidos, encobertos pelo mofo dos arquivos.

Dessa forma, no interior da própria contradição, se erguem fronteiras que superaram o tempo e atravessaram territórios, direcionados pela historicidade, fazendo ressurgir lugares já desenhados no mapa das lutas sociais pelo uso e distribuição da terra. Romão (2002) puxa os diferentes fios da história do Brasil e nos mostra como a luta foi ganhando corpo na língua dos

sertanejos, dos imigrantes, dos escravos, dos posseiros. No enfrentamento com o mesmo adversário personificado em outros atores, cada designação dada ao sem-terra carrega a historicidade que assinala momentos da luta sangrenta pela posse da terra.

Não só na história brasileira se registram essas lutas. O percurso da humanidade é rico de registros que vêm constituindo a discursividade acerca das lutas pelo uso e/ou posse da terra. Fazemos um recorte nesses discursos e tomamos como referência a ação dos *diggers*⁴⁴ na Inglaterra, Século XVII, período da Revolução Inglesa. Entramos nesse universo porque nele situamos sentidos que ressoam de forma estridente no discurso do MST, em especial os relativos à liderança, objetivos e organização.

O líder desses camponeses, privados do uso da terra, lança manifestos, faz proferimentos cujos enunciados constituíram uma memória que é rememorada hoje nas representações dos Sem Terra. Já estava lá um discurso que mescla o religioso e o político, objetivando a justiça social. Vejamos enunciados como:

Tendo todos o homens por nascença os mesmos privilégios, devem então todos os homens desfrutar igualmente dos frutos da Criação, sem ter um deles maiores propriedades do que qualquer. (HILL, 2001, p. 126).

Trabalhai juntos, comei juntos o vosso pão. (idem, p. 137).

Esses camponeses representavam os pobres expulsos do campo pelo cercamento das terras comunais que passavam a ser propriedades privadas.

⁴⁴ Diggers: deriva do verbo to dig que significa cavar.

A fala dos *diggers*, enunciada pelo líder, demarca lugares que naquele momento histórico tornam-se referência de luta e de ameaça ao estabelecido, pois o perigo representado pelos *diggers* devia-se ao fato de que eles convocavam os pobres a se organizarem autonomamente, em torno de ações práticas, para contestar a ordem estabelecida.

O líder dos *diggers* investia-se também de características que formatam o lugar do líder empresarial, como a *inconformidade com o status quo*. Os enunciados em movimento transportam-se para além do tempo e vão dando forma ao lugar discursivo que é ocupado por líderes constituídos em diferentes posições.

O discurso dos *diggers* cria um espaço para que, na formação social da época, novos líderes sejam acolhidos e reconhecidos em seus lugares, de onde enunciam sustentados no próprio lugar e por posições legitimadas no movimento que lideram.

7.2.2 Marcos Regulatórios do LDL no MST

Sem Terra, acampado, coordenador, assentado, líder do movimento e outros lugares instituem-se na formação social como efeito das práticas discursivas. A diferença entre um e outro lugar é tênue e com sobreposições da identidade Sem Terra, aquela que, segundo Caldart (2000), é *a identidade coletiva que transcende às características específicas dos sujeitos* que integram o MST.

Na estrutura organizativa do Movimento, há coordenações em diferentes instâncias que vão desde a do acampamento e a do assentamento até a coordenação nacional. Em todas as instâncias,

como já mostramos, é um coletivo que coordena. E nessa estrutura não há a designação líder para quem ocupa esse lugar, porém ele vai sendo construído no discurso do/sobre o MST.

Os coordenadores devem reunir características que são comuns a todos que assumem a identidade Sem Terra⁴⁵ e outras específicas ao LD de um líder. Os Cadernos de Formação dos participantes do MST, Construindo o caminho (1986) e Elementos sobre uma teoria da organização no campo (1986), apontam para o perfil do coordenador como alguém que reúne as seguintes características: ser reconhecido por seus pares como portador das condições para liderar; ser assertivo; saber o momento certo para agir; ser firme e seguro em suas posições; comunicar-se respeitando diferentes posicionamentos; ter conhecimento teórico coerente com sua prática; ter a confiança do grupo do qual participa.

Essas são determinações específicas da FD dominante do sujeito que, junto com saberes já acolhidas na Formação Social, formatam o LDL com o qual se relaciona aquele que vier a ocupar a coordenação ou liderança no MST.

Desse modo, na primeira parte da análise fazemos uma simulação do encontro do sujeito com o LDL. Um lugar que é posto à frente como um espelho, fazendo analogia ao *estádio do espelho*⁴⁶, onde o outro possibilita o encontro com aquilo que já nos habita, mas que precisa de condições para refratar-se, fazer a equivalência e a partir de então iniciar a articulação na forma da implicação que possibilita ao sujeito emergir em diferentes posições.

⁴⁵ Na perspectiva do MST, essa identidade deve caracterizar-se pela adoção e prática dos seguintes valores ou sentimentos: solidariedade, indignação, compromisso, coerência, esperança, confiança, alegria, ternura, mística em forma de utopia e respeito pelos símbolos da luta, (BOGO, 2000).

⁴⁶ Entendemos refração e espelho na concepção que lhes dá Lacan em Estádio do Espelho. Conforme explicitamos no item 5.5.

7.3 MARCAÇÃO DOS LUGARES DISCURSIVOS

Tomamos a antecipação do outro como um significante que possibilita ao sujeito colocar-se no lugar que lhe é apontado e ali transitar constituindo sentidos. Estamos tratando esse primeiro momento da análise como encenação onde se dá o encontro do sujeito com uma realidade com que passa a relacionar-se. Nessa perspectiva, quando, numa situação de interlocução, as imagens dos lugares ocupados são explicitadas através da lexicalização instauram-se condições para os sujeitos relacionarem-se com esses lugares.

7.3.1 Lugar Discursivo do Líder

No *corpus* em análise, a repetição do item lexical **líder** apresenta-se como pista que configura o reconhecimento, pelo outro, da ocupação desse lugar. Já, para o sujeito, tal item antecipa o LDL que pode ocupar e constituir-se em posições-sujeito sob a dominância de uma FD.

As seqüências trazem implícitas diferentes condições de produção, mas têm em comum o fato de terem vindo de sujeitos enunciadorees que ocupam lugares discursivos na mídia.

A seqüência 1 foi recortada de programa televisivo onde o entrevistado fica no centro e, ao seu redor, situam-se os entrevistadores que atuam moderados pelo coordenador do programa. Naquele ano (1997), o MST havia realizado uma marcha a Brasília que reuniu, na fala do coordenador, *30 mil pessoas no maior ato de protesto até ali realizado contra o governo Fernando Henrique*.

Na seqüência 2, temos um fato de linguagem recortado do jornal El País, cuja íntegra da reportagem foi veiculada, já

traduzida, na rede de Internet. A entrevista foi concedida logo após o primeiro turno da eleição que elegeu Lula para Presidência da República.

Na seqüência 3, temos um fragmento de reportagem feita em Chapecó -Santa Catarina, onde João Pedro Stédile esteve para ministrar, na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, aulas durante curso para formação de lideranças políticas. Eis as seqüências discursivas –SD:

***SD 1** – Boa noite, o Roda Viva debate hoje um tema importante para a sociedade brasileira: a reforma agrária, no centro da nossa roda **um dos líderes do Movimento dos Sem Terra**, João Pedro Stédile.*

.....
.
Bem, para entrevistar o líder do MST, João Pedro Stédile, nós convidamos essa noite o Fernando Mitre, o diretor de redação do Jornal da Tarde; – Paulo Henrique Amorin, editor-chefe e âncora do Jornal da Bandeirantes; – Luiz Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira; – o ex-presidente do INCRA Francisco Graziano Neto e atual Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; – e o Josias de Souza, secretário de redação da Folha de São Paulo. (Programa Roda Viva – TV Cultura 25/08/97).

***SD 2** – “O Brasil tem 848 milhões de hectares de superfície. Cerca de 600 milhões são terras privadas, outros 200 milhões são terras públicas que estão na Amazônia...”.*

Esses são alguns dados oferecidos por João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem Terra (MST), a organização que dirige a luta dos camponeses a favor da reforma agrária no Brasil. (Jornal El País – 09.10.02. Trad. Luiz Roberto Mendes).

SD 3 – O líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, está definitivamente convencido de que nos quatro anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a reforma agrária realmente vai sair do papel. (Jornal A Notícia – 10.8.03).

Ao anunciar *um dos líderes do Movimento dos Sem Terra*, o enunciador coloca em circulação a organização das instâncias de poder do MST. O sintagma nominal – SN repleto de determinantes aponta para a liderança como lugar preenchido e reconhecido. *Um dos líderes* marca na formulação o pré-construído sobre o qual o sentido do sintagma sustenta-se. A definitivização de *líderes* assinala a presença do discurso prévio sobre o qual o novo se articula, o interdiscurso mobilizado apresenta-se como aquilo que é do domínio comum, possibilitando assim a construção imaginária do interlocutor nesse lugar já dado. Na determinação do referente, dá-se o encontro do interlocutor (outro) com o Outro (os sentidos outros, a ideologia, a historicidade) constitutivo do sentido. Aqui as condições de enunciação encaminham a legitimidade da demarcação do lugar. Um dos interlocutores é a mídia⁴⁷ que se coloca, na formação social brasileira, em posição privilegiada, pois detém um aparato que lhe permite direcionar a produção de sentidos, controlar seu espaço de projeção e legitimá-los, com a pretensão de poder também controlar a circulação.

No SN temos ainda a remissão ao MST em *Movimento dos Sem Terra*. A mobilização do interdiscurso vem trabalhar para a

⁴⁷ Maria Rita Kehl, em Novaes (1993), aponta para o poder da mídia, especialmente da televisão, na interpretação da realidade. Nós entendemos que esse poder é dado pelo aparato que diz respeito não só às tecnologias, mas também ao jogo de interesses, às condições sociais que deixam a população exposta a mecanismos que seduzem e podem manter telespectadores presos numa trama de submissão cultural.

constituição da posição-sujeito específica nesse lugar de líder. O preenchimento do lugar de líder foi anunciado na formulação onde se colocaram evidências das formações imaginárias⁴⁸ do outro acerca do entrevistado, mas a constituição da posição-sujeito de líder do movimento social só poderá ser vislumbrada na análise discursiva da entrevista. Mesmo que, para os telespectadores, *um dos líderes do Movimento dos Sem Terra* esteja falando, a posição-sujeito só será acessada pela análise do processo discursivo.

Na formulação, o lugar de líder assim demarcado permite acessar a historicidade constitutiva da posição-sujeito que se constitui nesse lugar e então a memória mobilizada sustentará o líder representando suas relações com a forma-sujeito própria ao MST.

A segunda pista traz na formulação o líder do MST já investido no lugar, ou seja, ele não é um dos enunciadores que poderá ocupar esse lugar, mas aquele que já ocupa.

O SN *o líder do MST* vem sintetizar a construção do entrevistado como *principal estrategista do movimento que organizou a luta pela Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Sem Terra*. Antecedendo às perguntas dos entrevistadores, traçam-se fronteiras do lugar do MST na Formação Social, e com isso vai se dando o apagamento do sujeito individual e se provocando o reconhecimento de uma posição ideológica. A cena enunciativa sustenta o lugar do líder do MST ao fazer a relação entre as práticas discursivas e as não-discursivas e a atuação do entrevistado. O coordenador da entrevista, ao amalgamar o MST e entrevistado, dá orientação para os entrevistadores e telespectadores e aponta para a ocupação do lugar de liderança do MST por um líder. Quem passa a ocupar a cadeira no centro

⁴⁸ Conforme tratamos no item 4. 2, as formações imaginárias atravessam as representações do sujeito.

da *Roda Viva* não é mais o sujeito individual, mas o sujeito, conjunto de saberes. Não é um líder qualquer, mas é o movimento que naquela cadeira giratória poderá, pela formulação, dar pistas, fornecer indícios para repetição e/ou reformulação dos sentidos do MST, na Formação Social. Antecipa-se então o lugar a ser ocupado, rememora-se a posição em que deverá constituir-se o líder. O movimento terá que acontecer naquele espaço.

O esquecimento de que o lugar do líder do MST poderá ser ocupado por pelo menos cinco sujeitos enunciadores⁴⁹ já vem sendo produzido e nas seqüências 2 e 3 se consoma a ilusão de que há um líder nacional.

A antecipação feita ao sujeito enunciador coloca-o na posição de responsável pelo movimento, outorgando-lhe o direito a ocupar o lugar do líder e não de *um dos líderes*.

A separação ilusória e necessária entre o outro e o eu é apontada na interlocução. A formulação corporifica a imagem do lugar do entrevistado e com isso possibilita antecipações que compõem a constituição dos efeitos de sentido ocorrida no encontro entre textos e leitores.

Em *o líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra* a abrangência da liderança constrói a legitimidade para a projeção do desempenho do Presidente da República eleito com o apoio do MST. Ao mesmo tempo, a pista traz o resgate da história. A linguagem e a exterioridade são amalgamadas na expressão *o líder nacional*.

O texto publicado traz, já na apresentação, o artigo definido determinando *líder*. O que nos permite considerar que, pelo fato de o sentido se instaurar sempre sobre um discurso prévio

⁴⁹ Retomando o que tratamos no item 2.5, a coordenação nacional do MST é exercida por 20 pessoas e dessas apenas cinco fazem a ponte entre a sociedade e o movimento.

(PÊCHEUX, 1969), essa definição coloca em circulação um pré-construído que dará suporte, que enlaçará os efeitos de sentido dessa entrevista. Na antecipação, o lugar do líder já vem ocupado, é preciso agora o entrevistado constituir-se na posição, sustentar-se no lugar já outorgado pelo conjunto das práticas discursivas. O que está em questão não é um pressuposto do âmbito das teorias lingüísticas⁵⁰, mas um pré-construído constituído pelo movimento onde história, língua, sujeito e ideologia estão implicados. Dessa forma, o artigo definido antecedendo líder aponta para aquilo que já está lá, ilusoriamente todos já sabem o que é um líder e que no MST há diferentes instâncias de poder, com abrangência que vai do âmbito do acampamento ao do País.

Na retomada do pré-construído, antecipa-se para o entrevistado que há um lugar já definido no qual ele deve colocar-se para falar, pois imaginariamente já se sabe *quem é ele para que me fale assim*. Se o imaginário será sustentado, nada garante, pois, uma posição-sujeito não é dada simplesmente pelo reconhecimento do lugar discursivo que está sendo ocupado. Demarca-se o lugar. É como acontece no programa Roda Viva, o lugar está dado, o entrevistado fica no centro, mas pode mover-se na cadeira, pode fazê-la girar e olhar de frente para cada um dos interlocutores. Ser entrevistado por representantes de instituições que se relacionam com o movimento, produzindo diferentes graus de tensão, pode provocar a intercambialidade de posições sem que o lugar se modifique. O líder continua na

⁵⁰ A pressuposição, como sabemos, tem nos trabalhos de Ducrot, uma análise detalhada e sustentável no âmbito da lingüística e da lógica, entretanto não há na teoria consideração à ideologia, a historicidade. No pós-fácio de *Ferramenta Imperfeita*, (HENRY, 1977), Ducrot explicita ainda mais o caráter lógico-lingüístico da pressuposição. Assim aos discursivistas é pertinente a consideração ao pré-construído uma vez que é a memória, o registro dos múltiplos efeitos de sentido, que lhe dá vida e produz nova vida toda vez que se provocam movimentos nesses **guardados discursivos**.

cadeira. Assim, ainda que o lugar e o ocupante sejam simultâneos, mantém-se a singularidade de cada um.

7.3.2 Lugar Discursivo do Assentado

O propósito de marcar dois lugares discursivos, ocupados por posições-sujeito constituídas sob dominância de uma mesma FD, leva a análise ao encontro de diferentes fronteiras delimitadoras de cada lugar.

A marcação dos LD está se dando pela localização de um funcionamento discursivo: a antecipação. Na delimitação do Lugar Discursivo do Assentado – LDA, temos como pista que leva à antecipação, pelo outro, do lugar que deve ocupar um assentado, o texto legal que define o que é um assentado para o Estado.

Nas etapas pontuais por que passa o Sem Terra até chegar ao assentamento, as orientações vêm em direções opostas. Como já sabemos, os Sem Terra se organizam para as manifestações, ocupações de terra, acampamento, orientados por princípios que produzem ações desafiadoras do Estado.

O ato de assentar, entretanto, trabalha a identificação do indivíduo perante a lei. O sujeito é chamado pelo nome próprio, número da carteira de identidade. Precisa submeter-se ao Estado. O mesmo corte que se faz na terra desapropriada para marcar os lotes, faz-se no coletivo que constituía os acampados. Começa então um outro movimento de construção, de delimitação de um lugar. Tal construção se dá num espaço de tensão, pois se colocam em confronto as determinações do MST e as do Estado. E o Estado define o assentado como:

SD 4 – O candidato inscrito, que após ter sido entrevistado foi selecionado para o ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa.
(Anexo/Portaria/MDA – nº 08, 14.04.02)

Para o Estado, a condição de assentado não está vinculada ao MST, mas a determinações legais⁵¹. Na letra da lei se materializa o efeito do antagonismo de interesses dos proprietários e dos Sem Terra. Diferentes textos legais são mobilizados na formulação da definição de *assentado*. Ao enunciar-se *É o candidato inscrito, “que após ter sido entrevistado foi selecionado”*, a lei opera nessa relativa e faz a seleção entre os aptos e os não-aptos a terem *o direito ao uso da terra*. Digamos, uma relativa que se sustenta na ordem discurso, pois no plano da organização da língua ela quebra uma unidade sintático-semântica e mesmo assim sustenta a restrição: *é preciso se adequar ao Estado, à lei para ser selecionado*. Na verdade, o *entrevistado* produz o sentido de *ser analisado* segundo as condições legais que delimitam, na formação social o lugar do assentado.

A passagem do Sem Terra acampado à condição de assentado, na perspectiva do mundo factual, tem como pressuposto condições expressas na lei que traz inscritos os efeitos da luta entre as diferentes formações ideológicas. Dessa forma, a discursividade que vem delimitar o lugar do assentado não é do âmbito de uma FD, mas do conjunto das FD. Cada um dos artigos ou dos parágrafos da lei que determina a caracterização do assentado traz a história das lutas sociais

⁵¹ Os artigos n.º 24 e 25 da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra: artigos n.º 64 a 66 do Decreto Federal 59.428 de 27 de outubro de 1966 e os artigos n.º 17 a 21 da lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, dispõem sobre as condições que o candidato a um lote de terra deve preencher.

inscrita. Como exemplo temos a Lei 8.629⁵² que no ato de assentar antecipa fronteiras do lugar de assentado. O Estado, na confluência com o assentado, faz produzir-se uma relação de juridismo. Faz cumprir a lei ao distribuir a terra, pois atende aos princípios da Constituição Federal e com isso rememora um enunciado [E] do MST –*A terra tem função social - mas compromete o Sem terra. Aponta limites do lugar discursivo em que o sujeito deve colocar-se.*

A lei determina condições para que uma propriedade rural atenda à função social da terra e, na luta, o movimento carrega a bandeira do uso da terra com função social. Reivindica isso confrontando a lei com a estrutura agrária, onde a posse da maior área de terra concentra-se nas mãos de poucos proprietários. Faz denúncia da existência do *latifúndio improdutivo* e sustenta aí a responsabilização do Estado pelo não cumprimento da Constituição.

O LDA constrói-se nesse aparente confronto onde, de um lado, coloca-se o MST organizando a luta pelo uso social da terra e, de outro, o Estado responsabilizando o Sem Terra pelo uso social do lote que recebe.

Convergem para a demarcação do lugar dois discursos. É na interdiscursividade que eles se encontram, se falam acionados por uma posição-sujeito e tomam o mesmo rumo, vindo construir sentidos, fronteira do lugar do qual não foge aquele que quer a terra. O confronto aparente constrói uma aliança onde o reivindicador, o Sem Terra, assume a responsabilidade pela execução daquilo que ele atribuía como competência do outro. A distribuição eqüitativa da terra é feita pelo Estado, mas à medida

⁵² Essa lei dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Eis o que diz o Art. 21: *Nos instrumentos que conferem o título de domínio ou concessão de uso, aos beneficiários da Reforma Agrária assumirão, obrigatoriamente o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou através de seu núcleo familiar, mesmo que através de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 anos.*

que são entregues os lotes aos candidatos selecionados, segundo determinações legais, os assentados passam a ser responsáveis pelo uso social da terra que prevê:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Lei 8.629 de 25.02.93)

Lembrando ainda que é também o Estado que coloca o assentado na condição de agricultor familiar. Assim, como é o próprio Estado que determina o prazo mínimo de permanência no lote, ou seja, 10 anos, quando então a ordem social deixa espaço aberto para reagrupar lotes e continuar colocando na estrada novas fileiras de sem-terra.

Os efeitos de sentido da luta constituem os Sem Terra colocando em circulação um Estado em dívida com este contingente de agricultores alijados do seu meio de vida: a terra. No movimento, organizam-se e forjam uma identidade que produz, em FD distintas, outros efeitos de sentido.

A marcha rumo à ocupação produz satisfação pela capacidade organizativa do próprio movimento e sustenta a caminhada em direção àquele *pedacinho de terra* ou produz o medo da invasão da fazenda e mobiliza os grandes proprietários para a defesa do *latifúndio*. Os efeitos de sentido apontam para cada um o seu lugar. E por onde a marcha passa sujeitos vão sendo chamados a assumirem uma posição. Entretanto é possível integrar-se aos caminhantes, ser considerado um sem-terra, ao final da luta, ser entrevistado pelo técnico do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) e ser selecionado como assentado sem que se dê a assunção da posição de Sem Terra. O lugar estava dado, as fronteiras entre os Sem Terra e os proprietários iam sendo mostradas, mas as posições assumidas por cada um que se coloca nos diferentes lugares só são identificáveis na análise das práticas discursivas, enquanto que as fronteiras que delimitam o LDA já têm visibilidade na Formação Social.

As formações discursivas, que trabalharam a constituição da lei, provocam o registro das relações tensas que permeiam os processos sócio-históricos e têm no campo apenas um dos espaços de visibilidade.

As leis agrárias relativas aos processos de desapropriação e reaproveitamento das áreas de terra, não apenas organizam as relações no campo, normatizam os processos, como também dão materialidade a uma ordem social onde o capital é o real do qual nem grandes proprietários nem sem-terra escapam.

A entrevista a que são submetidos os candidatos a um lote de terra confronta-os com a lei, da qual não há como escapar. Para ser assentado é preciso submeter-se ao Estado. Nesse ato ocupa um lugar já demarcado. Ali se institui o agricultor familiar, aquele que terá que fazer produzir da terra seu sustento mediante o trabalho próprio e/ou familiar, mas observando uma relação equilibrada com a natureza, pois a *preservação do meio ambiente* está imposta também pela lei. As condições de bem-estar do grupo familiar e dos trabalhadores são da responsabilidade desse que denunciava o não uso social da terra.

É no limite da lei que a ideologia opera e a contradição aparece. Ela atenua fronteiras entre formações discursivas. As denúncias, os atos contestatórios do movimento que conduz os Sem Terra até o assentamento, no próprio efeito de imputação de

culpa ao Estado, fizeram com que esse se voltasse contra eles, responsabilizando-os pelo uso social da terra. A lei diz que, para que a terra cumpra a função social, aquele que a trabalha tem que se investir de determinadas características. O Estado alcança a todos – *vocês denunciaram, façam-na produzir*. E, como nos aponta Kehl (2002, p. 7-38), ninguém interroga: por que tem que ser assim? Pois a sustentação simbólica do lugar do assentado não se *esfacelou*. O reconhecimento de que tomar posse do lote implica colocar-se no lugar de agricultor familiar, fazendo da terra o meio de vida, é efeito da discursividade que sustenta as demandas sociais.

A formação social ainda tem o morador do campo como aquele que trabalha fazendo a terra produzir em determinadas condições. O lote não poderá ser apenas espaço para (as)sentar. A sustentação simbólica para isso ainda não existe. O lugar está limitado por marcos reconhecidos, cabe ao assentado ocupá-lo e movimentar-se tensionando as fronteiras, as quais já vêm sendo antecipadas no jogo contraditório entre reivindicação e responsabilização.

No lugar de assentado, o Sem Terra, em *total liberdade* e numa situação, imaginariamente, de oposição, submete-se àquilo que o Estado propõe, coloca-se então no lugar que a Formação Social demarcou.

7.4 OCUPAÇÃO DOS LUGARES DISCURSIVOS

Os lugares discursivos estão sendo marcados por dois procedimentos analíticos. Um deles toma aquilo que está configurado como realidade já inscrita na Formação Social e aponta para o sujeito o lugar que ele deve ocupar. O apontamento

se coloca como espaço de partida para que o sujeito projete-se e estabeleça relação com aquilo que se constitui como imagem do lugar social que *deve ocupar* todo aquele que é um líder ou então um assentado. Pelo segundo procedimento, analisaremos o modo como o sujeito se relaciona com esse lugar discursivizado na Formação Social, onde diferentes formações discursivas disputam a dominância de sentidos que assumem a condição de realidade *desde-sempre* dada.

O pré-construído, condição de assujeitamento, materializa-se para o líder pela mídia e, para o assentado, pela lei. Nesse segundo momento de análise, passamos a observar como o sujeito ocupa, que relações ele estabelece com os lugares que lhe são apontados.

Começamos a observar o sujeito se movendo no LDL a partir da organização. Ela se apresenta com certa ambigüidade, o que é um bom indício para perseguirmos o movimento do sujeito e tangenciar as relações com a forma-sujeito, observando como se *realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso* (PÊCHEUX, 1975, p. 167) e se produz o efeito-sujeito pela identificação consigo mesmo, refratada no espelho que o outro coloca a sua frente.

Tomar, no campo teórico da AD, o termo *organização* implica relacioná-lo ao discurso, onde sempre remete ao seu par – ordem – e convoca, língua e história. Esse é um modo para dizer que a organização em AD não está restrita à textualidade. Nesse trabalho abrimos espaço onde fizemos relações entre ordem do discurso e ordem social. O que nos permite ver agora organização além da forma de estruturação dos textos que constituem nosso arquivo de análise. A organização que buscamos está para a língua exposta à ordem da história, e, portanto material, espessa, organizada, mas sujeita ao deslize, à

deriva. A ordem sustenta novas organizações e a instauração de outros sentidos.

Olhar para os textos escritos ou oralizados de nosso *corpus* de análise e localizar ali uma regularidade que estamos denominando *itenização*⁵³, representa estar entrando na ordem do discurso. Lá, onde se interiorizam as duas primeiras ordens, emerge, materializado na organização, o discurso. Nesse ponto de encontro, passamos a trabalhar buscando, então, o funcionamento discursivo que a itenização constitui.

7.4.1 Organizar o Movimento

As seqüências discursivas que foram recortadas na análise apresentam diferentes condições de produção. A SD 5 faz parte de texto que foi proferido no evento científico realizado em outubro de 2000, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reuniu pesquisadores e *organizações com amplo respaldo popular* (CHEVITARESE, 2002, p. 9). Cada dia do evento enfocou um aspecto do Campesinato na História.

A SD 6 tem as mesmas condições de produção da SD 2 já analisado, pois foi recortada da entrevista no programa *Roda Viva*.

É também de uma entrevista que recortamos a seqüência 7. Ela foi realizada por uma só entrevistadora e publicada em número especial da *Revista Caros Amigos*, cuja temática é *Reforma Agrária*. A seqüência foi composta a partir de partes de duas respostas. A seguir, temos as três SD.

⁵³ Cabe dizer que estamos denominando itenização a um procedimento onde o enunciador organiza seu dizer de forma ordenada, marcada pelo uso de numerais ordinais.

*SD 5 – Em termos de organização, como movimento social, o que nós mais incorporamos no nosso movimento foi a aplicação de certos princípios organizativos, digamos assim, que aprendemos com a História não só dos movimentos camponeses como também da luta de classes da classe trabalhadora. Esses princípios, que nós procuramos aplicar, emergem como **a primeira característica** da nossa organização. Eles são diversos, mas os principais são:*

1º. a idéia da direção coletiva – abandonando a idéia do presidente, do líder máximo que decide tudo, e que é o primeiro ser crucificado;

2º. a idéia de que devemos ter uma vinculação permanente com as bases, com as massas;

3º. a idéia de que é preciso construir uma organização com disciplina, no sentido de criar compromissos mútuos entre os membros dessa organização e de respeito à maioria; e

4º. a idéia de que sem conhecimento científico, sem estudo, nós não conseguiremos derrotar os nossos inimigos.

*A **segunda característica** da nossa organização é que aprendemos que era preciso ter uma organização nacional, pois, todas as organizações camponesas que se mantiveram em termos regionais não sobreviveram aos embates com a classe dominante.*

*A **terceira característica** de nossa organização é de construção de uma organização com autonomia política e ideológica frente aos partidos e a Igreja, que foi uma das características principais das ULTABs, das Ligas Camponesas e do MASTER. Isto não implica que sejamos apartidários. Mas, ao contrário, estimulamos que nossa militância desenvolva consciência política, ideológica e partidária, mantendo autonomia entre o movimento camponês e o partido, e, da mesma forma, com relação à Igreja Católica.*

*A **quarta contribuição** do ponto de vista da organização é o sentido de envolver toda a família, ou seja, de nos*

constituirmos como movimento popular, abarcando todas as pessoas que são do povo, e não fazer um movimento apenas de adultos e de machos. Mas sim, fazer um movimento com que todos da família se sintam envolvidos: homens, mulheres, filhos, idosos, anciãos e bebês. E é aí que está a nossa força, pois, nós descobrimos que a força do movimento social vem da mistura de pessoas que consegue aglutinar. Portanto, quanto mais gente conseguirmos, melhor. Talvez, daí venha parte da raiva que a burguesia tem de nós, já que levamos os nossos filhos às manifestações, enquanto os filhos deles só vão aos shoppings.(Chevitarese, 2000, p. 239 - 240).

SD 6 – (FM) Fernando Mitre: – *Senhor Stédile... então vamos tentar discutir alguns pontos, o senhor diz que o MST quer claramente uma mudança de estrutura fundiária, quer dizer, não é apenas uma Reforma Agrária, é uma mudança de estrutura fundiária.*

<(JPS) É verdade>

– Mas, não se contenta com isso, quer também uma série de mudanças sociais, então, aí o Senhor poderia enumerar algumas mudanças sociais, mesmo que seja em termos genéricos, que aí nós vamos ter uma idéia...

<(JPS) Claro.>... de para onde o MST, o MST realmente quer ir?

João Pedro Stédile:

Primeira mudança social, tem que acabar com essa concentração da propriedade da terra, né. Porque que um sujeito no Brasil tem que ter 100 mil hectares, 200 mil hectares de terra, tem que estabelecer limite...

<(LH) Mas isso é uma ficção.>

Qualquer... qualquer fazendeiro, eu me imagino que aqui pela realidade brasileira, sujeito com mil hectares pode ficar... viver muito bem, ficar rico e produzir dentro dos padrões...

.....
 .
 <(LH) Deixa eu dá uma explicação aí, João Pedro...>

– Deixa eu terminar, só um pouquinho Hafers, e **segunda**, nós temos que distribuir renda, o Brasil é o país mais desigual do mundo, não há nenhum outro país no mundo que os pobres ganham tão pouco. E não é verdade isso que o Fernando Henrique tá fazendo propaganda na televisão que houve distribuição de renda, os jornais publicaram alguns dias atrás o estudo da Unicamp que os 50% mais pobre do Brasil, mesmo de 94 pra cá diminuíram a sua renda... Então, os 50% mais pobre, continuam cada vez mais pobre...

<(FM) como essa popularidade...> ...nós queremos discutir solução para isso. (Programa Roda Viva, TV Cultura, 25/08/97).

SD 7 – E quais seriam os fundamentos dessa nova reforma agrária?

– Evidentemente, a **base fundamental de uma reforma agrária** continua a ser a democratização da propriedade, desapropriar as grandes propriedades improdutivas. Mas, após desapropriar, a forma de divisão territorial dessa área tem de ser um novo modelo de assentamento, não pode ser mais distribuir lotes individuais para os camponeses. É preciso desenvolver núcleos urbanos, em que você aglutina as famílias para que elas tenham acesso mais rápido ao que a sociedade já produz: luz elétrica, água potável, posto médico, escola.

.....
 .
 – **Segundo parâmetro fundamental:** no desenvolvimento das forças produtivas atuais, o agricultor não produz mais alimentos, produz matéria-prima para a indústria. Antes de chegarem à mesa, os alimentos passam por uma agroindústria, que fica com a maior parte do valor desses alimentos. Então, se você quiser distribuir renda

e fazer com que o agricultor aumente sua renda, tem de levar a agroindústria para o meio rural e de uma forma cooperativada.

.....

.

E daí não há problema em mecanizar a agricultura, o que atualmente reduz os empregos no campo.

– Terceiro parâmetro dessa nova reforma agrária: a democratização da educação. Casar a reforma agrária com a escola. Levar a escola para o meio rural, ao contrário do que hoje fazem: pegam as crianças e os jovens, botam numa Kombi velha e o prefeito traz para a cidade. Isso é uma violência. É impossível fazer reforma agrária e levar cidadania para o campo se as pessoas não tiverem acesso a conhecimento, em todos os níveis, não apenas como fazia o Mobral, ensinando o trabalhador a ler e escrever. Isso é insuficiente nesse estágio de desenvolvimento da humanidade.

.....

.

– E o quarto parâmetro dessa reforma agrária é um pacote tecnológico que desenvolva e fomenta técnicas agrícolas adaptadas ao meio ambiente, adaptadas à região, adaptadas ao tipo de estrutura produtiva que a reforma agrária vai produzir, em que vamos ter muita mão-de-obra. Já existem essas técnicas agrícolas, só falta serem fomentadas, massificadas, se quiserem. (Marina Amaral entrevista João Pedro Stédile – Revista Caros Amigos Especial, Reforma Agrária, nº 18 Setembro de 2003, pág. 05).

As três seqüências representam um espaço de sete anos de enunciação do MST. Vamos analisar como o líder demarca o LDL e se posiciona nele.

Partindo da relação entre organização do movimento e organização do dizer, as pistas da SD 5 permitem avançarmos até

a ordem da história. A *primeira característica da nossa organização* remete ao que organiza o próprio movimento, os quatro princípios de maior relevância que no interior do MST trabalham a organização. Tais princípios são: *idéia da direção coletiva, vinculação permanente com as bases, organização disciplinada e ação fundamentada no conhecimento científico.*

Na formulação, o sujeito enunciador, sob efeito dos esquecimentos 1 e 2, apresenta os princípios e as características do MST, delimitando sentidos para o próprio movimento. Autorizado a fazer isso pelo LD que ocupa, passa a assumir posição-sujeito de quem sabe *o que pode e deve ser dito* para manter o lugar conquistado. A *nossa organização* traz a marca que situa o líder no LD de liderança do MST.

Situado nesse lugar, a construção da sustentação vai sendo tecida nas representações do conjunto de saberes próprios ao MST. Desse modo, a formulação dos quatro itens que *fecham* o grupo de características do movimento, coloca em circulação, na repetição de *organização*, um dos objetivos fundamentais dos movimentos sociais que é organizar a população para lutar por suas demandas.

Poderíamos retroceder mais no tempo, entretanto voltemos para os camponeses *diggers* na Inglaterra (Séc. XVII) para buscar na memória efeitos de sentido da *organização*. Como já apontamos, os *diggers* tinham um líder, suas ações apresentavam um aspecto simbólico de desafio ao estabelecido e atuavam proclamando mensagens de forma oral e escrita e também, *organizando* “*a nós que somos chamados de gente comum, para fertilizar e trabalhar as terras comunais*” (HILL, 2001, p. 136). O historiador, ao citar isso afirma que *o perigo representado pelos diggers devia-se ao fato de que eles convocavam os pobres*

a se organizarem, autonomamente, em torno de ações práticas. (p. 139).

Avançando para o Século XX, vamos encontrar, como caráter popular do MST, o seguinte:

O MST organiza e mobiliza trabalhadores de diferentes categorias, reúne toda família: crianças, mulheres, adultos, ou seja, todo o povo. E luta por reivindicações populares que atingem a todos, como: moradia, saúde, educação, etc. dessa forma o MST tem caráter de movimento popular. (MST, 1995, p. 7).

A enunciação de organização traz, portanto, as sistematicidades lingüísticas que possibilitam, a partir do radical *organiz*, fazer trabalhar a história e produzirem-se aí efeitos de sentido que apontam para a necessidade de organizar o próprio movimento. Um outro efeito de sentido vem novamente do real da língua pensado no seu duplo aspecto: o das sistematicidades e o da equivocidade. Na sintaxe da língua, cada lugar é preenchido por um elemento, dessa forma podemos acrescentar ao radical *organiz* morfemas lexicais que constituam uma só classe de palavras por vez, substantivo com *ação* ou verbo com *ar*, porém, composto o item lexical e considerando a injunção da história à língua, o equívoco, a deriva do sentido pode se instaurar e então *a nossa organização* pode significar a estrutura do próprio MST ou o ato de organizar *todo o povo* para a luta, para reivindicações populares. História e língua têm condições para ajudar o líder a bem representar o movimento, resgatando princípios organizativos num item lexical cujos efeitos de sentido, no campo dos movimentos populares, têm apontado para a eficácia das ações sistemáticas.

A organização que perpassa como condição de sobrevivência dos movimentos populares possibilita a emergência do sujeito. Se as sistematicidades permitem ao sujeito transitar entre organização como ato e organização como instituição, os mecanismos de coesão utilizados linearizam, na formulação, a ordem que determina o sujeito.

A coesão textual reúne os mecanismos em dois grandes grupos: coesão referencial e coesão seqüencial. No primeiro grupo, se situam os elementos que estão na superfície textual e que tramam o texto pela referência anafórica ou catafórica. Entre os elementos que constroem a referência, destacamos os pronomes, os numerais e os advérbios.

No segundo, estão os mecanismos que trabalham a articulação textual de modo mais sutil, menos visíveis na superfície. Entre esses estão a paráfrase lingüística, seqüenciação frástica, progressão temática e conexão. Sabemos que a diferença entre texto e discurso (ORLANDI, 2001) tem como um dos parâmetros a submissão do texto apenas ao estudo dos aspectos de textualização, sem que se considerem as condições de produção. Quando se direciona o olhar para os dois estamos constituindo o discurso. Convocamos, então, a teoria textual na análise do discurso sob a ótica de que a coesão é um mecanismo da própria língua, que possibilita tecer os fios vindos da história e construir o texto sob a ilusão de que demos legitimidade ao nosso dizer e asseguramos, numa construção clara, o sentido.

No interior do segundo e do terceiro itens temos mais situações de referência ao MST, pela repetição de *organização*. Os artigos indefinidos e definidos põem o Movimento como contraponto a outras organizações. Nessa direção, ao enunciar *as organizações camponesas*, coloca-se uma separação entre a

nossa organização e as outras que já existiram, pois a que está em construção é uma organização que se diferencia das demais, especialmente pelo fato de congregar trabalhadores sem-terra de todo país. *A construção de uma organização com autonomia política e ideológica frente aos partidos e a Igreja* aponta para uma organização construída pela negação das suas origens.

Ao formular esse enunciado operou-se na linearidade do texto o apagamento do fato de que o MST surge a partir do trabalho pastoral da Igreja Católica. A construção do novo sentido para a organização impõe o silenciamento de outros. O silêncio constitutivo trabalha no interior da própria FD, colocando de lado, excluindo aquilo que não é importante ser dito agora. O enunciador constitui-se na posição de quem, ilusoriamente, pode provocar o apagamento de sentidos já inscritos no interdiscurso e dar assim uma nova direção ao Movimento.

Os três itens que apontam para a identidade da organização são referenciados no item quatro, não mais como *característica*, mas como *contribuição do ponto de vista da organização*. O mecanismo lingüístico de que o enunciador se utiliza, a substituição lexical de *característica* por *contribuição*, vem apontar para o papel educativo da organização exercido a partir do próprio modo de ser do Movimento. Numa conexão por anáfora, os três itens anteriores são referenciados como elementos que atuam constituindo novos sujeitos pela organização, fazendo aquilo que deve fazer, como diz Caldart (2000, p.199) *além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em quem já a imaginava quase perdida*.

Indícios do sujeito, dados pelos mecanismos lingüísticos, vão sustentando a legitimidade do LDL também na cambialidade entre a *organização* e o *ato de organizar*. Entrar nesse jogo, convocando a história, possibilita compreender o MST como processo cujos objetos ganham materialidade pelos efeitos dessa prática. O enunciador, ao buscar na língua ora preposições, ora combinações dessas com artigos, ora só com artigos, vai marcando o lugar de líder do movimento.

A organização para a luta pela cidadania, pelo resgate da *humanidade*, sustentou o LDL na SD 5 no jogo entre ser e fazer. Na formulação, o LDL configura-se ocupado por posição-sujeito, que legitima a organização pelo próprio ato de organizá-la. Uma organização evidencia-se na superfície lingüística pela itenização daquilo que caracteriza o MST, como movimento social.

Os itens trabalham construindo a ilusão da precisão, da caracterização única. Funcionam fazendo o fechamento do sentido pretendido pelo líder. Esse funcionamento da itenização reforça a ocupação do LD. Não estamos mais apenas com um LDL que foi apontado pelo outro. Percebe-se a tomada de posição acerca daquilo que foi apresentado como realidade e, pelos saberes que foram sendo formulados, o LD é ocupado com legitimidade.

Nessa tentativa de fechamento do sentido, ressoam mecanismos, técnicas e estratégias de poder (FOUCAULT, 1984), que constituem o sujeito fechando-se, protegendo-se daquilo/ daquele que mina a organização a partir mesmo do que é (inter)dito⁵⁴. O modo de dizer que permitiu flagrar o movimento do sujeito na materialidade lingüística nos dá um bom exemplo de como as diferentes ordens – da língua, da história, do

⁵⁴ Fazemos referência, a título de exemplo, ao episódio de Canguçu/RS, julho/03, quando a imprensa tomou parte da fala da liderança para acampados e montou reportagens apontando para o MST como exército que declara morte ao inimigo.

discurso, a social – se intrincam no simbólico e, na espessura mesmo que produzem, abrem espaços de emergência para o sujeito.

Também ao enunciar as mudanças sociais almejadas pelo MST, o sujeito se deixa flagrar na organização do dizer. Em *Primeira mudança social, tem que acabar com essa concentração de terra, né (...)*, coloca-se em circulação o saber que tem sido o ponto central da discórdia entre grandes proprietários e os Sem Terra. As estratégias de confronto usadas por um e por outro são evocadas aqui como ameaça aos sujeitos. A resistência, imposta pelos Sem Terra, à concentração da propriedade da terra provoca na interlocução a interferência do Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Ele tenta tomar o turno do entrevistado e, na seqüência, vários entrevistadores fazem o mesmo e chegam a colocar perguntas que são respondidas enquanto fica suspensa a resposta iniciada em *Primeira mudança social*.

O sujeito enunciador é posto em silêncio, mas a posição-sujeito que o domina mantém a organização do dizer itenizado, dessa forma, em *Deixa eu termina, só um pouquinho Haffers, e a segunda nós temos que distribuir renda*, reafirma-se o LDL do MST no fechamento da itenização iniciada e o sujeito se mantém na posição de quem sabe, em ordem de prioridade, o que é melhor para o Brasil.

A língua, com seus mecanismos de coesão referencial, possibilitou que o enunciador colocasse de novo em cena saberes que sustentam e unificam a luta dos Sem Terra. A posição-sujeito que o domina assegurou, nas tentativas de desvio pelo debate acirrado, a emergência do sujeito na organização do dizer.

A organização, o apontamento das mudanças sociais almejadas pelo Movimento constituiu as temáticas dos textos das

duas SD analisadas. A SD 7 trata da visão de Reforma Agrária difundida após a eleição de Lula para Presidente.

A itenização apresentada na formulação se organiza tomando como referência uma questão já instituída como primordial para o Movimento. Nesse sentido não há numeração, pois na interdiscursividade já está inscrita *a democratização da propriedade, desapropriar as grandes propriedades improdutivas* como sentido próprio ao MST. Não é um saber do domínio só de uma FD. Enunciá-lo pelas práticas discursivas ou pela prática de ocupação de terras, consideradas latifúndio improdutivo, provoca diferentes efeitos de sentido, entretanto, há um efeito que sempre ressoa, o de tomada da terra, pela ocupação/invasão. Então *a base fundamental de uma Reforma Agrária continua*, ao ser assim formulada, aponta para a ilusão de que isso todo mundo já sabe, pois *evidentemente* não há como abrir mão da terra, primeira condição para que a Reforma Agrária aconteça. Por outro lado, são as práticas de conquista da terra, as ocupações, que provocam efeitos de sentido desqualificadores do Movimento e levam ao enfrentamento com o Estado. Dessa forma, *a base fundamental* aponta para a primeira fase de organização dos trabalhadores, a entrada no latifúndio e o acampamento. O tempo do confronto, quando as práticas colocam o MST no lugar de provocador da (des)ordem, e os proprietários das grandes áreas no de legítimos defensores da propriedade.

O sujeito enunciador, ocupando o LDL, apresenta a *base fundamental de uma reforma agrária* e, na seqüência, faz o contraponto entre as ações *desordeiras* necessárias e as que encaminham para o trabalho de fazer a terra produzir. Conquistada a área, a ordem se restabelece no campo e o líder tem em *-Mas, após desapropriar* - condições de apontar para

outros sentidos do Movimento, marcando essa direção na adversidade do *Mas*. Passa do acampamento ao assentamento, etapas pontuais da Reforma Agrária, intercambiando posições, mas mantendo-se no lugar daquele que sabe o que deve ser dito.

A partir então da enunciação do segundo parâmetro, a itenização organiza, de modo prioritário, as condições necessárias para que os assentamentos possam de fato transformar a vida no campo. Nos três itens que se seguem, o líder marca seu lugar passando por diferentes campos discursivos. Entra nesses arquivos articulando saberes que devem ser do domínio de quem está instituído como líder de movimento social. Provoca interlocução discursiva entre diferentes campos.

No campo discursivo próprio à economia circulam saberes relativos à relação entre agricultura, produção de matéria-prima, industrialização e conservação do meio ambiente, assim como no próprio aos sistemas de ensino circulam os relativos a transporte escolar, educação no meio rural. São várias as pistas que configuram na formulação o saber genérico do líder.

Esses saberes vêm de três campos discursivos – a economia, a educação e a agronomia – e se apresentam organizados em três itens, construindo uma orientação argumentativa para a produção de sentidos antagônicos à *base fundamental*.

Demonstrar preocupação com aspectos que são do domínio da formação social dão argumentos para sustentar uma outra imagem do MST. A entrada nesses campos discursivos se dá já sob a ilusão de que o sujeito sabe do que está falando e como organizar seu dizer para produzir tais ou quais efeitos, embora a articulação desses saberes, vindos de diferentes campos discursivos, se dê sob total desconhecimento.

Na superfície lingüística, podemos perceber isso que é da ordem do pré-construído articulando-se com o saber próprio a

uma FD. Em *Antes de chegarem à mesa os alimentos passam por uma agroindústria, que fica com a maior parte do valor desses alimentos*, o pré-construído sustenta o líder no lugar daquele que sabe, conhece a realidade e constitui-se a posição-sujeito no encaixamento da relativa (HENRY, 1990). Em *que fica com a maior parte do valor desses alimentos* se constitui a determinação do sentido do antecedente.

A análise desse primeiro movimento do sujeito no LDL mostrou que, ao ocupar esse lugar, o sujeito constitui-se de legitimidade ao resgatar do interdiscurso saberes fundamentais para fazer frente ao adversário e para sua própria organização. O lugar de saber que se configura na interlocução discursiva dá ao sujeito espaço de poder exatamente pelo trânsito por diferentes discursos e pela organização no modo de dizer. Deles vai resgatando enunciados que trazem dispersos os [E] inscritos na FD que lhe é dominante. Desse modo ocupa o LDL e mostra-o como espaço onde o sujeito constitui-se pelo saber o que dizer e como dizer.

O saber se coloca assim como um contraponto ao exercício do poder pelas estratégias mais ofensivas ao adversário. Tais como são os atos de ocupação. Põe em circulação elementos que possam reconfigurar as formações imaginárias acerca do MST.

7.4.2 Assentar e Manter o Lugar

Como foi dito na abertura desse item, o lugar instituído na Formação Social é apontado ao sujeito *desde-sempre sujeito* que o ocupa e assume posições assujeitando-se a condições determinadas por uma formação ideológica. O LD refrata a imagem e permite ao sujeito ali se reconhecer e constituir-se em

posições-sujeito. O LD marcado pelo outro proporciona a retomada dos pré-construídos que constituíram tal lugar e a tomada de posição em relação àquilo que é apresentado como realidade.

O LDA foi apontado pela Lei que submete os candidatos ao lote, lhes impõe condições a serem observadas para que se revistam de legitimidade para ocuparem a terra. Para o Estado, não é a identidade Sem Terra que os legitima a serem assentados. É necessário ser *seleccionado* segundo as fronteiras do lugar que irão ocupar. Estando na terra conquistada é preciso fazê-la produzir para obter reconhecimento de que é um agricultor. As posições que irá assumir subjetivamente têm, no imaginário social, pouco valor. A sustentação do próprio movimento agora não se fará mais somente pelas denúncias e mobilizações que levaram à conquista da terra. É preciso organizar-se para se sustentar no LD que foi apontado. Cada família assentada terá que fazer a terra fecunda e *lambuzar-se no mel* que ali há de produzir. Esse é um ponto de divergência que se coloca na constituição da posição do Sem Terra que passa do acampamento para o assentamento.

Na fala dos assentados, podemos ir encontrando os pontos e contrapontos que colocam os Sem Terra em movimento. Recortamos três SD do arquivo de falas recolhidas em dois assentamentos, instalados em diferentes condições. O Seival – SD 8 e 9 – formou-se no final da década de oitenta e os assentados são oriundos do acampamento da Encruzilhada Natalino. O Santo Izidro – SD 10 – constitui-se a partir de 1999 e, grande parte dos assentados, são filhos de agricultores também assentados e oriundos da Encruzilhada Natalino. As trinta e cinco famílias do Santo Izidro transitaram por diferentes acampamentos organizados pelo MST e, no momento das

articulações para receberem a terra, tornaram-se independentes e recusaram a mediação do Movimento frente ao Estado. Foram selecionados através da *entrevista*, ingressaram no programa de Reforma Agrária e receberam do Estado subsídios dados aos Sem Terra para custear, no lote, infra-estrutura residencial e produtiva.

Temos a seguir o recorte composto de três seqüências representativas cujas pistas lingüísticas selecionadas apontam para o sujeito movimentando-se no LD e ocupando-o para dali assumir posições. Vamos analisar nesse recorte o modo como os assentados ocupam o LD que lhe foi apontado no ato de assentar e marcam-no com especificidade própria ao MST:

SD 8 – Nós como assentado, nós não queria passar para pequeno agricultor, pequeno agricultor, no momento que nós sair de assentados e ficar para... a pequeno agricultor nós vamos ter um documento da terra né, nós vamos ter um documento da terra, e claro, quando nós tiver um documento da terra na mão eu não vou fazer isso, mas uma boa parte faz que nem os pequenos agricultores eu vou vender pra fulano, daí o fulano vai, aquele fulano que vai comprar o meu lote né, daí tem um vizinho do lado, ele quer vender eu vou comprar também, aí tem outro a esquerda, comprei da direita, agora tem outro da esquerda quer vender aí vou comprar também, aí eu vou juntando de novo aqueles 17 e meio né, eu fiquei... fiquei com 17 e meio mas comprei do meu vizinho mais 17 e meio e mais outro 17 e meio dá 52, né. Essa é a... essa é a briga que nós temos tentando é de não sair de assentados pra pequeno agricultor. (Assentamento Seival)

SD 9 – Que nem nós temo agricultores acampados em Porto Alegre pra que seja liberado recursos agora pra plantio do verão né, e como que eles estão lá, cada um,

cada família que tem aqui dentro, todo mundo contribuiu com uma parcelinha de recurso de dinheiro né, pra poder eles estarem lá, então há ainda uma ligação né como assentados eu acho que nós temos até tentando pra continuar né. Temos assim essa vontade de continuar sendo assentados sempre, porque quando sai alguém a, como que ele vai sair a preocupação é de todos, todos ajudam com um pouquinho né, então há essa diferença, embora exista ali fora também a organização dos pequenos agricultores né, e tão pensando da mesma forma né agora como MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, eles tão se organizando eles tão junto lá em Porto Alegre né.
(Assentamento Seival).

SD 10 – Pequena agricultora ou assentada é meio quase tudo uma coisa só né, porque a gente é assentado porque a gente passo por acampamento né, a gente não ganhou esse pedaço de terra por herança, por nada, é mais como assentada né, trabalhadora rural.
(Assentamento Santo Izidro)

As três SD mostram as tentativas do sujeito para manter-se agricultor assentado sob a dominância dos saberes próprios ao MST, mas a materialidade lingüística aponta também para a invasão de saberes do outro, do adversário. O jogo entre os diferentes lugares que a formação social instituiu para os agricultores e a historicidade que constitui a identidade dos mesmos cria espaço de opacidade exatamente onde o sujeito, na ilusão de poder controlar o que diz, tenta determinar o sentido desse dizer.

Na determinação apontada por uma construção sintática, como nos mostra Haroche (1987, p. 49), estão elementos que dizem respeito às relações do sujeito com uma forma-sujeito.

Esses elementos concernem às relações do sujeito com o discurso ou, para retomar os termos de Foucault, às posições subjetivas no discurso: relação de submissão explícita do sujeito ao discurso, no domínio religioso, relação inversa de dominação (ao menos em aparência), em que o sujeito se torna fonte e responsável pelo discurso, no domínio jurídico.

Na SD 8, temos a mobilização da memória que sustenta o Sem Terra e também da memória que pode fazer produzir-se identidade antagônica. Ambas emergem produzindo rupturas no tecido lingüístico. Em *nós como assentado* funda-se o coletivo do qual faz parte o sujeito enunciador que logo depois se individualiza em *eu não vou fazer isso* e busca na determinação, pelo uso de *e claro*, controlar o sentido do que diz. Na ilusão de que é fonte e responsável pelo discurso que sustenta o Sem Terra, busca proteger o sujeito e, nesse movimento, mobiliza da memória discursiva, saberes antagônicos ao MST. Como acontece no jogo *eu vou vender pra o fulano,...aquele fulano vai comprar o meu lote,... vou comprar também, ai eu vou juntando de novo aqueles 17 e meio...*, onde aparece a terra como mercadoria que se pode acumular, contrariando saberes como: *a terra tem fim social*.

Na construção *nós vamos ter um documento da terra, e claro, quando nós tiver um documento da terra eu não vou fazer isso, mas boa parte faz que nem os pequenos agricultores...*, marca-se a tentativa do enunciador de assinalar sua diferença em relação aos demais assentados. Entretanto na colocação da expressão *e claro* entre *ter o documento... eu não vou fazer isso*

*mas boa parte faz, produz-se uma ambigüidade*⁵⁵ que não nos permite definir o que está claro, pois podemos ter:

E claro eu não vou vender a terra

Ou

E claro nós (os assentados) vamos vender a terra

Na tentativa de dar maior especificidade ao dizer e a si mesmo, o sujeito se enreda na heterogeneidade de posições que o habitam. O que parecia claro, na verdade está confuso. Marcado pela duplicidade de posições que afetam o sujeito determinado, tanto pelo movimento a que se filia, quanto pela ordem social vigente. No momento em que tenta fugir da dupla determinação e assumir posição independente, em relação ao lugar que ocupa, é pego pela linguagem. Nessa ambigüidade produtiva, os dois sentidos possíveis colocam em circulação, pela convocação simultânea de duas memórias, a diferença entre ser assentado Sem Terra e ser assentado como efeito apenas de uma seleção de sujeitos jurídicos efetuada pelo Estado.

O jogo entre *e claro eu não vou vender X e claro nós vamos vender; eu vou vender para fulano X eu vou comprar, vou comprar também e essa é a briga que nós temos “torna visível um enunciador lutando com as palavras, com a materialidade da língua”*. (AUTHIER, 1998, p. 182). Uma luta que ultrapassa o lingüístico e aponta para a luta tensa do sujeito entre manter-se no lugar de assentado, fazendo o lote produzir, conforme os saberes próprios ao MST, ou ocupar o lugar que lhe é apontado pelo Estado.

⁵⁵ A perspectiva discursiva, a AD especificamente, com o trabalho de Leandro-Ferreira (2000), deslocou a noção de ambigüidade como defeito, perturbação do lingüístico, para a de produtividade, de marca lingüística que produz efeitos de sentido no processo discursivo.

A presença do coletivo como marca do LD do assentado configura-se na SD 9 em *nós temos agricultores acampados... nós temos até tentando pra continuar*. O sujeito enunciador coloca em circulação uma característica do assentado que não está determinada pelo Estado e sim pela interdiscursividade que constitui a identidade de Sem Terra. O coletivo, a solidariedade, a organização para fazer frente à ordem social asseguram a posição ideológica.

Na formulação o assentado constitui-se numa posição ao reconfigurar o LD que lhe é apontado. Retoma o pré-construído e no movimento do discurso transversal, rememora saberes próprios à forma-sujeito que o domina. A condição de assentado imposta pelo Estado é confrontada com a identidade de Sem Terra que tem o coletivo, a solidariedade, a organização como *valores humanistas e socialistas... que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana*. (MST(B), 1986, p. 9).

A solidariedade que vem de *pessoas da mesma classe na busca de alternativas conjuntas* (BOGO, 2000, p. 54) se apresenta sob forma de *uma parcelinha de recurso, de dinheiro*, que permite sustentar o enfrentamento ao Estado, estratégia fundamental na luta pela manutenção da identidade.

Como já mostramos, a passagem de acampado para assentado opera como um corte sobre o coletivo que sonhava com a terra. Entendemos que esse corte se dá como efeito da passagem da responsabilidade de assentar para o Estado e também pela conquista daquilo que se materializa como objeto que mobiliza para luta: a terra. Conquistada então a terra e sendo o assentar um processo de competência do Estado, ocupar o LDA pressupõe a relação com outros saberes.

Cada um recebe seu lote, assume-o como sujeito jurídico que se relaciona com múltiplas instituições (bancos, prefeitura,

cooperativas,...) onde é um indivíduo chamado pelo nome próprio. A identidade coletiva que o constitui sujeito *desde sempre* faz produzir-se aí uma *incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso* (PÊCHEUX, 1975/1995, p. 167) que vem marcar o LD do assentado como espaço também da solidariedade, da organização e do coletivo. A individualização em *então há ainda uma ligação né como assentado, eu acho que nós temos até tentando...*, mostra o sujeito tomado pela ilusão necessária de unicidade mas aponta, ao mesmo tempo, para o sujeito duplamente determinado que *até está tentando pra continuar* sob dominância dos saberes próprios ao MST, mas que sabe das ameaças que o rondam.

No depoimento de onde se recortou a SD 10, foi perguntado ao sujeito enunciador se se reconhecia como pequena agricultora ou assentada. E ela responde: *pequena agricultora ou assentada é meio quase tudo uma coisa só*, mas faz marcar-se a diferença na retomada da memória da etapa anterior ao assentar, o tempo das marchas, do *Zanza daqui/Zanza pra acolá*⁵⁶ em busca da terra.

Em *a gente passou por acampamento né, não ganhou esse pedaço de terra por herança*, a historicidade que constituiu o Sem Terra emerge, faz construir-se oposição e legitima o assentado a ocupar o lote, e ter a posse da terra não como bem de família (herança), mas como bem social. Aqui, nessas condições de produção, o item lexical *acampamento* metaforiza a identidade de Sem Terra.

Na formulação de *a gente é assentado/a gente passou por acampamento*, o ocupante do LDA constitui-se em assentado conquistador do lugar que ocupa.

⁵⁶ Versos da canção Assentamento, de Chico Buarque, incluída no álbum de fotos – Terra – de Sebastião Salgado.

Com isso marca mais uma especificidade do LDA e amplia a sustentação do sujeito que não espera do Estado ações paternalistas, mas dele reivindica direitos. Entre eles, o de acesso à terra para quem nela quer trabalhar, ser *trabalhadora rural*.

Na análise das três SD, mostramos como o LDA vai sendo ocupado, que relações o sujeito vai estabelecendo com aquilo que lhe foi apresentado como lugar constituído nos processos discursivos. A lei que institui o LDA e é apontada ao acampado, no ato de assentar, *produz o sujeito sob a forma de sujeito de direito* (PÊCHEUX, 1975, p. 159), ente jurídico que assume responsabilidade perante o Estado.

Tal realidade interpela os indivíduos em sujeito levando-os a tomarem uma posição. A interpelação se realiza sobre *algo fala (ça parle), sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é sob a dominância do complexo das formações ideológicas* (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

O interdiscurso que constitui o LD de assentado sofre a passagem do discurso transversal determinado por uma formação ideológica e recebe marcas específicas. Esse *todo complexo com dominante* que constituiu o LDA reinscreve no sujeito os traços daquilo que o determina, num gesto permeado por efeitos imaginários e ideológicos. Esses efeitos possibilitam ao sujeito individualizar-se como assentado e sustentar saberes que são próprios ao MST. Nesse gesto, assume posição no LD que lhe foi apresentado, colocando marcas específicas frente às que foram impostas de fora. Assim, pela formulação do assentado, fica marcado o LDA por: a) o uso da terra como bem de produção e não de mercado; b) a convivência baseada na solidariedade; c) a passagem pelo acampamento como legitimadora da ocupação do LD.

Essas são posições que resultam da relação do sujeito com as *normas*, que lhe foram apontadas. Nessas relações, posições são assumidas e temos então não apenas o indivíduo, sujeito jurídico, mas o sujeito ideológico, uma posição tomada frente àquilo que foi apresentado como realidade. O ato de assentar deu espaço para que cada Sem Terra se reconhecesse como agricultor, porém, é a discursivização dessa relação com a terra que vai produzir o sujeito em posições-sujeito. Temos assim novos espaços para flagrar o sujeito, no movimento que deve lhe dar *sustento* subjetivo e econômico.

A dificuldade para tratar da ocupação do lugar e da assunção de posição como ocorrências distintas nos aponta para o fato de que a ocupação do LD é concomitante com a constituição da posição, quando nessa última a formulação já traz o sujeito ocupante do lugar constituído numa posição.

8. DA DISPERSÃO E AS POSIÇÕES-SUJEITO

Quero a utopia, quero tudo e mais/Quero a felicidade nos olhos de um pai/Quero a alegria, muita gente feliz/Quero que a justiça reine em meu país/Quero a liberdade, quero o vinho e o pão.

Milton Nascimento, Coração Civil

A marcação de lugares discursivos coexistentes numa mesma FD já vem apontando para a dispersão do sujeito. Mesmo tomando a unicidade como efeito ideológico materializado pelas práticas discursivas e as não-discursivas do Sem Terra, entendemos que a ocupação dos LD no movimento, ao oportunizar a relação com discursos diferentes, produz certo distanciamento entre o LDL e o LDA ou entre *direção, militantes, base, massa*⁵⁷. Por isso já vislumbramos a ocupação como um sintoma da dispersão do sujeito.

Embora já tenhamos mostrado que os LD funcionam como significantes que apontam para o sujeito o seu lugar na Formação Social, estamos retomando isso para lembrar que tais lugares são pré-construídos com os quais o sujeito se relaciona e vai constituindo-se em posições. Se o discurso outro apontou os lugares de líder e de assentado, foi o próprio sujeito que se colocou neles, ocupou-os, fazendo uma passagem pela memória discursiva que os constitui e resgatando, fazendo lembrar ou relegando ao esquecimento significados já-dados. Esse processo de identificação ou não-identificação só ocorre na cadeia onde os

⁵⁷ Conforme MST, Cartilha 2, 1995, a estrutura do movimento social envolve essas instâncias. Ver item 2.5.

objetos são enlaçados e constituem-se de sentidos no encontro com a exterioridade.

Nesses LD, o sujeito se individualiza ao constituir-se numa posição-sujeito determinada pela FD que lhe é dominante, podendo permanecer no LD que ocupa.

A dispersão que passamos a analisar já nos aponta, como vimos, para a relação com a divisão da instituição que acolhe o sujeito – MST - em instâncias estruturadas, segundo a perspectiva dos movimentos de massa, mas o processo discursivo não tem compromisso com tal estrutura. Assim vamos continuar buscando flagrar o sujeito dispersando-se na sua relação com o(s) discurso(s). Desse modo, é a assunção de posições-sujeito que agora vai nos mostrar a movimentação do sujeito.

8.1 NO LUGAR DISCURSIVO DO LÍDER

O LDL apontado pelo discurso-outro, a mídia, foi ocupado pelo sujeito que constitui um LD particular, específico ao MST. Sobre as fronteiras que já delimitavam o lugar de líder trabalham saberes próprios à FD dominante do Sem Terra.

O sujeito ocupou o espaço que lhe foi apresentado e dali teceu marcos delimitadores, não só para o líder, mas para todas as instâncias do movimento. Um deles é a organização, característica essencial do Sem Terra. A visibilidade desse marco se dá na estrutura do texto, pois a itenização presente na linearidade se coloca como pista que provoca o analista a buscar os efeitos de sentido que isso pode produzir.

Na análise vamos percebendo que tal organização se dobra à ordem social. O que a materialidade lingüística apontava já era para um efeito da construção coletiva do MS, ou seja, a

conclusão de que não há como fazer frente às adversidades impostas pela ordem social sem que o povo se organize. Então não era mais preciso repetir do LDL *que uma organização duradoura é a base do MST*.

No par ordem/organização vai se delineando o encontro entre o lingüístico e o histórico. Se de um lado a história da formação social foi apontando para o sujeito a organização como forma de resistência, é na língua, na sua ordem própria, que o sujeito encontra abrigo para resistir à interpelação que tenta calá-lo na (des)ordem imposta pelos interlocutores que atropelam turnos nos diálogos. No duplo assujeitamento – à história e à língua – o sujeito assume a organização como condição para ter *um lugar ao sol* no meio das sombras que o capital impõe ao dizer, ao viver sem-terra.

Nesse lugar, situamos o sujeito legitimado na convergência da história e da língua. Passamos então a observá-lo em movimentos constitutivos de posições, enfim sua dispersão. Dessa forma, analisaremos três diferentes posições-sujeito nas quais se constitui o sujeito em cada um dos dois Lugares Discursivos já marcados para o/pelo sujeito. Iniciamos a análise dessas posições pelo LDL.

8.1.1 Situar, Citar, Criticar a (Des)ordem Social

Nas SD selecionadas, encontramos o sujeito constituindo-se na posição de crítico da ordem social a partir da citação do discurso-outro. As três formas clássicas de presença da fala do outro no discurso – discurso direto (DD), discurso indireto (DI) e discurso indireto livre (DIL) – constituem o discurso relatado –

DR⁵⁸. Dentro das modalidades de DR propostas por Indursky (1997, p. 199), o DD está mais para discurso relatado marcado (DRM), *que se caracteriza por citar palavras, expressões entre aspas.*

Importante destacar que para os discursivistas o DR assume papel fundamental pelo fato que ele não apenas cita palavras do outro, mas coloca na formulação uma outra enunciação⁵⁹. A tentativa de recuperar as condições de produção dessa enunciação produz um entrelaçamento, onde se torna difícil localizar o que é relato propriamente do outro. São palavras do outro, mas que estão no fio do discurso do sujeito enunciador. Dessa forma, a definição de DD dada por Authier (1998, p. 139) é bastante significativa para nossa análise. Diz a autora:

*No DD, o enunciador relata um outro ato de enunciação e, usando suas próprias palavras na descrição que faz da situação de enunciação e (quem fala, a quem, quando...?), ou seja, naquilo que chamamos sintagma introdutor, mas **faz menção** às palavras da mensagem que relata; o modo semiótico do DD é, assim, heterogêneo: padrão no sintagma introdutor, ele é autônomo, na parte “citada”, isto é mostrada.*

⁵⁸ O discurso relatado em AD toma como pressupostos Bakhtin (1987) que, ao tratar sobre dialogismo, retoma as três formas básicas do discurso citado – discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre – e as trata dissolvendo a separação entre língua e social; Authier parte dos trabalhos de Bakhtin e introduz a concepção freudiana de sujeito dividido e trata da presença do outro na enunciação como heterogeneidade que atravessa o sujeito. A heterogeneidade se divide em constitutiva do discurso, não-mostrada e na representação dessa constituição, que denomina heterogeneidade mostrada no discurso; Indursky (1997) retoma os dois autores e faz uma abordagem do discurso relatado mais pertinente à AD. Mostra que o discurso é heterogêneo porque sempre comporta em seu interior outros discursos, independente disso se mostrar ou não na linearidade do texto. Indursky propõe considerarmos o DR sob três modalidades: discurso relatado marcado (DRM); discurso relatado indireto formal (DRIF) e discurso relatado indireto informal (DRII).

⁵⁹ Enunciação, como a entende Ducrot (1987), é um acontecimento histórico de aparecimento de um enunciado, quando *é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois* (p.168). Essa coisa é o enunciado, ou seja, a representação da sua enunciação.

As SD recortadas representam três situações de enunciação. A SD 11 faz parte de uma entrevista coletiva, concedida a vários articulistas da revista Caros Amigos; a SD 12 foi retirada da palestra proferida em Seminário dirigido à comunidade acadêmica e SD 13 vem de um texto assinado e publicado também em Caros Amigos. Passamos então às seqüências discursivas:

SD 11 – Vínhamos denunciando ao governo: olha esse modelo não vai dar certo, só vai gerar pobre, gerar tensão social. Eles davam risada: “Isso é atraso, os dinossauros, vocês sonham com aquela agricultura idealista da Europa”. Uma vez o Jungmann chegou a me dizer: “Isso é a origem cristã que vocês têm lá dos imigrantes”. Deve ter pensado: “Nós, os ateus, decerto somos mais modernos”. E aconteceu que, passados cinco anos, o processo de empobrecimento foi real. E não mais só pela nossa boca começou a aparecer essa exclusão social, começou a aparecer nos próprios estudos do governo, baseados no censo agropecuário e em pesquisas feitas pela própria Embrapa e pela Fundação Getúlio Vargas. (Entrevista concedida em 06/00 à Revista Caros Amigos e republicada em 05/01).

SD 12 – Qual é as características fundamentais do modelo que eles querem implementar? Fundamentalmente é isso, é subordinar completamente a nossa economia aos interesses estrangeiros. Isso não é retórica, eles mesmos já pararam de analisar nosso país como país, eles falam de nós como mercado. Notem até o discurso ideológico da burguesia brasileira, né. Na década de 60 quando tivemos aquela crise, a burguesia brasileira falava: “O Brasil é um país subdesenvolvido, portanto temos que encontrar um caminho pro desenvolvimento”. Depois na década dos militares eles

falavam: “O Brasil potência do futuro. Brasil potência econômica”. Depois veio a crise, no Sarney, no Itamar, eles começaram dizer, abandonaram o Brasil, começaram dizer: “Nós somos um país endividado” pra justificar aquela saída de dinheiro pra fora do país. Agora, o que eles falam de nós, abandonaram até país, dizem: “Nós somos um mercado emergente”. Acho que isso é emblemático da própria ideologia da burguesia. (Palestra proferida em Seminário na UFRGS, em abril de 1997).

SD 13 – Como se explica que tão poucos ricos consigam manter por tanto tempo tantos privilégios? De duas formas: a primeira, usando o poder do Estado para proteger seus interesses; e, a segunda, com a violência. A classe dominante brasileira usa sistematicamente a violência de sua polícia, de sua segurança privada, de seus pistoleiros para impedir que os pobres reajam a tamanhas injustiças.

Essa violência se abate pela perseguição aos líderes e organizadores do povo. Essa violência se transforma também em campanha permanente dos meios de comunicação da classe dominante para difamar e criminalizar as organizações sociais dos de baixo. Como um alerta permanente: “Cuidado! Os trabalhadores, os pobres não podem se organizar... isso é perigoso”. Pode dar cadeia e até morte. (Revista Caros Amigos, 10/03 – Artigo assinado – João Pedro Stédile).

As SD apresentam não apenas as palavras do outro, mas contornos traçados pelo sujeito enunciativo que cercam o discurso do *adversário*⁶⁰ do movimento. Antecedendo à citação da fala do outro, podemos observar que é dada a direção de

⁶⁰ No sentido que são falas atribuídas a sujeitos que simbolizam a ordem social vigente, contra a qual o MST luta.

sentido que interessa ao enunciador, não só por comentários que incidem sobre o dizer atribuído ao outro, mas especialmente pela seleção lexical usada para caracterizar o outro. Estamos entendendo que são palavras sobre as palavras citadas. Isso produz uma espécie de simulação da fala do outro, pois o sujeito coloca as citações com direção de sentido compatível com suas posições ideológicas e com isso o discurso do outro fica determinado. Consideramos então que esse é um caso de modalização autonímica, nos termos que trata Authier (1998). Vamos resgatar alguns aspectos relativos à noção de modalização e depois ver em Authier como a modalização autonímica liga-se à heterogeneidade discursiva ou, no caso de nossa análise, como ela opacifica a presença do outro no discurso citado.

Cervoni (1989), Dubois (et alii, 1973), ao tratarem sobre modalidade e modalização afirmam que a modalização define a presença do sujeito no seu enunciado e apontam para o fato que o conceito de modalidade pertence tanto aos lingüistas quanto aos lógicos.

Na lingüística, a modalidade remete à separação entre o dito e o ponto de vista do sujeito falante sobre o conteúdo. O ponto de vista se constrói com recurso ao léxico, inventário de palavras capazes de expressarem tal atitude do enunciador, à flexão e à sintaxe. A separação entre o *modus e o dictum* remete para perspectivas de estudos gramaticais e/ou lingüísticos que concebem a língua como núcleo isolado da exterioridade.

Na perspectiva da lógica, a modalidade vem dos eixos da possibilidade, da necessidade e de seus contrários: impossibilidade e contingência. Aparecem na superfície lingüística através de expressões marcadas (necessário, tudo, possível, nenhum, às vezes,...). A lógica remete a Aristóteles, a *forma e a matéria* que, por sua vez, apontam para a relação entre

pensamento e linguagem, trazida do filósofo para os estudos gramaticais, no Século XVII, por Arnauld e Lancelot, para quem os signos dividem-se entre os que *significam os objetos do pensamento e outros a forma e o modo de nossos pensamentos.* (p.29)

No âmbito dos estudos enunciativos, a modalidade é vista como elemento constitutivo da enunciação. Daí porque consideramos essa abordagem mais pertinente ao nosso trabalho. Concebendo modalização *como a marca dada pelo sujeito ao seu enunciado* (DUBOIS, 1973, p. 414) e também retomando os trabalhos de Benveniste (1995), em especial dois textos – *O aparelho formal da enunciação* e *A natureza dos pronomes* –, descartamos a modalidade como elemento separado do conteúdo do dito. A separação entre *modus e dictum* torna-se impossível, uma vez que o *ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala* (BENVENISTE, 1995, p. 84) e com isso a subjetividade inscreve-se como constitutiva de todo dizer, independente de haver intenção ou não de modalizar o dito. Corroboram também essa impossibilidade os estudos da Pragmática, em especial Austin (1990), cujas tentativas de categorizar os itens lexicais conforme os efeitos performativos mostrou-se impossível, uma vez que a enunciação de um desses itens está marcada, diríamos, modalizada por fatores externos que no enunciado vêm amalgamados à língua.

Authier (1998), a partir de pressupostos da Psicanálise e da AD, em especial a noção de interdiscurso, trata a modalização considerando *o sujeito em sua dupla determinação pelo inconsciente e o interdiscurso* (p.17). Mostra que a modalização efetua-se sobre o fio do dizer, funcionando como uma metaenunciação que se volta sobre as palavras desse dizer. A

modalização assume assim um caráter de autonomia, uma vez que tem reflexividade sobre a enunciação de que também faz parte.

As fronteiras entre o *modus e o dictum* ficam opacificadas em diferentes graus, uma vez que a enunciação é feita pelo sujeito afetado pela ideologia e o inconsciente. Assim, há ilusões que o permitem colocar-se como origem do seu dizer e também imaginar que pode manter distância marcada entre as suas palavras e o dizer do outro. Toma-o como real e, ao tentar manter essa condição de *mais pura verdade*, dada por uma região do interdiscurso, enreda-se nesse real da história pelas próprias condições da ordem da língua.

Nas três seqüências selecionadas, vamos ver o funcionamento dos mecanismos usados para manter tal separação. Na SD 11, primeiro o sujeito se constitui na posição de quem foi capaz de prever as conseqüências sociais de uma determinada medida governamental e com isso já desqualifica a posição em que irão constituir-se os supostos interlocutores cujas falas são narradas. Ao descrever a situação de enunciação como momento em que o outro demonstrou descrença na previsão, a citação é modalizada pelo sujeito. Assim os dois enunciados atribuídos ao governo – *Isso é atraso, os dinossauros, vocês sonham com aquela agricultura idealista da Europa. e Isso é a origem cristã que vocês têm lá dos imigrantes.* – estão antecidos de orientação de sentido vinda de posição ideológica distinta do DR.

Os enunciados citados trazem também para a formulação o antagonismo entre o MST e a ordem social vigente. Nos fragmentos citados, temos as duas posições constituídas. A memória discursiva é acionada na primeira citação pelas expressões: *dinossauros e agricultura idealista da Europa* e no segundo por *origem cristã*. Considerando que *Eles e Jungmann*

representam o Estado alinhado à ordem social criticada pelo movimento e que os itens lexicais fazem a evocação da memória relativa a práticas que não privilegiam a cultura de produtos para os mercados exportadores, podemos dizer que a citação das palavras do outro objetivam mostrar o despreparo do Estado para tratar das questões relativas a um modelo favorável aos sem-parcela. Por outro lado, na *origem cristã*, o sujeito resguarda-se das críticas desabonadoras e pode assumir o lugar daqueles colonos cristãos que chegaram ao Brasil – *os imigrantes* – e receberam as porções de terras dobradas consideradas, pelos proprietários, impróprias para a agricultura e/ou pecuária extensiva e, trabalhando nessa dobra geográfica e histórica, as transformaram em solo fértil, fundamentados em saberes anteriores a esses *mais modernos*.

O sujeito, nos contornos que dá ao discurso relatado, vai instituindo-se como aquele que sabe o que precisa ser feito para transformar a realidade. Aquilo que trouxe como palavras do outro é desqualificado num movimento onde o discurso-outro se volta sobre si mesmo. O sujeito enunciador põe na formulação a citação e convoca os *próprios estudos do governo* para que ele, o MST, tenha legitimidade como crítico do modelo que traduz a ordem social responsável pelo *processo de empobrecimento, tão real*. As palavras foram ditas pelo outro, mas receberam contornos, comentários que as distanciam de quem as disse, mas as colocam tão próximas *de nossa boca...*

Na SD 12, um questionamento inicial coloca o sujeito frente à divisão que o habita. Numa situação onde é apresentado como um dos líderes do MST e a platéia é composta por universitários e professores, o enunciador assume as posições de interrogador e de quem responde, determinado pelo lugar discursivo que ocupa. A partir desse LD se constrói a referência

para *eles* que passam a ter suas características explicitadas, as quais vão construindo contornos, comentários que orientam o sentido das citações, das palavras atribuídas à *burguesia brasileira*. Sabemos que os efeitos de sentido constituídos para esse item lexical, quando enunciado em condições de produção específicas ao MST, trazem a marca do adversário do movimento, sejam os proprietários das grandes áreas de terra, os detentores do capital ou seus representantes. Aqui aponta-se para a divisão de classes, onde o capital é representado pela *burguesia brasileira* e o trabalho pelos trabalhadores, em particular os Sem Terra.

Nesse sentido, *burguesia brasileira* coloca-se como um modalizador, diríamos, de grande abrangência. Volta-se para as designações que o país foi recebendo de cada grupo representante da *burguesia* e aciona uma memória discursiva que põe em cena sentidos perversos para os trabalhadores.

De *país subdesenvolvido* que carece de alguém que o faça encontrar *um caminho para o desenvolvimento*; de *potência do futuro* que precisou de sabres e baionetas para constituir-se em *potência econômica*; de *país endividado* pelos golpes que colocaram por terra o sonho do gigante, até *mercado emergente* que produz matérias primas para exportação e resíduos impuros para os trabalhadores, muitos movimentos operaram. Produziram tensões que possibilitam a emergência de posições discursivas, tal como essa que desqualifica o adversário a partir de uma memória vivificada no movimento sobre si mesma.

A partir do LDL do MST, *burguesia brasileira* aciona a memória discursiva e faz produzir-se o contorno para as palavras do outro que são citadas numa escala que remete à progressiva dependência brasileira do capital externo. Um processo movido

pelos mecanismos ideológicos que, como já mostramos, tornam tudo tão natural...

Na SD 14, o outro é trazido para a formulação pelas designações *tão poucos ricos, classe dominante brasileira*. Iniciando-se assim a modalização do DR, pois já sabemos que *os ricos*, na FD dominante do sujeito, simbolizam o adversário do MS – o capital, pólo oposto ao trabalho. *Os pobre, povo, os de baixo* designam esse pólo onde o sujeito vem constituindo-se como organizador da luta por uma ordem social menos desigual.

A oposição que vai sendo tecida na seleção dos itens lexicais apontados e de outros presentes na SD consolida-se na remissão ao interdiscurso e constrói o contorno da fala citada que, imaginariamente, atribui-se ao outro. Ao trazê-la em: *“Cuidado! Os trabalhadores, os pobres não podem se organizar... isso é perigoso”* o sujeito trabalha lexicalmente com um inventário que lhe é próprio e organiza a formulação tentando trazer o outro *in presentia* e dar ao enunciado feições de uma enunciação real, jamais recuperável no seu todo.

Authier (1998) diz que os sintagmas introdutores do DR (tempo, lugar, quem diz, outros dados relativos à enunciação) constroem no DD uma ficção de apagamento daquele que cita. Tal apagamento é sempre parcial, pois como sabemos a *descrição que ele dá de e (enunciado) será sempre, inevitavelmente, parcial e subjetiva*. (p. 149). No caso do DR apresentado nesse recorte analítico, o dado de maior destaque é o relativo a quem disse as palavras citadas. No sintagma introdutor, o sujeito enunciator constrói os comentários pela seleção lexical que, num movimento interdiscursivo, situa o outro em posição marcada e com isso encaminha a interpretação daquilo que será citado. No processo discursivo em que é inserido esse dizer, as condições de

produção redirecionam o sentido daquilo que foi dito por sujeitos afetados por outra formação ideológica. As palavras citadas, quando aparecem na formulação, já sofreram a reformulação do sentido constituído na sua enunciação e colocam-se no fio do discurso daquele que as relata. É nesse sentido que estamos entendendo que se trata da *modalização discursiva*, pois é no movimento pelo interdiscurso que o outro é caracterizado e são modalizadas então suas palavras na formulação determinada por outra FD.

Na teorização acerca da modalização, feita a partir de diferentes perspectivas, vimos que gradativamente *modus e dictum* formaram uma unidade que se reveste de sentido na relação entre os elementos que a constituem. No trabalho de Authier (1989), temos a modalização enunciativa muito próxima da discursiva. Consideramos que a separação entre as duas diz respeito às concepções de sujeito. Se a modalização autonímica tratada pela autora toma o enunciador como sujeito afetado pelo inconsciente, nós, em AD, temos o sujeito duplamente afetado. Inconsciente e ideologia determinam o sujeito enunciador que não faz modalizações a não ser assujeitado à Formação Ideológica que o domina.

A modalização então, na forma como se apresenta nesse recorte, aponta para um funcionamento discursivo que é o de bloquear sentidos antagônicos ao sujeito enunciador, através da direção dada ao discurso citado. E, com isso desqualifica o adversário pelo caminho do apontamento das características que lhe são desfavoráveis frente ao movimento social.

As tentativas de fechamento do sentido vêm se colocando para a presente análise e estamos entendendo isso como mecanismo de poder, através do qual o sujeito se resguarda dos ataques do adversário. Porém, cabe lembrar que, especialmente

quando se trata de sentido, sempre há um espaço de fuga, de transgressão. Sem o que o movimento na história seria para a morte e nós o queremos como marcha para a vida...

8.1.2 Lembrar, Esquecer, dar Direção

No LDL constitui-se uma posição de autoria pelas diferentes modalidades de apropriação de outros discursos e a instauração de nova direção de sentidos. Visita arquivos da história, critica a realidade propondo outra interpretação, avalia acontecimentos no campo das lutas sociais e traça perspectivas. Por essa posição, o LDL configura-se como lugar de interpretação em oposição à repetição que se efetua constituindo outras posições nas relações com a mesma forma-sujeito. O líder interpreta os acontecimentos e encaminha sentidos para que no movimento sejam parafraseados. Essa interpretação re-orienta sentidos perpassados por posição ideológica antagônica àquilo que está consagrado na formação social. Mostra a narrativa histórica na perspectiva de verdade relativa, pois os acontecimentos empíricos ao ganharem vida pela linguagem têm seus sentidos sempre a deriva, podendo tramar novas realidades. Do mesmo modo, critica a globalização e encaminha outros efeitos de sentido para o mesmo processo. Também, pela análise da realidade das lutas sociais, traz uma outra perspectiva de trabalho formativo e organizativo para o MST.

O processo discursivo em análise, conforme sabemos, é próprio a um sujeito que, no mundo factual, materializa-se como movimento de massas estruturado em instâncias. Lembramos que *a direção é o núcleo dirigente responsável pela direção, unidade e condução do movimento de massa*. E ainda que a estrutura de

poder do MST está dividida em cinco níveis, sendo que na Direção Nacional situamos o LDL. Considerando então as instâncias do movimento e os níveis da estrutura de poder, a liderança está determinada como responsável pela direção que trama a unicidade das ações em qualquer nível – local, estadual e nacional. Essa determinação conduz o líder para, além de o exercício da função-autor, uma posição-autor na qual constitui-se no trânsito pelos discursos quando vai reunificando-os, produzindo interpretações, fazendo circular e inscrevendo no repetível, no interdiscurso.

Foucault (1969), em *-O que é um autor?-* trata a autoria como uma posição que se define na relação com a obra e não com o ser empírico. Dá ao autor um caráter de raridade; de quem produz um acontecimento discursivo na rede de discursos e inscreve tal produção como objeto de repetição. Situa-o como aquele que *produz o discurso que não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto.* (1969, p. 45). Trata a história do surgimento da função-autor nas relações entre responsabilidade pelo que é dito/punição e entre propriedade e direitos da/sobre a produção. De certa forma historiciza a autoria considerando o sujeito indivíduo, mas postula a função-autor como uma posição-sujeito que pode ser ocupada por classes diferentes de indivíduos. Em Foucault (1970), o autor é definido na relação com a reunificação de discursos dispersos, *o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.* (p. 26).

Orlandi (1988,1996) e Gallo (1992) produziram deslocamentos na noção de autor/autoria forjada por Foucault.

As autoras mostram que a função-autor se presentifica em todos os textos. Ela se constitui como condição de fechamento provisório de qualquer texto. A autoria é efeito da ilusão necessária de que o texto é único e por isso recebe o fecho de quem exerce a função-autor pela reunificação do disperso. Tal função se estabelece sempre que o sujeito simboliza no texto suas interpretações da realidade, atendendo aos princípios da textualização.

A função-autor configura-se assim como parte de toda formulação que se materializa no intradiscurso. Sendo o texto a porta de entrada para o discurso, a função-autor está na base da materialidade lingüística sobre a qual se estabelece a análise do processo discursivo. Não é possível, assim, se constituir nenhuma posição-sujeito sem o exercício dessa função. Entendemos que a análise do modo de constituição do discurso, até onde temos acesso, nos leva a uma posição-sujeito concomitante à função-autor. Desse modo, faremos análise de um recorte de seqüências onde estamos vislumbrando, além da função-autor, uma posição-autor se constituindo pela interlocução discursiva, óbvio, sob a dominância de uma formação ideológica, mas situado num LD que já tem inscrita a autoria como saber necessário para configurar-se como ocupante legítimo do lugar.

Orlandi (1996, p. 73) diz:

Como o autor é função da forma-sujeito e dos modos de individuação sócio-historicamente determinados, se este for um deslocamento efetivo da relação com a interpretação, deve ser acompanhado de transformações no tecido da formação social.

Isso para nós é fundamental, pois a posição-sujeito de autor assumida no LDL se caracteriza, na forma-sujeito, como espaço de interpretação da realidade e de produção de sentidos que encaminham transformações na formação social. Desse modo, estamos postulando também que o autor tem a posição consumada no espaço de circulação dos discursos quando os sentidos orientados por ele fixam-se como o repetível que dá suporte à(s) forma-sujeito(s).

Considerando a autoria como **um gesto que insere no cotidiano, não só novos sentidos, mas também novas formas de intervenção na realidade, as quais provocam transformações na formação social**, passamos então à análise das SD recortadas.

As condições de produção das três SD têm em comum o fato de que em todas as situações enunciativas o enunciador é interpelado a ocupar o LDL e desse lugar faz as representações das relações com a forma-sujeito que lhe é dominante. A SD 14 faz parte da entrevista concedida a uma articulista da Caros Amigos e apresenta a proposta do MST. A SD 15 foi recortada de palestra dirigida à comunidade acadêmica e a SD 16 foi retirada também de palestra proferida em evento científico. Passamos à análise já com a perspectiva de que esses eventos – entrevista e seminários – não se configuram apenas como espaço para circulação do discurso, mas também como espaço de constituição de posição e de exercício da função-autor. Eis então as seqüências discursivas recortadas:

SD 14 – Por que até agora não foi feita a Reforma Agrária no Brasil? Primeiro é importante lembrar que a sociedade brasileira perdeu várias chances históricas de fazer a reforma agrária, se comparada a outras sociedades. Em todos os países que se libertaram da

*escravidão, criou-se oportunidade para que os negros tivessem acesso a terra. Essa é inclusive, a base da primeira reforma agrária dos Estados Unidos feita por Abraham Lincoln, em 1862. E aqui no Brasil, no mesmo período histórico, como bem disse o professor José de Souza Martins, a terra ficou cativa da propriedade privada do capital. **A nossa Lei de Terras de 1850, em vez de ser uma lei para democratizar a propriedade da terra, tornou-se privilégio de quem tivesse dinheiro.** Foi a primeira chance histórica que perdemos. A segunda foi na Revolução de 1930, quando o movimento que é simbolizado por Getúlio Vargas, implementou o modelo industrial dependente. **Todos as sociedades, quando se industrializaram, para poder desenvolver o mercado interno, fizeram reforma agrária.** Essa é a base, inclusive do desenvolvimento industrial da Europa, do Japão e do próprio Estados Unidos, com a lei a que já me referi. **Mas no Brasil, de novo, instalamos uma industrialização dependente, baseada na concentração industrial e num mercado interno restrito.***

.....
 .
E Getúlio Vargas, em vez de fazer a reforma agrária, tirou a oligarquia do poder político, mas manteve o privilégio dessa oligarquia em relação à propriedade da terra. Terceira chance histórica perdida: quando o modelo de industrialização entrou na sua primeira grave crise, na década de 60,... (Marina Amaral entrevista João Pedro Stédile, Revista Caros Amigos Especial – Reforma Agrária – set./03, p.4.).

SD 15 – *O que que há de globalizado? A cultura. O cara faz um filme lá, todo mundo tem que assistir o mesmo filme, a Internet, a informática, o sistema financeiro, está globalizado. O cara levanta de manhã cedo em Londres e decide “hoje eu vou aplicar na bolsa de Hong Kong e em outra de São Paulo”, e tem essa alternativa e*

decide na hora, isso está globalizado. Agora, falar de economia globalizada, eu acho que é uma temeridade. Vejam o caso do Brasil, o nosso PIB a 780 bilhões de dólares. Quanto exportamos? 50 bilhões. Quanto dá? Não dá 10%. Então o que, que está globalizado? Está globalizado 10%. Mas a essência da economia, pelo que eu aprendi na faculdade, a essência da economia é organizar a produção da sociedade para atender as necessidades da sua população. Isso que é a economia, e não buscando o mercado externo. Então, há um fetiche aí em torno da globalização, as pessoas imaginam, graças ao trabalhinho que os nossos jornalistas fazem na Zero Hora e na RBS, de que agora é tudo globalizado, o que está globalizado é a idiotice que eles pregam na cabeça da nossa juventude, isso sim é globalizado. Mas eu acho que nós não devemos nos acomodar com a idéia de apenas bater no modelo deles, fazer críticas do governo, que é necessário. Mas eu acho que nós temos que ter a esperança de que é possível enfrentar esse modelo. (Palestra proferida em Seminário na UFRGS, abril/ 1997).

SD 16 – Entre as contribuições, do ponto de vista da organização, o pressuposto de que para qualquer organização ter perenidade é necessário que ela seja capaz de formar os seus próprios militantes, ou seja, na história da luta de classes do capitalismo para cá, nenhum movimento, tanto no aspecto sindical, quanto no popular e partidário, teve longa vida se não formou seus próprios quadros. No clássico provérbio milenar, “só vai longe quem caminha com suas próprias pernas” e poderíamos dizer, com sua própria cabeça. Por isso, dentro do movimento, desde o início, nós dedicamos muito esforço, espaço, recurso e sobretudo idéias de que nós precisamos multiplicar os nossos próprios passos, construir as nossas próprias escolas em todos os níveis, tanto no ponto de vista de

reproduzir a ideologia, quanto da nossa organização.
(CHEVITARESE, 2000, p.240).

A retomada da história e a análise da mesma, feitas na seqüência 14, mostram a posição-autor constituída na apropriação de fatos dispersos na história agrária internacional. A passagem pelo arquivo possibilita a tomada de posição do sujeito já situado no LDL. A interpretação feita desse lugar traz determinações já dadas pela ocupação do LDL específico à FD dominante do sujeito enunciador.

A passagem pela história de diferentes países tem como tema a distribuição da terra na relação com o desenvolvimento dessas sociedades. O narrador constitui-se em sujeito político ao trazer fatos históricos e analisá-los, mostrando os pontos de emergência que sustentam, no Brasil, o litígio entre os proprietários de terra e os sem-terra. Cabe lembrar as idéias de Rancière (1996), as quais nos mostram que é no desentendimento que nasce a possibilidade de os sem-parcela virem a tê-la. Situa na luta política um dispositivo de subjetivação. Tal dispositivo faz aparecer o (in)visível que vem minar o que já estava posto. O visível é dividido e as contradições que constituem tal esfera de aparência homogênea passam a se defrontar pela ação do povo.

A versão histórica que simboliza a guarda institucionalizada do latifúndio vem desmontar uma suposta igualdade de direito do acesso à terra, no Brasil. A localização, então, na história, da falta do lugar se apresenta como um ponto de partida para a construção dos movimentos que levam à terra.

A localização da desigualdade – do litígio – e dos mecanismos usados para manter os desiguais, como se iguais fossem, cada um em seu lugar é, como já mostramos, o fundamento do político que institui lutas sociais e sujeitos

flutuantes que transtornam toda representação dos lugares e das parcelas. (RANCIÈRE, p.103). A mexida nos arquivos da história é uma forma de fazer aparecer outras realidades que balançam a suposta homogeneidade de direitos. Dessa forma, os fatos históricos figuram como objeto, pontos do real, cujo valor de verdade é conquistado nos jogos de linguagem. Sabemos que são sujeitos assujeitados a diferentes formas-sujeito que, ao apropriarem-se de um mesmo fato histórico, o interpretam segundo a formação discursiva que lhes é dominante, mas, como já nos apontou Indursky (2000, p. 17-26), nem todos ocupam lugares de onde pode instituir-se o sujeito político.

A tomada de posição, em relação à situação da reforma agrária nos países citados, é efeito da interlocução discursiva entre o conjunto de saberes próprios ao MST e os saberes próprios ao adversário. É no embate entre esses dois discursos que perpassa a posição ideológica do enunciador e se encaminham os sentidos para a perspectiva do sujeito do discurso. Assim, *A nossa Lei de Terras de 1850* transforma-se em instrumento de exclusão dos despossuídos de capital para comprar a terra. Esse efeito de sentido faz silenciar outros sentidos que a lei possa ter produzido.

Na seqüência, cita-se como exemplo de condução adequada da questão a ação de Abrahan Lincoln, em 1862. O período sintático que trata do fim da escravidão nos Estados Unidos e a criação de *oportunidade para que os negros tivessem acesso à terra*, ao ser precedido de *E aqui no Brasil, no mesmo período a terra ficou cativa da propriedade privada do capital*, cria uma ambigüidade onde *mesmo período* pode ter com referente a criação *de oportunidade* nos Estados Unidos ou o fim da escravidão no Brasil. Se considerarmos como referente esse último, teremos a aproximação temporal do fim da escravidão

com a criação da Lei de Terras, que vêm constituir *a primeira chance histórica que perdemos* e instituir o sujeito sem-terra. Anula-se o espaço de trinta anos entre a Lei de Terras e o fim da escravidão e com isso aponta-se para o equívoco que foi a instituição de uma lei que irá deserdar, impedir o acesso à terra daqueles que nela trabalham, os escravos, que ficarão cativos mesmo libertos.

Em *Todos as sociedades, quando se industrializaram, para poder desenvolver o mercado interno, fizeram reforma agrária.*, o enunciador faz uma síntese da história da industrialização de países desenvolvidos para construir a versão crítica da industrialização brasileira. Novamente opõe países que fizeram a reforma agrária como base para o desenvolvimento, nesse caso o industrial, e o Brasil, onde *de novo instalamos uma industrialização dependente, baseada na concentração industrial e num mercado interno restrito*, porque não foi feita a reforma agrária.

Sob o domínio da formação discursiva, faz crítica ao modelo adotado, estabelecendo a interlocução entre industrialização, mercados e reforma agrária. Pela convocação desses discursos constrói efeitos de sentido que dão como causa *da primeira grave crise* do modelo de industrialização a manutenção da propriedade da terra nas mãos de poucos. A história permite a construção de outros sentidos, mas esse é o que é incorporado na prática discursiva do movimento.

A revisão histórica provocada pela interpelação da jornalista produziu um recorte na história da questão agrária internacional. A passagem por esses arquivos foi feita pelo sujeito situado num LD específico, portanto legitimado, na FD, para interpretar a realidade. A partir então desse lugar ele *bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os* (FOUCAULT,

1969, p.46) e instaura rupturas no discurso histórico relativo à distribuição da terra. É assim instituído que ele se deixa conduzir pela posição ideológica que lhe é dominante, coloca em contato diferentes discursos e resgata saberes que corroboram sua posição de interpretante. Aquilo que se lineariza no intradiscorso traz para a repetição na formação discursiva a história alinhavada pela linha que sustenta a unidade do movimento.

Na SD 15 a definição de globalização é feita ao modo enciclopédico, mostrando que é restrita a alguns setores da sociedade. O sujeito começa a constituir-se na posição de crítico do processo e logo se individualiza. A partir da individuação, constitui-se em autor, assume, em *eu acho*, responsabilidade por aquilo que passa a dizer. É da interlocução com o discurso da economia que vem a sustentação para um outro sentido de globalizar. Ao resgatar o sentido de economia - *organizar a produção da sociedade para atender as necessidades da sua população* - aciona a memória onde desfilam pobreza, desemprego, doença, falta de terra e de moradia, educação e saúde precárias. Os benefícios da globalização em países como o Brasil são, então, negados ao serem trazidas à lembrança essas mazelas da população. É o efeito de memória (COURTINE, 1981) que produz tal negação.

O *mercado externo* está inscrito no interdiscurso como vilão dos que lutam pela reforma agrária, pois ele promove no campo maior concentração da propriedade da terra. A produção agrícola e a pecuária para exportação demandam cada vez maiores áreas de terra para que o agronegócio seja de fato um investimento rentável e isso vai ocupando o latifúndio, antes improdutivo. O uso da terra, com essa finalidade, vai desqualificando o argumento de que há muita terra improdutiva que pode ser usada para assentar os Sem Terra. Nesse confronto

de poder, outros sistemas de diferenciação (FOUCAULT, 1984) se constituem e colocam em lados opostos aqueles que produzem para exportação e aqueles que produzem para atender aos princípios da soberania alimentar⁶¹, pelos quais cada nação deve produzir alimentos para consumo da sua população, como medida social solidária. Desse modo, a economia deve *organizar* a sociedade para produzir alimentos para a população e não apenas matérias primas para exportação.

O *mercado externo* configura-se como um [E] que faz seqüencializar no intradiscursos uma rede de elementos de saber que presentificam a ordem social vigente, vigorosamente manifesta no *fetice* ou no mito da globalização (SANTOS, 2004).

O discurso da imprensa acionado por *graças ao trabalho que nossos jornalistas fazem na Zero Hora e na RBS* resgata sentidos que situam a mídia, os meios de comunicação, como um latifúndio que também precisa ter a cerca cortada e ser ocupado⁶². Por essa memória, a globalização propagada pelo jornal e a rede de televisão já tem seu sentido encaminhado. Fora isso, temos na materialidade lingüística itens que ironizam os efeitos da globalização. O *trabalhinho e as pessoas imaginam* constituem efeitos de sentido contrários aos saberes da forma-sujeito.

Do modo como são tratadas as formações imaginárias que se constituem nessas condições de produção apontadas pelo

⁶¹ Soberania Alimentar significa que todos os povos têm o direito de construir suas próprias políticas agrícolas, lutando para que os povos tenham acesso e controle sobre a terra, as sementes, a água e outros recursos produtivos. Apresenta-se como o novo argumento que permite ao MST oposição mais contundente frente ao adversário. Cria-se a partir dessa noção um novo sistema de diferenciação (FOUCAULT, 1984) instalando o jogo de poder entre produtores de grãos para exportação e produtores de alimento para consumo interno da nação.

⁶² Um dos saberes que pode e deve ser dito que se repete no discurso do MST, em especial no LDL, é que existem outros latifúndios, além do da terra, a serem ocupados e entre eles estão o dos meios de comunicação e o da educação.

enunciador, amplia-se a desqualificação do processo de globalização também da informação. *As pessoas imaginam* funciona fazendo oposição para verdade. O imaginário, nessa perspectiva, não é inerente à interpretação, mas é um defeito da informação que resulta da manipulação feita pelos jornalistas. O efeito de sentido que se constitui é o de que a verdade está naquilo que o sujeito enuncia e, ao negar a validade da interpretação feita pelo outro, desqualifica ainda mais a globalização que dissemina a mentira.

O sujeito estabelece interlocução com a economia e a mídia na busca de dissociar duas memórias que emergem amalgamadas. Globalização e mercado externo, na ordem social vigente, convocam uma rede de sentidos associados. Tudo pode estar globalizado, a cultura, a Internet, a informação, mas são apenas técnicas que potencializam a globalização de mercados. Santos (2004) nos mostra que todas elas estão a serviço do mercado e que pelo uso das mesmas aumenta a perversidade da economia globalizada. A forma de relação entre sujeitos, que se instala nos territórios globalizados, transforma o entorno social e atenua no interdiscurso a fronteira entre os sentidos de globalizar e de mercado externo.

A tentativa do sujeito de deslocar essas memórias na rede de sentidos, diminuir a proximidade entre uma e outra e alocá-las em outras posições, associá-las a outras redes de sentido enfrenta a resistência imposta pela historicidade dos sentidos. Assim, sobre essa memória o sujeito precisa trabalhar desalojando posições estratificadas e inscrevendo outras. A luta entre os discursos convocados na SD encerra-se mostrando que há *o modelo deles, esse modelo* que globaliza mercados e a pobreza.

Os efeitos de sentido inscritos para globalizar e toda sua família lexical estão postos como [E] que se repete na FD

dominante do adversário – a ordem social vigente – e que resiste às tentativas de silenciamento vindas da FD dominante do sujeito enunciador. Tanto é que o modelo usado na condução da economia é reconhecido como realidade que *é possível enfrentar*. Mas o enfrentamento carece da manutenção da *esperança* de que é possível mexer no que está estratificado, deslocar sentidos, aproximá-los de outras memórias e (re)significá-los, sem apagar sua historicidade, ainda que essa venha inscrever no processo marcas da contradição constitutiva do discurso .

Nesse trabalho de desconstrução de sentidos estratificados a posição-autor vai se exercendo num movimento de afastamento/aproximação de memórias que, em outras condições de produção, irão se encontrar e linearizar no enunciado *Globalizemos a luta; globalizemos a esperança*⁶³ memórias aproximadas na luta entre discursos/sujeitos. No enunciado, a forma verbal *globalizemos* faz a repetição de saberes antagônicos ao sujeito enunciador, mas os substantivos *luta e esperança* trazem a lembrança [E] próprios à FD do sujeito.

O que buscamos mostrar na análise dessa SD é que a posição-autor se consoma na abertura de espaço para a inscrição de outros sentidos possíveis pela associação de memórias, de outras redes de sentido, que terão ressonância na FD.

Na SD 16, se estabelece a posição-sujeito ao fazer passagem pela história da luta de classes e colocar na interlocução os discursos próprios aos movimentos sindical, popular e político. Recorta deles o aspecto que toma como lição a não ser seguida. Começa então a justificar a necessidade de dar outra direção ao movimento social. Aqui o sujeito faz um

⁶³ Em 2002, no II Fórum Social Mundial, os Sem Terra juntamente com agricultores de outros países filiados à Via Campesina, apresentam-se com bandeiras, vestuário nas cores verde e branco e no espaço dos encontros é exposta a palavra de ordem *Globalizemos a luta; globalizemos a esperança*.

movimento bem marcado entre leitor a autor, pois interpreta o que está dado e propõe modificações que podem constituir uma outra realidade.

Ao retomar o provérbio – *Só vai longe quem caminha com suas próprias pernas* – o sujeito visita arquivos e resgata saberes que circulam na formação social como significantes determinados a terem seus sentidos repetidos por diferentes discursos. Dizemos isso considerando que os provérbios, ainda que enunciados sob a dominância de diferentes FD, continuam sendo portadores de um sentido estratificado. Eles se colocam na mesma linha das fábulas, parafraseadas durante séculos nas mais diferentes condições de produção, conforme já mostrou Grantham (1996). Podemos produzir deslocamentos do sentido para outros campos discursivos, mas o que está estratificado não silencia.

Tomando o próprio provérbio citado, vamos ver que o sujeito trabalha buscando reconfigurar o mesmo, mas sem poder silenciar o sentido de que vai longe quem caminha com autonomia. Mesmo tendo proposto que *poderíamos dizer com sua própria cabeça*, pela sintaxe que tem o provérbio, ou seja, uma oração que afirma algo e outra que restringe a abrangência de tal afirmação, o sentido de ter autonomia não se desfaz. Mas o que ocorre pela troca lexical – *pernas* por *cabeça* – é a ampliação das formas de exercício da autonomia e é aí que o sujeito inscreve-se como autor. *Pernas* metaforizam a ação, a marcha, o andar em busca de algo, mas a *cabeça* aponta para a construção da própria caminhada, aponta também para o saber, ter que elaborar, pensar a ação. *Sua própria cabeça* ainda traz a lembrança o fato de que o MST surge ligado à Igreja Católica e aos partidos políticos de esquerda⁶⁴. Então quando o sujeito enuncia *sua própria cabeça*,

⁶⁴ Fora o fato de as CEBs e depois a CPT terem um trabalho reconhecido na organização dos pobres do campo padres e freiras tiveram presença marcante nos primeiros acampamentos dos Sem Terra. Méliga & Janson (1982) apresentam vários depoimentos dados em 1981 pelos acampados em Encruzilhada Natalino,

aponta para a necessidade de desvinculação dessas instituições. Em análises históricas acerca dos movimentos camponeses, nos é apontado que, após a queda do muro de Berlim, eles entraram em crise e tal crise foi atribuída a uma ligação muito direta com os partidos comunistas. A história possibilita então chegar aos motivos da preocupação com *a perenidade* já ameaçada pela falta de autonomia.

A sutileza com que o sujeito vai procurando dotar-se do caráter de originalidade mostra a ilusão constitutiva da unicidade e a tentativa de silenciamento dos outros que o constituem e emergem exatamente onde são negados. A vitalidade deles está sustentada na historicidade e a originalidade pretendida só se constitui nesse efeito efêmero.

No movimento pelos discursos, o sujeito toma como pré-construído o provérbio e faz sobre ele a passagem do discurso transversal e vem linearizar sentidos que o fazem emergir na posição de autor que pode traçar outra direção. Faz a passagem do fora para o dentro do movimento ao dar nova direção de sentido ao provérbio.

A constituição do espaço para criar sua própria ação dá-se então pela memória acionada na tomada de um significante pelo outro – *pernas/cabeça*. Com isso os Sem Terra são investidos de dignidade não só pela capacidade de trabalho braçal, mas também por serem portadores da capacidade de traçarem os rumos do seu movimento, de mexerem na ordem estabelecida, pela tentativa de desmonte dos AIEs, entre eles a Escola. Assim precisam assumir, dar direção ao processo educativo para que, ilusoriamente, fiquem livres das determinações do Estado, da ideologia que ele faz perpassar por esse AIE.

onde temos o testemunho da presença de políticos no acampamento e das religiosas e dos religiosos que exerciam sua missão pastoral entre os acampados.

A luta entre formações ideológicas se presentifica nas práticas sociais, discursivas ou não. O sujeito enuncia *construir as nossas próprias escolas em todos os níveis, tanto no ponto de vista de reproduzir a ideologia quanto da nossa organização* e com isso assume na prática posição ideológica, confirmando que *as ideologias não são feitas de “idéias” mas de práticas.* (PÊCHEUX, 1975, p. 144).

As práticas são o palco da reprodução/transformação que tem nos AIEs, *simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.* (idem, p. 145). A escolha da Escola como metáfora dos espaços de luta para reprodução *dos nossos próprios passos... da nossa organização* enfim da *ideologia* demonstra que o andar *com sua própria cabeça* se constrói a partir da Educação Formal, simbolizada pela Escola, espaço onde a ideologia se reproduz recortando regiões do conhecimento – lingüístico, histórico, matemático, biológico, religioso, etc. – e ao mesmo tempo cosendo-as. Os processos ideológicos operam no seu duplo caráter – o regional e o de classes. (PÊCHEUX, 1982). Cada região do conhecimento faz funcionar processo ideológico específico. Mas unindo e repartindo os efeitos desses processos regionais opera a ideologia com caráter de classe e então lineariza a divisão entre as outras Escolas e *as nossas próprias escolas.* Reforça a costura ideológica na Escola⁶⁵ o uso do modelo organizativo do MST na gestão do processo educacional.

Pêcheux (1982), ao tratar sobre as formas de constituição do discurso revolucionário, mostra que uma delas consiste em

⁶⁵ Citamos como exemplo o modelo de Escola Itinerante que se instala nos acampamentos e o ITERRA, instituto de educação localizado em Veranópolis/RS sede de cursos de formação de técnicos em diferentes áreas, em nível de ensino médio, e de formação de professores tanto em nível médio como superior. Os alunos fazem parte do MST e vêm dos diferentes estados do país. Ver Caldart (1997, 2000).

negar a presença de outros discursos, ou outras ideologias no interior de um processo. A negação faz-se baseada na crença da

existência de um germe revolucionário independente, presente no estado prático como uma essência certamente entravada, reprimida, dominada, mas no entanto prestes a fazer irromper, toda armada como Atená, e a dominar, por sua vez, quando chegar o dia. (p.16)

A tentativa de produzir deslocamentos e transformações na Escola – AIE de amplo espectro – e de esquecer a influência do discurso religioso no interior da *organização* se fundamentam nessa crença.

A posição-autor vai se constituindo assim a partir da apropriação dos sentidos de um provérbio, que na FD são redimensionados e ampliados. E com isso institui-se um novo saber acerca dos Sem Terra, ou seja, o reconhecimento dos mesmos como trabalhadores dotados de capacidade de definir seu próprio caminho. A autoria também está apontada na tomada de posição feita pelo sujeito frente à realidade dos movimentos, a qual reconhece como imprópria e assim passa a buscar transformação da mesma. Apresenta fundamentos do trabalho para a transformação do que não serve e a reprodução daquilo que vai sendo construído e deve estratificar-se como saber próprio a sua FD.

A análise desse recorte de SD mostra o sujeito exercendo a função-autor mesmo como fecho de toda unidade de sentido formulada. Mas também, a partir do LDL que ocupa, se constituindo numa posição pela provocação da interlocução com diferentes discursos e a produção de efeitos de sentido que se inscrevem como saberes repetidos na FD. A autoria também se

constitui pelo discurso propositivo que aponta para os rumos do movimento.

A posição de autor constituída no LDL se evidencia na necessidade de organizar o heterogêneo e encaminhar, para a militância e base do movimento social, sentidos que serão repetidos produzindo o silenciamento de outros. Tal posição consoma a divisão em instâncias e aponta para a existência da diferença *entre alguns deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo portadores de uma leitura e de uma obra própria) e o conjunto de todos os outros*. (PÊCHEUX, 1981, p.57). Assim a parafraseagem do que se constituiu no LDL será feita no movimento onde outros autores poderão surgir.

Esse é um lugar de autoria de onde saem fios que vão tecer um outro amanhecer. São os galos de João Cabral de Mello Neto⁶⁶ que apanham esses saberes e os lançam unindo cantos na construção da alvorada que acorda, de mansinho, em todos os rincões, os sem-parcela, unido-os na sustentação do litígio possibilitador do outro mundo.

8.1.3 Conclamar o Povo, Articular a Organização

A análise será feita tomando como materialidade SD onde o LDL é ocupado por um articulador que se constitui não só ao exercer a função de porta-voz, mas também ao buscar articular a sociedade para lutas sociais que estão além da Reforma Agrária. É o sujeito fazendo interlocução com o povo⁶⁷, conclamando para

⁶⁶ A referência é ao poema *Tecendo a manhã* onde o autor diz que o conjunto de vozes dos galos, vindas cada uma de um ponto, constrói o amanhecer.

⁶⁷ Povo tem como referente os sem-parcela, que, de acordo com Rancière (1996), são aqueles que sofrem os efeitos do dano. Na localização do litígio, do ponto de heterogeneidade que a política localiza na suposta homogeneidade, o **povo** constitui-se daqueles que ficam fora, dos que sofrem os efeitos perversos de uma igualdade artificial. Mostra, porém, o autor que povo precisa ser visto no seu duplo, ou seja, *povo da representação jurídico-política de que se utilizam aqueles que jogam o jogo das formas – da reivindicação dos direitos, da batalha pela representação etc.* – e **povo** como *os que conduzem a ação destinada a*

a união em torno de causas comuns. Fala a todos os incluídos como sem-parcela e não só com a população brasileira. Fala com os companheiros e também com os que estão fora. O que primeiro se visualiza nessas falas é o fato que ele faz passar para fora da organização os saberes do movimento, fura o cerco que possa existir entre MST e a população e busca colocar o sujeito no centro das lutas. Estamos analisando nesse recorte de SD o sujeito no exercício da função enunciativa de porta-voz, conforme tratam Conein (1981), Pêcheux (1982) e de modo específico Indusky (2000). A função enunciativa de porta-voz tem sua definição relacionada ao discurso político. O político está dado pelas condições de enunciação. Conein (1980), em *Décrire un événement politique*, trata o porta-voz como aquele que numa ação política assume duas vozes: a sua e a do povo. O cenário de surgimento desse locutor é o da Revolução Francesa, quando as interlocuções entre os agentes políticos e o povo passam a ser intermediadas. Nesse sentido, mostra que o porta-voz fala pelo povo que pode estar ausente da cena enunciativa. No mesmo texto, Conein analisa um *corpus* de documentos políticos pertinentes à Revolução Francesa, mostrando que, através de mecanismos sintáticos e lexicais, o porta-voz político simula a presença da voz do povo e ainda se inclui como membro do grupo em nome do qual fala.

Pêcheux (1982), ao tratar sobre os deslocamentos discursivos que se operam num período de três séculos de história das revoluções⁶⁸ protagonizadas entre os com-voz e os

desvanecer esse jogo das formas... o povo do movimento social e operário, o ator do movimento verdadeiro que suprime as aparências políticas da democracia. (94).

⁶⁸ Os três acontecimentos são a Revolução Francesa – 1789- que resulta na tomada do poder pela classe burguesa; a revolução socialista – iniciada no século XIX – ponto de partida para a divisão da sociedade baseada no sujeito de direito, dotado de vontade e de responsabilidade que, para bem se instituir, carecia da existência de uma “homogeneidade” lingüística no interior da sociedade; as revoluções do século XX as quais se dão sobre o fracasso da revolução socialista no que diz respeito a transformação das condições de produção do mundo capitalista. Pêcheux não só neste texto – “*Delimitações, inversões, deslocamentos*” –, mas de

sem-voz, retoma o trabalho de Conein e mostra que a função de porta-voz coloca em cena novos atores sociais. O aparecimento do porta-voz estabelece quebra numa cadeia hegemônica de lugares de voz/poder, da mesma forma que faz ruptura no já estabelecido, ao permitir que uma voz, muitas vezes dissonante, venha fazer eco no discurso dominante de cada período revolucionário, produzindo *um acontecimento histórico, rompendo um círculo de repetição* (op.cit, p. 17) das mesmas vozes.

Indursky (2000) trata a função enunciativa de porta-voz do MST, mostrando que essa função é exercida pelo sujeito político que está legitimado para falar em nome do MST. A autora situa os líderes e/ou coordenadores como sujeitos políticos que estabelecem a interlocução pública colocando, de um lado, o MST, e, de outro, a imprensa, que dá espaço de visibilidade restrita aos Sem Terra.

A restrição diz respeito ao modo como o discurso jornalístico se apropria da fala do porta-voz, mantendo-o à distância através do discurso relatado.

Embora haja distinção entre as instâncias de poder e o LDL, é a estrutura organizativa do movimento que determina quem pode instituir-se como sujeito político, trazer as representações do sujeito à opinião pública. Há que ser legitimado pelo MST para movimentar-se no LD em busca dos sentidos que lhe darão condições de exercer a função enunciativa de porta-voz. A configuração discursiva do lugar precisa ser atravessada por quem terá que sustentar o sujeito perante os outros, assim é a ocupação do LDL que o constitui de legitimidade frente aos seus,

modo mais específico em "*La langue introuvable*", mostra que nesse período da revolução a língua foi submetida a uma tentativa de higienização que se chocava com uma outra posição que era a de *salvaguardar as diferentes línguas da união*. Foi sobre a língua falada pelos camponeses onde mais se exerceu nessa fúria higienizadora.

sustenta-lhe a voz permitindo que as representações das relações com a forma-sujeito tenham credibilidade na esfera pública. Desse modo é no LDL, que se situam *os sujeitos políticos que falam em nome dos sem-terra e do MST*, (INDURSKY, 2000 p. 20) exercendo a função de porta-voz que faz a mediação entre o fora e o dentro do movimento.

No modo como vimos concebendo o LD, uma rede de sentidos específicos inscritos no interdiscurso, e frente à noção de porta-voz, estamos entendendo que tal função enunciativa é exercida pelo sujeito em concomitância com a ocupação do LDL. É ao atravessar o conjunto de sentidos constitutivos do LD que o sujeito situa a função de porta-voz como inerente ao lugar discursivo que ocupa. Dessa forma o ocupante do LDL exerce a função enunciativa com as especificidades definidas por Pêcheux (1982, p.17), assim

O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Nesse movimento de interlocução com os seus e com o adversário o negociador em potencial faz as representações das relações com a forma-sujeito e constitui-se em posições-sujeito, como sabemos, consumadas no âmbito da cena discursiva. Sob essa perspectiva, passamos a analisar, a partir do exercício da função enunciativa de porta-voz, a constituição de posição-sujeito onde estamos vislumbrando o sujeito emergindo como articulador da sociedade em torno da manutenção do litígio.

Uma das marcas lingüísticas que determinaram a seleção das SD é a assinatura e a designação do cargo ocupado pelo autor dos textos, na estrutura de poder do MST. Os artigos de onde recortamos as SD 17 E 18 o nome do autor traz as designações *economista e um dos líderes do MST* e o de onde retiramos a 19 traz *membro da direção nacional do MST e da comissão organizadora do Fórum Social Mundial*. As três SD são veiculadas por Caros Amigos, revista alinhada com os movimentos sociais e as lutas dos excluídos. Nela há espaço para o discurso do MST, fazendo contraponto com outros veículos de comunicação impressa que, como já mostrou Indursky (2000), não são fiéis em suas matérias à fala dos Sem Terra, fazendo, na maioria das vezes, um discurso sobre o MST. Passamos então ao recorte de SD e à análise das mesmas.

SD 17 – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se dirige ao povo brasileiro e ao Presidente Lula para falar sobre a situação do nosso país e da luta pela reforma agrária. Estamos movidos pela esperança e pela confiança de que é possível um outro Brasil, onde mulheres, homens, crianças, jovens e idosos tenham todos uma vida digna e feliz.

.....
.
*Nosso papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. **Manteremos a necessária autonomia** em relação ao Estado, mas contribuiremos em tudo o que for possível com o novo governo para que haja a tão sonhada reforma agrária.*

***Temos a oportunidade**, neste momento, de realizar a tarefa histórica de implementar uma verdadeira reforma agrária, para democratizar o acesso à terra e eliminar a fome, o desemprego e as injustiças sociais.*

Conclamamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, à sociedade brasileira em geral para que se organizem, se mobilizem, e nos ajudem a fazer a reforma agrária. Um Brasil mais justo e igualitário é possível. A hora é esta! (Artigo assinado – Revista Caros Amigos – 12/02, p.16. JPS é economista e um dos líderes do MST))

SD 18 – O acordo, ou melhor, os adendos e compromissos assinados agora são apenas mais uma demonstração da submissão do governo brasileiros ao seu verdadeiro patrão: o capital financeiro internacional que tem como seu capitão-do-mato o FMI. E o que é pior: em vez de reconhecer o erro, fazer autocrítica pública e romper publicamente com o FMI e com o atual modelo econômico, o governo se ilude de que a saída é entrar mais pra dentro da arapuca.

.....

.

Se o povo brasileiro não se levantar e não se mobilizar, caminharemos a passos largos rumo à Argentina. E os candidatos a presidente não se iludam, que o povo brasileiro não assinou nenhum compromisso com o FMI. E nem dará cheque em branco a eles! (Artigo assinado – Revista Caros Amigos – 9/02, p.12. JPS é economista e um dos líderes do MST).

SD 19 – Eles querem globalizar a taxa de lucro, a exploração, a miséria, a exclusão social. Nós iremos globalizar a luta, os ideais, a cultura, o conhecimento e a vontade de mudar o mundo.

Pessoalmente, também fiquei muito feliz porque pude conhecer e trocar idéias com o homem que liderou um povo para sepultar o colonialismo francês, o grande Bem Bella, das heróicas batalhas de Argel.

Porto Alegre foi por cinco dias um porto mundial, aonde atracamos para nos abastecer de ideais, de

solidariedade, de companheirismo. E carregados dessa energia voltar a nossos países, prontos para as novas batalhas.

Chegará o dia em que os povos de todo mundo se unirão contra a exploração. E Davos será apenas uma estação de esqui democratizada, e FMI será um fundo mundial de apoio ao índio! (Artigo assinado, Revista Caros Amigos, Edição Especial – Fórum Social Mundial – 3/01, p.25 – JPS membro da direção nacional do MST e da comissão do Fórum Social Mundial).

A SD 17 foi retirada de um manifesto do MST feito logo após a vitória do Presidente Lula e publicado com o título: *Ao povo brasileiro e ao presidente Lula*. Com isso já traz delineados os parceiros da interlocução – o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, o *povo brasileiro* e o *Presidente Lula*. Ela se dá em condições que revestem a enunciação do caráter político. O sujeito enunciador tem legitimidade para ocupar o LDL, se dirige aos seus e ao Estado e coloca a público sua fala. Institui-se então como sujeito político que fala em nome do MST e dos Sem Terra. Nessa condição divide a enunciação entre o *MST* e um *nós* que tem referentes ambíguos.

Em *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se dirige ao povo brasileiro e ao Presidente Lula para falar sobre a situação do nosso país e da luta pela reforma agrária*, o porta-voz reveste-se de dupla voz: a do MST e a de um nós (nosso país) cujos referentes podem ser os Sem Terra ou todo o povo brasileiro já interpelado no título do manifesto. Ao falar em nome dos Sem Terra, vai abrindo espaço para que outros se incluam, pois afinal, esse é o país de todo *povo brasileiro*, convocado no início da interlocução. Outros nós funcionam tendo como referente o MST e os Sem Terra.

Em *Estamos movidos pela esperança e pela confiança de que é possível um outro Brasil*, o sujeito convoca o outro, o adversário que vai manter-se nessa posição ao longo do manifesto. Ao projetar o *outro Brasil*, como um lugar onde *tenham todos uma vida digna e feliz* é acionado o discurso que nega a existência dessas condições de vida no Brasil atual, contrapõem-se presente e futuro e divide-se o povo. Convocam-se para a interlocução discursos antagônicos que no embate poderão possibilitar a construção da posição do articulador de uma parcela da população, Um posição de quem pode sustentar o litígio, exatamente pela partição desse *todos* que mantém alguns (des)incorporados, fora da vida digna. O sujeito vai se colocando como quem é capaz de produzir – e produz – uma outra identificação social, a dos sem alguma coisa. Como nos aponta Rancière (1996), aqui o sujeito político age *criando uma esfera específica de aparência do povo* (p.103), de uma parcela dos sem-parcela.

Institui-se nessa posição e a fortalece na interlocução com os seus – *os pobres do campo* – dos quais mantém separação para constituir-se enquanto unicidade ilusória que lhe permite falar a eles como se estivesse fora. Aqui o porta-voz fala pelo MST e com os sem –terra que podem estar dentro ou fora do movimento. Ao mesmo tempo em que continua mostrando o seu papel *como movimento social*, vai mantendo o adversário em cena. Trazido à lembrança sempre que se enunciam ações a serem concretizadas pelo sujeito.

Ao comprometer-se em contribuir com o novo governo – *mas contribuiremos em tudo para que haja a tão sonhada reforma agrária* – mantém separação entre a política de administração do Estado e o sujeito político. A presença do *mas* estabelece a assunção de duas posições não antagônicas porém

demarcadoras da separação entre o sujeito político, que se constitui indo ao encontro das demandas sociais, sustentado-se no próprio afrontamento ao Estado e ao governo.

Ao estabelecer sua linha de ação frente ao Estado, o sujeito mantém a identidade de movimento social, mas manifesta sua simpatia pelo novo presidente. A promessa de contribuir sinaliza para a reciprocidade de interesses, mas ao mesmo tempo retoma a independência do sujeito em relação às determinações da política partidária e também assegura a posição de crítico das ações governamentais. Convoca outros sujeitos da parcela dos sem-parcela, ao chamar o sem-comida, o sem-emprego, enfim: o sem-justiça social e em nome desses e em seu nome busca todos os aliados – *todos os trabalhadores e trabalhadoras* – convocando assim o discurso do partido político majoritário que elegeu o presidente Lula.

Ao fazer a conclamação aos trabalhadores e trabalhadoras os mantém especificados, separados da *sociedade brasileira em geral*, o que funciona como um chamado ao compromisso já assumido. Mas conclama a todos para que adotem princípios do MST – organizar e mobilizar – e não só ajudem a fazer a reforma agrária mas também acreditem na utopia do Brasil mais justo e igualitário. Com isso vai assumindo a posição de articulador da *sociedade brasileira em geral* em torno da luta por uma outra ordem social.

Ao criticar os acordos do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI, o sujeito mantém o seu lugar de crítico e mostra o Brasil submisso ao capital estrangeiro, escravo. Faz isso na SD 18 ao convocar o econômico e o discurso da escravidão em – *capital financeiro que tem como seu capitão do mato o FMI*. O *capitão-do-mato* aciona a memória da caça aos escravos que, num gesto de resistência, fugiam dos seus

senhores. Refugiavam-se nos matos formando quilombos, de onde eram resgatados, abaixo do açoite do capitão-do-mato, serviçal encarregado de os trazer de volta ao jugo do senhor que os comprou. Duas memórias se enlaçam a partir dessa convocação, a da escravidão dos negros pelo homem branco e a da exploração econômica do povo brasileiro pelo capital internacional.

Em ambas as situações os brasileiros estão presos ao poder do capital. Na escravidão, de modo mais contundente, o homem escravizado enriquece seu senhor pela alta *mais valia* e, na outra, os pesados encargos impostos pelo credor internacional diminuem os recursos a serem usados em benefício do *povo brasileiro*. Desse modo, estamos cada vez mais presos na *arapuca*, armada ao longo da história. Vamos sendo mantidos nela como caça que aguarda o caçador que definirá seu destino.

Na seqüência, o porta-voz fala com o povo brasileiro advertindo-o e chamando-o a *se levantar e se mobilizar* contra a situação apontada. A busca da articulação do povo se faz agora pelo apontamento do que poderá acontecer se não houver a mobilização em torno da luta contra o adversário, não só do sujeito, mas de todos os sem-parcela. É pela visibilidade do conflito que o porta-voz abre espaço para que outros sujeitos assumam posição e venham fortalecer as fileiras sustentadoras do movimento pela transformação da ordem social vigente. Constitui-se como parte do povo em *caminharemos a passos largos rumo à Argentina* e logo depois, na interlocução com os candidatos, fala também pelo povo. Interpela os candidatos a presidente e exerce a função enunciativa de porta-voz ameaçando-os em nome do *povo brasileiro*. A ameaça que faz assume duas dimensões, uma que é a possibilidade de o povo não eleger os candidatos que compactuam com o modelo

econômico criticado e, a outra, de que não terá apoio popular para governar o eleito que continuar mantendo a política de submissão ao capital financeiro internacional.

É também instituído na posição de crítico da ordem social que o sujeito começa na SD 19 a construir sua posição enunciativa de porta-voz dos sem-parcela do mundo. A SD foi retirada de artigo onde o porta-voz se institui já na designação dos lugares sociais – membro da direção nacional do MST e da comissão organizadora do Fórum Social Mundial – ocupados no espaço das lutas sociais. Dessa forma, a assinatura do artigo funciona amalgamando FSM e MST e apontando para o leitor seus interlocutores/interpeladores. O artigo está publicado em número especial da revista Caros Amigos, Essa edição traz depoimentos e análises do que foi o 1º FSM, ocorrido em 2001. Como sabemos, esse evento se contrapõe ao Fórum Econômico Mundial que reúne em especial os representantes da ordem social que organiza as relações sob o ponto de vista do dinheiro ou das mercadorias.

O artigo, na parte inicial, explicitou o referente de *Eles querem globalizar a taxa de lucro, a exploração, a miséria, a exclusão social, como os donos do mundo*, que nessa análise configura o adversário, o outro antagônico ao sujeito. Ao trazê-lo, o sujeito antecipa para o leitor formações imaginárias que farão o contraponto na construção do referente do nós de: *Nós iremos globalizar a luta, os ideais, a cultura, o conhecimento e a vontade de mudar o mundo*. Na interlocução enunciativa podemos dizer que o referente é explícito e trata-se dos participantes do FSM, em especial dos organizadores.

Considerando a organização sintática que aproxima os dois projetos de globalização e cria espaço, não só de visibilidade de um e de outro, mas também de comparações, estamos vendo essa

construção como ponto privilegiado para agregar outros a esse *Nós iremos globalizar...*

A justaposição das duas lógicas mostrou a realidade duplicada com espaço para tomada de posição. O sujeito provocou o aparecimento do litígio, *perturbou a homogeneidade do sensível ao fazer ver juntos mundos separados*. (RANCIÈRE, 1996, p. 107).

Rancière, na mesma obra, ao tratar sobre a democracia como espaço de convivência das diferenças, mostra que ela só se realiza a partir do aparecimento da figura natural que vem se opor à figura policial da incorporação. O natural se relaciona à existência da diferença social.

A forma de aparecimento da figura natural é pela localização do engodo da igualdade e a instituição aí de espaço permanente de litígio de onde se continuará, num movimento utópico, a busca da igualdade impossível. Mas é exatamente a utopia que sustenta o litígio necessário para garantir a luta. Pelo litígio se convocam sujeitos a assumirem uma posição, a darem-se conta do dano que a suposta igualdade encobre. Desse modo, mexer no que está estabelecido, apontar para o que *Eles* projetam para uma sociedade dita global é colocar em relação o que não tem relação, é mexer na ordem estabelecida e possibilitar a subjetivação pela política. É constituir aí um litígio particular que vai possibilitar a inclusão dos sem-parcela num *Nós* que se fortalece ao *colocar em relação a não-relação e dar lugar ao não-lugar*.

A constituição discursiva da referência desse *Nós* se dá exatamente pelo aparecimento do litígio produzido ao justapor-se as duas lógicas tratadas por Santos (2004). Como vimos, as marcas lingüísticas que caracterizam o outro, em especial *miséria e exclusão social*, vêm fortalecer a rejeição ao

adversário e possibilitar que *globalizar a luta, os ideais, a cultura, o conhecimento e a vontade de mudar o mundo* se coloque como contraponto. O outro é posto à distância pelos discursos que mobiliza. E o sujeito cria espaço para resistência a essa ordem social perversa ao mobilizar discursos que caracterizam as demandas do povo. Se pela localização do litígio, constitui-se um espaço de subjetivação pela política, na interlocução discursiva temos um ponto que provoca o assujeitamento. O *Nós* configura-se como uma representação das relações do sujeito enunciador, do porta-voz, com a forma-sujeito, ou seja, um sujeito político que, pelo reconhecimento da existência da desigualdade, pode agregar todos os sem-parcela. *Nós iremos globalizar a luta,...* funciona assim como um chamado para que outros se unam a essa tarefa, se assujeitem a essa forma-sujeito.

Em *Nós* assume a posição enunciativa de porta-voz que fala ao povo como um dos participantes do FSM e ocupante do LDL do MST. Assim instituído o sujeito projeta o futuro, lança a utopia como forma de manter vivo o litígio – *Chegará o dia em que os povos de todo mundo se unirão contra a exploração*. Ao fazer isso acena para a necessidade de articulação de todos os povos em torno da tarefa de *globalizar a luta, os ideais, a cultura, o conhecimento e a vontade de mudar o mundo*.

A análise das três SD mostrou o sujeito exercendo a função enunciativa de porta-voz não só do MST e dos Sem Terra, mas também do povo, dos sem-parcela. Institui-se nessa função ao abrir espaço num *nós* que pode resgatar da memória discursiva outros referentes além daqueles apontados no enunciado. Ao ir enlaçando sujeitos, nesse movimento inclusivo, vai provocando tomada de posição como condição para a construção de um mundo melhor.

Como porta-voz *faz declarações, tece análises, elabora críticas, trabalha com dados e formula exigências* (INDURSKY,

2000, p.23), e constitui-se também em posições-sujeito. Como mostramos, isso se dá num processo onde se estabelece interlocução, cria-se a cena enunciativa em que um eu (JPS) e um tu (leitores de Caros Amigos) são colocados em posições enunciativas e, concomitante, convocam-se discursos fazendo instalar-se a cena discursiva, palco de emergência de posições-sujeito. Nesse plano a função enunciativa se exerce, como mostra Indursky (1997, p.137),

mobilizando também a figura do sujeito do discurso que não se dirige exclusivamente àqueles que presenciaram/ouvem...: por seu intermédio, um outro freqüentemente ausente é interpelado. Nesta segunda instância de interlocução, o sujeito do discurso ao interpelar o outro, pouco definido e até ausente, instaura a cena discursiva.

No exercício da função enunciativa de porta-voz legitimado pelo LDL que ocupa, o sujeito estabelece interlocução com a sociedade convocando outros discursos que vêm constituir interlocutores situados em diferentes posições. O porta-voz estabelece o contato com o leitor, mas quem os chama a assumirem uma posição é a forma-sujeito de que se reveste o líder nessa função enunciativa. Ao serem interpelados, não são mais apenas os leitores da revista e o porta-voz que estão em cena, mas também o outro, sob a forma de discursos que vão sendo acionados a partir de diferentes formações ideológicas que dominam os leitores. A cena discursiva dá-se numa arena teórica, onde os atores convocados lutam dominados pelas formações discursivas que os constituem. É nessas condições que o sujeito coloca-se como um interpelador que pode agregar outros, não só para as lutas pela Reforma Agrária, como também para a

sustentação do litígio provocador da construção de uma outra ordem social.

8.2 NO LUGAR DISCURSIVO DO ASSENTADO

No LDA a sustentação se dá pelas relações com a terra, o real, que serve de mote para agregar sujeitos em torno da luta por causas sociais mais amplas. Temos aqui um ponto de diferenciação entre os dois lugares discursivos marcados. No LDL fala-se do projeto, de seus saberes fundamentais, das perspectivas do movimento, enquanto que no LDA a fala é na terra, com a terra. Aqui o sonho já tem caráter de realidade, a marcha chegou ao seu destino e é hora de dispersar e enraizar.

Nesse LD, o sujeito se configura ao enfrentar uma realidade que lhe é próxima e tão real quanto a terra que recebeu. A interpretação, o discurso sobre a conjuntura feito no LDL pesa agora como uma adversidade, pois ao assentado cabe mostrar a viabilidade do projeto defendido pelo movimento. O sujeito precisa construir formas de produzir mantendo-se filiado a sua FD dominante, mas, ao mesmo tempo, sofrendo forte coerção do Estado e da ordem social vigente.

Ao fazermos a análise da ocupação dos LD, situamos no LDA o sujeito movendo-se entre a terra e as determinações que configuram o lugar. A especificidade de que deve revestir-se o assentado já foi apontada pela relação jurídica estabelecida entre o Estado e o Sem Terra. Vimos que ela pode afetar as relações com saberes da forma-sujeito. Apontamos, então, para a possibilidade da heterogeneidade de saberes com que o sujeito relaciona-se no LDA fazê-lo ficar na fronteira entre a FD dominante e a FD própria ao adversário. Assim, neste momento

da análise vamos direcionar nosso foco para movimentos do sujeito no espaço fronteiriço.

8.2.1 Saber Fazer, Poder Fazer

Nas seqüências discursivas que passamos a analisar veremos como o sujeito se sustenta nesse espaço vital de sobrevivência. A marca lingüística que determinou o recorte das SD foi o discurso relatado citado – DR. O DR que temos nesse LD apresenta como predominância a dobra do enunciador sobre outras enunciações suas. Todas as seqüências foram recortadas de depoimentos dados pelos assentados em situação de interlocução com a pesquisadora.

SD 20 – Isso aí está estragando agora por causa da soja, a maioria quer fazer cerca e não pode, por causa das estrada tem que cruzar no meio dos lote porque não tem estrada certa, que ela ficou ali no meio e não tem.

.....

Estemos esperando vê se resolvem vim aí. Eu disse assim: “Se esse assentamento que sai, primeiro o INCRA tinha que mandar dinheiro para, para luz, para essas coisas que mais nós precisemos de primeiro” né, não, ele manda para galpão, para comprar vaca, para fazer cerca. O que adianta ter gado se não pode vender né, não tem luz, daí tira leite para botar fora também, que nem nós, esses dias estragou bastante porque o leiteiro não entrava aí, a gente fazia queijo, mas a gente não pode fazer sempre, sempre. (Assentamento Santo Izidro).

SD 21 – Ele não sabe tirar o leite, então os piás vão, têm que ir cedo para o colégio. Então às vezes os piás, às vezes atrasam, levantam meio tarde, não dá tempo deles tirar as vacas de manhã, então eles vão no colégio e vão tirar depois que eles voltam do colégio que daí os piás vão tirar o leite, né... Quando dá tempo de manhã, eles tiram, quando não dá eles tiram depois quando vêm, porque ele não sabe tirar o leite. Daí então sempre quando eu saio, às vezes quando eu vou para a cidade, os dias que saio né, que eu sempre digo para ele: “Ó, só ata os terneiros e deixa atado, quando os piás vêm do colégio, os piás tiram o leite daí”. (Assentamento Seival).

SD 22 – Se tem que ir a Porto Alegre, vamos, eu vou, eu sei onde é e mexer. Isso aqui tava encahado lá em Porto Alegre, foi eu e o Jorge que demos uma empurrada lá, um rapazinho... que ele é professor lá em São Leopoldo, ele é da Boa Vista do Incra. Ele tava na reunião lá em São Leopoldo e ele chamou:

– Quem é que é da Seival

– Semo nós dois.

– Então já falei com a pessoa certa, oh! Vocês têm que dá uma empurrada no colégio de vocês que está liberado e eles estão trancando, por ser professor daqui eu sei como é que funciona, dou muita guia lá pra aquela turma.

Aí nós fomo, ele deu tudo bem certo o endereço para nós. Nós fumo lá e dissemo:

– Como é que é, vai sai o colégio lá na Seival ou não vai?

– É porque não sei o que...

– Olha, liberem esse ano porque nós temo precisando.

(Assentamento Seival).

Na SD 20 a conversa se dá entre pessoas de uma mesma família e o que circula é a questão da infra-estrutura do

assentamento recém formado. Perguntamos sobre as condições do lote e logo surgem as dificuldades em relação ao assentamento. Na citação que a mulher faz de suas próprias palavras, a posição-sujeito se constitui pela ilusão de que sabe das prioridades do projeto de assentamento. Em *Eu disse assim*, individualiza-se, condição necessária para dizer, e passa a citar o saber que se constitui como de sua autoria e que, sob a forma de uma narrativa, sustenta a posição de assentada que sabe o que é melhor para o grupo familiar poder dar conta de fazer o lote produzir. O interdiscurso fica encoberto pela enunciação de *Eu disse assim* e o enunciador fica como origem de *Se esse assentamento que sai, primeiro o INCRA tinha que mandar dinheiro para, para luz, para essas coisa que mais nós precisemos de primeiro*.

A crítica ao INCRA vai se dando através da citação de fatos que envolvem o próprio grupo familiar. Mas o interdiscurso é acionado na enunciação de *O que adianta ter gado se não pode vender né, não tem luz...* e pela ambigüidade que se instala com *não poder vender*. O sujeito fica entre as condições de urbanidade necessárias para viver e as condições mínimas para começar a fazer o lote produzir. Também em *não pode vender* o interdiscurso coloca o sujeito em posição dupla, ou seja, duas posições divergentes são acionadas. Um delas, a que é dominante do assentado, permite efeitos de sentido relativos à preocupação com as dificuldades para comercializar o leite, ocasionadas pela falta de vias de transporte. A outra, aponta para aquilo que *não pode e não deve fazer* o agricultor que está se instalando e recebendo subsídios do INCRA com regras para aplicação, impostas pelo Estado que determina as condições para ocupação do lugar de assentado.

A história coloca em confronto o sujeito urbano e o agricultor, pois da condição de expulso da terra até o retorno à terra o sujeito é atravessado pelos infortúnios e pelas benesses da cidade. Coloca também em posições divergentes o agricultor independente que define a ordem de prioridades para sua propriedade e o assentado, assujeitado a saberes que propõem novas relações de produção e às determinações do Estado (INCRA).

Aquilo que está determinado pelo INCRA como essencial para o agricultor, tal como a construção de galpões, de cercas e a compra de vacas, não o é para quem busca no lote também condições para morar, fixar-se. A resistência ao que vem de fora se dá pela assunção da posição de poder pelo saber. Como diz Foucault (1976, p. 95), *é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber* e é, pois, pelo discurso que o sujeito resiste ao que está imposto e com isso se sustenta no lugar de agricultor, de trabalhador capaz de manejar o lote e a sua própria vida.

A situação da interlocução que gerou a SD 21 é também entre a pesquisadora e uma família. Os filhos não estavam presentes e o marido apresentava precárias condições de saúde. Nesse sentido quem mais fala é a mulher. Faz a narração do cotidiano do trabalho familiar no lote e com isso vai constituindo-se na posição de chefe da família.

Embora já tenha narrado a distribuição das tarefas de ordenha das vacas e a relação dessa atividade com o tempo-escola dos filhos, o sujeito enunciatador ainda retoma, sob a forma de DR, outra enunciação sua que vem não só reforçar a condição de chefe da família como mostrar a estabilidade dessa posição. *Em Daí então sempre quando eu saio, às vezes quando eu vou para a cidade, os dias que eu saio né, que eu sempre digo para*

ele: está a modalização que se volta sobre a enunciação, pois dá maior sustentação à posição do enunciador na medida em que mostra a responsabilidade também pelas relações entre a propriedade e as instituições situadas no centro urbano.

Ao trazer o DR *Ó, só ata os terneiros e deixa atado, quando os piás vêm do colégio, os piás tiram o leite daí*, a ilusão do sujeito aparece na tentativa de manter separado o que disse antes do que está dizendo agora. As palavras que cita só vêm corroborar o que já estava posto na narrativa das atividades de ordenha. É como se no ato de rememorar uma enunciação já feita o sujeito reforce o fio do discurso. Na esteira fica sempre o trabalho de ter que tocar o lote e tirar dali os meios de sobrevivência, independente da realidade. Há que criar uma estrutura a partir da interpretação dessas condições.

A SD 22 foi recortada de um depoimento dado por cinco assentados. A seqüência é parte da fala onde está em foco a infra-estrutura do assentamento. Nesse relato da situação e das medidas tomadas para resolver os problemas existentes, o DR do próprio enunciador é recorrente.

No início da seqüência em, o *eu vou, eu sei onde é e mexer* faz a separação entre o sujeito que enuncia e o companheiro que estava junto na reunião. Constitui-se como responsável pelos enunciados proferidos anteriormente e agora relatados. Em *Semo nós dois*, o outro está presente, mas precisa silenciar para que o um possa falar e assim ocupar o lugar discursivo de assentado na interpelação que é feita pelo professor. A partir desse LD o sujeito aciona saberes que lhe são dominantes, tais como as estratégias de enfrentamento do Estado que vão desde audiências amistosas até a ocupação de prédios. Presentifica no DR a interlocução com autoridade educacional, instituindo-a como devedora. Interpela bruscamente ao interrogar com *Como é que*

é, vai sair o colégio lá na Seival ou não vai? quando não deixa espaço para relativização da resposta. E prossegue desse modo ao advertir com o enunciado que evoca autoridade ao iniciar por uma forma imperativa – *Olha,* – que funciona como ameaça e como vocativo, um(a) chamado(a) que deve dizer a eles – instituição responsável por atender a demanda – que *liberem esse ano porque nós temos precisando.*

Ao relatar seu próprio enunciado o sujeito emerge numa posição que submete a autoridade, diríamos até que subverte os papéis e, conforme é apontado em *É porque não sei o que...*, faz o interlocutor titubear. O enunciador que se sustenta pela citação do dito, em outras condições de produção, se constitui como quem sabe das prioridades do assentamento e tem o direito de cobrar isso que é devido aos assentados.

Esses enunciados apresentados sob a forma de Discurso Relatado Direto – DRD –, conforme já vimos em 8.1.1, funcionam construindo uma ilusão de separação entre o que é dito no tempo presente da enunciação e o dito pelo discurso citado. Naquele item, os DR são palavras do outro delimitadas pelo enunciador que as modaliza, dando-lhes direção de sentido.

Nas seqüências que analisamos agora, o enunciador constrói contorno para o discurso citado em diferentes graus. Na SD 20, o verbo de dizer situa a enunciação no passado e, na própria citação, pelo uso da condicional *Se*, constrói um espaço de incerteza em relação ao saber formulado. O sujeito assume a divisão entre ser aquele que tem um saber genérico, aplicável a todo o assentamento e entre aquele que tem um saber específico, próprio para o seu lote. Movimenta-se entre o dentro e o fora e com isso vai construindo posições de poder pelo saber que articula a produção no lote com a infra-estrutura do assentamento.

Os contornos do enunciado citado na SD 21 dão conta do tempo e do interlocutor da enunciação referida. A *infinidade de dados* (AUTHIER, 1998) com que são descritas as circunstâncias de tempo modalizam o enunciado, mostrando um contínuo da posição de poder assumida frente ao grupo familiar. Na marcação do tempo dos afastamentos do lote, as idas à cidade apontam para o enunciador como responsável pelas relações com o centro urbano, onde se comercializa o excedente de produção, se tratam questões da saúde da família, são feitas as compras necessárias ao manejo do lote e à vida das pessoas.

Na enunciação heterogênea, não só em relação ao DR que comporta, mas também por apontar para os múltiplos saberes que habitam o enunciador, o sujeito constitui-se num lugar de poder pelo saber. Não é pelas precárias condições de saúde que *ele* (o marido) não participa mais das atividades de ordenha das vacas, mas *é porque ele não sabe tirar o leite*. Aqui opera o silenciamento do(s) outro(s), pelo não-saber, para que o um possa existir. Condição essencial na constituição do sentido/sujeito, conforme nos mostra Orlandi (1995). Silêncio do outro que pode continuar falando, mas numa voz inaudível. Sutis estratégias discursivas nos mostram que a posição de poder na família, no comando do lote, está assumida na enunciação efetuada no contínuo, onde o antes (*quando eu saio*) e o agora (*eu sempre digo*) fortalecem a posição do sujeito.

A modalização do DR da SD 22 se faz através de dados sobre o local de proferimento do enunciado, tempo, interlocutores e outras circunstâncias. Também assume a posição de saber já no início, ao dizer que *Se tem que ir a Porto Alegre, vamos, eu vou, eu sei onde é e onde mexer*. Depois, ao trazer o enunciado do outro, do professor, cita a fala – *Então falei com a*

pessoa certa – que produz efeito de reconhecimento da posição assumida.

Nessa posição de sabedor dos caminhos para chegar à solução de problemas que afetam os assentados, o sujeito faz ressoar os saberes que instituem o MST como movimento social que atinge seus objetivos no embate com o adversário, que pode ser simbolizado pelas autoridades representativas do Estado. Embates que vão além das práticas discursivas. Desse modo, os efeitos de sentido dos dois últimos enunciados, carregam a intimidação do outro ao acionarem a memória discursiva que registra as estratégias de luta dos Sem Terra, tais como as marchas, os protestos, as ocupações sincronizadas de terras e de prédios públicos.

É nessa posição de quem sabe o que deve ser feito/como fazer que tem legitimidade para interpelar a autoridade, cobrar o que julga de direito e pressionar, através de uma ameaça (des)velada no discurso. Exatamente no encontro entre história, língua e sujeito.

É pelas narrativas e a rememoração de outras enunciações – DR – que o sujeito tece a sua própria realidade, sua compreensão do mundo. Voltar-se para o já dito apresenta-se como uma forma de falar de si através da narração. Tfouni (2002) ao tratar sobre letramento e atividade discursiva, mostra que a narrativa se apresenta, para os analfabetos ou semi-analfabetos, *como lugar privilegiado para elaboração da experiência pessoal; para a transformação do real em realidade, por meio de mecanismos lingüísticos discursivos, e também para a inserção da subjetividade.* (p.73). Ao narrar, especialmente suas próprias enunciações feitas em outras condições de produção, o sujeito busca dar fidedignidade àquilo que diz agora e, com isso, sustentar-se numa posição.

Tfouni mostra que a narrativa se coloca como mais aberta à dialogia e nós estamos entendendo que ao relatar sua própria enunciação, o sujeito, na ilusão de que é o centro, está materializando a divisão que o constitui. Tal divisão se configura pelo diálogo estabelecido entre o antes (DR) e o agora, a enunciação onde o sujeito se coloca em posição *extraposta ao texto que está produzindo*, o que lhe permite olhar para fora, para outro tempo, resgatar aquilo que disse e presentificar isso, construindo uma idéia de continuidade. É no intradiscurso que o resgate se consuma ao linearizar na formulação *o que digo agora, em relação ao que digo antes e ao que direi depois*; (PÊCHEUX, 1995, p. 166). É nesse ato que se dá o amalgamento dos dois e constitui aquilo que vai sustentar a posição de poder pelo saber.

A formação social situa no LDA o sujeito da oralidade cujo saber-poder é inferiorizado em relação ao sujeito da escrita. O discurso circulante traz a imagem do agricultor e do colono ridicularizados, especialmente pelo modo como se submetem às sistematicidades lingüísticas e pela forma como simbolizam a realidade. Porém, o que nos mostram as seqüências analisadas é que, exatamente por estratégias enunciativas, o sujeito assume posição de poder pelo saber dizer/saber fazer. Tais estratégias nos remetem para a ordem do discurso, onde elas funcionam, revestem-se de sentido, mediante um movimento do sujeito sobre sua própria história e a dos sentidos que lhe vêm sendo impostos pela formação social, configurados no interdiscurso.

Para o assentado soma-se ainda a imagem do não-trabalhador, não-agricultor, invasor, diríamos até do fora-da-lei, constituída pelo discurso do adversário. Ao ocupar o LDA o Sem Terra se depara com sentidos positivos que o representam e com esses sentidos negativos, todos já estratificados.

Essa é a realidade na qual precisa movimentar-se, inscrever-se trazendo à lembrança uma memória que o situe no LDA como quem pode fazer o uso social da terra porque sabe manejar o lote e também resolver questões pertinentes ao assentamento. É preciso mostrar que é portador de um saber-fazer que se atualiza e se traduz na adoção de novas técnicas, novas culturas e do uso de produtos cuja eficácia vai sendo comprovado pelo discurso do mercado. Ainda há que se manter na formação discursiva dominante adotando práticas de não agressão ao meio ambiente e lutando pelos princípios da agricultura direcionada à soberania alimentar. Assim, o sujeito sustenta-se no lugar investido de poder/saber, empodera-se⁶⁹ e mantém a vida na/da forma-sujeito a que se submete *por livre e espontânea vontade*.

8.2.2 Plantar, Colher, Administrar Autonomia

O recorte que procedemos para selecionar as seqüências deste item tomou como pista lingüística a presença acentuada de pronomes que ocupam uma mesma posição sintática e as lacunas ou fragmentações localizáveis na superfície textual. Essas últimas são diferentes marcas que se caracterizam como não complementação de formas verbais transitivas; hesitação seguida de mudança do foco. Onde a língua parece faltar ou transbordar, temos falta, intervalo e excesso, mostrando pontos de opacidade. O que tais marcas sinalizam *é a ruptura do fio discursivo e o*

⁶⁹ Estamos tomando a noção de empoderar como processo contínuo que dá ao sujeito ou a uma instituição capacitação para a articulação de seus interesses e para a participação na comunidade e, com isso, aumenta o nível de auto-organização. Na literatura específica o termo empoderamento é mais utilizado numa referência aos grupos humanos excluídos de algum bem social. (mulheres, minorias étnicas, Sem Terra, sem-teto,...).

impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 108).

O analista de discurso vê as lacunas como fatos de linguagem imersos na história que permeia sentido/sujeito e esse modo de ver faz a diferença entre a concepção de língua adotada pela AD e as concepções lingüísticas presas ao logicismo ou ao sociologismo. Pêcheux & Gadet (1978) nos provocam a examinar outros caminhos fora dessas concepções para chegarmos ao sentido. Não sendo possível sair da formalização, da organização da língua que responde pela visibilidade dos resquícios da alíngua (MILNER, 1987) e da história e, ao mesmo tempo, não sendo tal organização suficiente para dar conta disso que é parte constitutiva da língua, tomamos a sintaxe como observatório do discurso.

É pela concepção de não separação entre ciência e ideologia que Pêcheux, em especial em “*Semântica e Discurso*”, mostra que a língua olhada numa perspectiva lingüístico-filosófica abre espaço para aquilo que ficou fora. Desse modo, a estrutura abre-se possibilitando que a língua ganhe materialidade e densidade que vêm perturbar a sua ordem, *impossível de não ser assim*. Estabelece-se então na língua a zona do sentido exatamente onde os dois horizontes – o dos universos logicamente estabilizados e do universos não logicamente estabilizados (PÊCHEUX, 1983) fazem fronteira. É no entremeio onde língua e exterioridade se encontram, ali onde a sintaxe faz a costura (ou alinhavo) entre os dois que o analista pode flagrar sentido/sujeito. Temos então a entrada no discurso pela sintaxe, *uma ferramenta essencial que entra na construção de um observatório dos discursos*. (MARANDIN, 1994, p. 124).

Embora esse seja um fato indiscutível, ainda há uma distância razoável entre sintaxe e discurso. Leandro Ferreira

(idem), ao discutir pontos de aproximação e pontos de afastamento entre as duas áreas, mostra que nas teorias lingüísticas temos a sintaxe ainda sem espaço para acolher o sujeito e a história. Gadet (1978) trata isso como *La double faille* – a dupla falha na língua – a do inconsciente e a da história que trabalham na sintaxe e fazem produzir limites, fronteiras intransponíveis para os lingüistas que concebem a língua fechada num núcleo circundado por aspectos *periféricos*. Aí onde a língua falha, não dá conta daquilo que a constitui e a perturba ao mesmo tempo, se apresentam pistas interessantes para o analista do discurso buscar efeitos de sentido, pois sinalizam para o encontro da língua, da história e do sujeito.

A presença acentuada de pronomes está nos provocando a buscar funcionamentos no encontro da escolha lexical com a organização da língua. Pelo estudo do funcionamento dos pronomes, Benveniste, em *A natureza dos pronomes*, texto de 1956, mostra como os pronomes introduzem a subjetividade na língua. O autor toma como implicados nessa relação enunciativa de intersubjetivação o eu/tu, pronomes que têm reversibilidade de lugar na situação de interlocução. O ele é a não-pessoa, aquela que está fora da cena enunciativa.

Tomando essas questões como fundamentais para observar o movimento do sujeito, passamos a analisar as seqüências selecionadas.

SD 23 – E o trabalho aí nessa terra, como é que é trabalhar com a terra?

– É bom, para mim é a coisa mais boa plantar ali e tu saber que se tu fizer com carinho tu vai conseguir tirar né, não tem é aquilo ali que a gente vai a hora que tu quer, tu vem a hora que tu quer, não tem que tá obedecendo horário né, é teu né, tu faz aquilo que tu tem na cabeça. Eu já morei vinte e cinco anos com os

*outros né, hoje tu vai fazer isso, hoje tu vai fazer aquilo, então hoje é diferente né, hoje é meu. A gente sabe que se a gente a gente planta, se colheu, colheu, se não colheu não tem que dá satisfação para ninguém né, é nosso. A gente por enquanto temos bastante auxílio do governo, do INCRA que tão ajudando nós né, então a gente tá pensando em melhorar, **nós até plantar mesmo não vamos plantar, assim soja, vamos plantar mandioca, feijão, o milho , vamos criar vaca e leite né que todos os mês tu tem o teu salário aí, né.***
(Assentamento Santo Izidro)

SD 24 – *E no meio de tudo isso que vocês dizem, de toda essa luta antes de vir para cá, o que é a terra?*
– *É... a gente acha uma grande vantagem né, **pelo menos o cara tá... planta a hora que quer e colhe e cria o bichinho que quer criar.** Ah... ela quer dizer que representa tudo... para nós tudo, tudo de bom, tem tudo o recurso para gente fazer, né. Só a única coisa que agora... **está faltando recurso de a gente ter dinheiro e não poder fazer safra,** porque na primeira renda fazia safra e colhia soja, colhia milho para vender caminhonada, para distribuir produto... (Assentamento Seival)*

SD 25 – *E o senhor vê diferença entre o trabalhador da cidade e o trabalhador que está no campo, o trabalhador rural?*
– *Ah... isso existe diferença, é claro, porque **quem está na terra ele é o dono,** ele é o senhor, decide, ele faz o que bem entende, ele se administra, enquanto o... o que está na cidade ali, empregado ele é sujeito a ordens e ele tem compromisso com o patrão e o patrão tem compromisso com ele, só que ele tem que cumprir horário, ele tem que cumprir horário, **ele tem que se submeter muitas vezes é... a... a... sacrifício através... dos... três dias tu as vezes fica doente, não é sempre***

que a gente tem compromisso, porque se o empregado começa a ficar muito tempo doente ou começa a falhar o serviço o patrão vai despachar ele. E aqui não, se nós ficar doente não tem patrão para... para... até se... se eu não posso trabalhar a minha esposa trabalha, vem o filho ajudam, ou vem o vizinho, aqui é diferente de lá.
(Assentamento Seival)

A interlocução estabelecida entre os assentados e a pesquisadora coloca como tema o sentido que tem estar trabalhando na terra depois de tê-la conquistado. A SD 23, a partir das formas pronominais, apresenta marcas do movimento do sujeito entre o coletivo e o individual, entre o genérico e o particular. O uso de *tu* traz quem está fora para contribuir na sustentação do que está sendo dito. Assim ao dizer *para mim é a coisa mais boa plantar ali e tu saber que se tu fizer com carinho tu vai conseguir tirar, né... ou a gente vai a hora que tu quer, não tem que tá obedecendo horário, né, é teu né, tu faz aquilo que tu tem na cabeça*, o sujeito descentra-se e o eu (*mim*) transforma-se em *tu*, não numa relação de intersubjetividade constitutiva, conforme Benveniste (1956), mas numa relação discursiva de inclusão, onde o eu, ilusoriamente, passa a receber o aval do(s) outro(s). Na inclusão constrói-se a imagem de que isso que está sendo dito – tu sabe, ele sabe, eu sei, todo mundo sabe – portanto essa é uma verdade. Mas quem planta ali sou eu (*mim*) agricultor, embora todos possam saber o que é o trabalho livre. Também a posse do meio de produção, a terra, é partilhada com os outros – *é teu né* – como forma de sustentar que a terra precisa ser de quem nela trabalha, um saber próprio à FD dominante do Sem Terra.

Podemos também ver a inclusão numa dimensão mais particular, onde os incluídos podem ser os demais assentados. O

jogo entre diferentes itens lexicais que ocupam as mesmas posições sintáticas, como a gente/nós em *A gente por enquanto temos bastante auxílio do governo, do INCRA que tão ajudando nós né, então a gente tá pensando em melhorar...* constrói uma ambigüidade, onde o beneficiado pelos auxílios do INCRA poderá ser todo o assentamento ou apenas o grupo familiar representado pelo sujeito enunciador. A opacidade que aí se instala contribuiu para produção de efeitos de sentido que não particularizam privilégios sociais, mas os distribuem com o coletivo.

Nesse movimento convocatório do outro, o sujeito vai construindo sua sustentação de agricultor cuja história ensinou as agruras do trabalhar para o outro/na propriedade do outro. Com isso investe-se de legitimidade para constituir-se na posição de trabalhador independente, voltando-se para si e assumindo a unidade ilusória necessário. De posse do meio de produção, passa a falar sem incluir o genérico e mostra os projetos do grupo familiar.

Na condição de agricultor independente, mas submetido à memória que o constitui e o mantém dividido, o sujeito tropeça na língua e produz espaço para que o flagremos. Assim, pressionado pela necessidade de manter-se como assentado e de manter a identidade, propõe plantar algumas culturas, mas enrola-se perturbado por uma concepção de agricultura incompatível com a pequena propriedade e faz produzir-se uma falha no tecido textual.

Em nós até plantar mesmo não vamos plantar assim soja, vamos plantar mandioca, feijão, o milho, vamos criar vaca e leite, né, que todo mês tu tem o teu salário aí, né. Contrapõem-se a posição do agricultor que produz grãos para a exportação e a

do agricultor de subsistência⁷⁰. O modo como a língua deixa transparecer essa oposição é dando completude imediata a um verbo que, na continuidade do enunciado, demanda complemento. Ao afirmar *nós até plantar mesmo não vamos plantar, assim soja*, o sujeito enunciador fecha o sentido de plantar pela antecedência de *até*, um item lexical que funciona como índice avaliativo e pela posposição de *mesmo*. Com essa organização o verbo plantar dispensa complemento, convoca a história que vem estancar o sentido. Corroborando o fechamento, vamos ter ainda na seqüência – *plantar, assim soja* – uma explicação para sustentar que *plantar mesmo* é plantar soja. As culturas que caracterizam a produção para alimentar o mercado interno e com isso atender a princípios da soberania alimentar complementam, na linearidade do texto, o verbo plantar.

Assim *vamos plantar mandioca, feijão, o milho, vamos criar vaca e leite* constrói a ilusão de que são culturas que precisam ser especificadas, elas por si só não preenchem o sentido de plantar. São as culturas nativas em oposição ao que veio de fora pelas mãos dos imigrantes. Não basta enunciar *eu planto* para que se deduza que o assentado cultiva mandioca, feijão ou o milho, mas dá para o grande agricultor responder *eu planto* ou *eu crio* e com isso complementar-se-á o sentido dos verbos. Estamos tomando o preenchimento e o não-preenchimento do espaço do complemento verbal como pista significativa do encontro entre língua e exterioridade.

Dias (2002) nos ajuda a explicar essa relação entre as diferentes ordens. Tratando sobre o perfil de uma gramática do funcionamento da língua, numa dimensão enunciativa, diz que

⁷⁰ Agricultura de subsistência relaciona-se à agricultura familiar cuja produção volta-se para o atendimento das necessidades do grupo familiar e o excedente é comercializado. O excedente não tem sentido de sobre só de produtos, mas envolve também a de mão de obra e a terra com suas pastagens naturais. Por outro lado, milho, feijão, mandioca são consideradas plantas nativas cultivadas pelos índios e caboclos antes de os imigrantes terem introduzido outras culturas.

um complemento de verbo transitivo é *um objeto constituído no gesto de significação, Isto é, um objeto historicamente delimitado no acontecimento enunciativo.*(p. 4). O autor mostra que os referentes para pronomes ou adjetivos que ocupam a posição de objeto são acessados da memória discursiva pelas condições de produção da enunciação.

Dias trata dos itens lexicais que ocupam tal posição como âncora que sustenta diferentes movimentos sobre o interdiscurso, de onde são resgatados os referentes. Em relação aos espaços do objeto não ocupados materialmente, como é o caso de *É dando que se recebe.* (p. 6), ele mostra que a complementação do verbo se dá pela remissão à memória social. Considera também que essa *incompletude* abre possibilidade para que diferentes discursos ali se constituam.

No caso da análise que fazemos, podemos dizer que a ausência/presença do item lexical, no espaço do objeto, aciona diferentes regiões do interdiscurso. A complementação ou não do sentido do verbo coloca em confronto duas posições ideológicas. Uma que defende o agronegócio e, a outra, a agricultura para a soberania alimentar.

Na SD 24 o sujeito também busca o outro para sustentar sua posição. Em *É... a gente acha uma grande vantagem né, pelo menos o cara tá... planta a hora que quer e colhe e cria o bichinho que quer criar*, a convocação do outro se dá pelo uso de *o cara*. Assim como *o tu* mostrou-se como pronome que comporta, nessas construções, eu, tu, ele, *o cara* também aponta para inclusão de mais de um referente. Porém aqui os referentes estão delimitados, o próprio artigo definido *o* anteposto é marca de que *o cara* já está determinado como sendo os assentados, então eu e eles somos *o cara*. A memória discursiva é acionada e vem determinar os incluídos. No discurso em circulação, o

agricultor é quem, essencialmente, está determinado a plantar, colher e criar, portanto os referentes de *o cara* não são tão genéricos quanto os de *tu*.

Na enumeração daquilo que não pode mais fazer porque há falta de recursos financeiros, o sujeito se individualiza e mostra sua dependência em relação aos subsídios e/ou créditos concedidos pelo Estado. O espaço de autonomia construído antes se esfacela frente à dependência econômica para poder ter da terra *tudo, tudo de bom*. A ordem social vigente, com suas estratégias de distribuição de crédito para a agricultura, se projeta sobre o sujeito submetendo-o a determinações, impossíveis de ignorar. Entre poder/não poder, plantar, colher, e criar vai se tecendo a relação do sujeito com a terra e apontando para a posição de agricultor autônomo, mas submetido ao capital.

Na SD as falhas apontam para o encontro com a exterioridade que constitui o sujeito e dá espessura à língua. A falta de palavras que provoca lacunas no tecido lingüístico é efeito da passagem do discurso transversal que *atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído*. (PÊCHEUX, 1975, p.167). Nessa passagem, o sujeito afetado pela FD, seleciona de modo errático aquilo que vai constituir o intradiscurso. Em *o cara tá...*, por exemplo, a sintaxe deixa espaço para que sejam agregados itens lexicais e se dê a completude onde o sujeito dividido fica entre dizer aquilo que deve e pode ser dito/o que não pode e não deve ser dito, ou nada dizer. Ao nada dizer instala-se a opacidade sobre a qual o trabalho de interpretação atua e se produzem efeitos de sentido. E assim nesse espaço de incompletude o sujeito ainda não tem o todo idealizado, mas está na terra; está (as)sentado no que é seu, está com autonomia para *plantar a hora que quer e colher e criar o bichinho que quer*

criar. Nessa lacuna aberta, está um lugar de resistência onde o sujeito coloca-se na fronteira da FD ao sinalizar para aquilo que não poderia e não deveria ser dito.

No jogo com *o cara, a gente e nós*, o sujeito mantém-se no LDA assumindo posição de trabalhador autônomo em relação ao que fazer e o quando fazer. Mas ao enunciar *e planta a hora que quer e colhe* os pré-construídos acionados produzem um efeito de contradição. Entre esses saberes está o que situa a agricultura como atividade sazonal muito atrelada às condições climáticas e às épocas próprias para cada cultura e até mesmo aos períodos do dia. Esse saber é da ordem da natureza cujos efeitos sobre a agricultura são determinantes, por isso rompê-lo pode afetar a existência do próprio sujeito. Tentar escapar dessa ordem provoca o fracasso do agricultor e do sujeito. Talvez essa seja a determinação mais soberana que se exerce sobre o agricultor.

Tal ordem determina o sujeito agricultor que só assume independência frente à ordem da natureza, sob o efeito das formações imaginárias que fazem o acobertamento do pré-construído, permitindo a ilusão de autonomia e linearizando aquilo que não pode e não deve ser dito para que se mantenha a coerência no interior da FD.

Na SD 25, o sujeito enunciador estabelece diferença entre o trabalhador rural e o trabalhador urbano pela posse do meio de produção. A construção dessa diferença vai se fazendo num jogo de oposição entre *lá/aqui* e entre *ele(s)/eu*. A autonomia que vai se delineando resulta da relação trabalho livre/posse da terra.

Do mesmo modo que nas duas seqüências anteriores, nesta também o sujeito convoca o outro para sustentar argumentos que irão permitir que se individualize e assumam uma posição. Dessa forma tivemos um *tu* inclusivo de eu/tu/ele, *o cara* inclusivo de eu/eles e agora estamos frente a um *ele* que mesmo tendo como

referente aquele que está fora da interlocução, a não-pessoa para Benveniste (1995), discursivamente também funciona produzindo aliança com o eu.

O jogo com dois ele – *ele é o dono e ele é sujeito a ordens* – constrói a diferença entre grupos de trabalhadores. Ao enunciar *porque quem está na terra*, o sujeito, ilusoriamente, fica fora desse grupo. Situado nessa posição pode olhar de fora e tomar o outro como exemplo que o sustenta, que assegura a veracidade do que diz. É como se isso que foi dito seja uma verdade universal, ou seja, o fato de estar na terra garante a propriedade do meio de trabalho e confere autonomia ao trabalhador. Para que esse efeito de sentido se produza torna-se necessário, porém, que se opere o silenciamento da memória das relações de subordinação entre meeiros, agregados e proprietários de terra.

Feita essa convocação do outro para sustentar aquilo que diz, o sujeito inclui-se como parte desses trabalhadores proprietários que estão na terra. Faz isso primeiro colocando-se no grupo de assentados em *E aqui não, se nós ficar doente não tem patrão para... para...* e somente depois assume-se como o um, aquele que coloca-se fora para poder falar sobre si mesmo.

Os referentes do outro *ele* estão explicitados na linearidade do texto como sendo *o que está na cidade ali, empregado*. Ao descrever as relações de poder entre trabalhador urbano e *o patrão* o enunciador produz um efeito de sentido onde somente quem está na cidade precisa se submeter à disciplina do trabalho. A ilusão constitutiva precisou que se operasse o esquecimento da memória discursiva referente à história brasileira do trabalho escravo na cafeicultura, nos canaviais e nos engenhos, na pecuária e nas charqueadas, até o século XIX, e o dos colonos *importados* para substituir a mão de obra escrava, especialmente na cafeicultura. Também se silenciaram sentidos das relações de

trabalho entre peões de fazenda, bóias-frias e funcionárias das empresas rurais. Todos eles estavam ou estão na terra e tiveram ou têm que se submeter ao patrão.

Em *ele tem que se submeter muitas vezes é... a... a... sacrifício através... dos... tem dias, tu às vezes fica doente, não é sempre que a gente tem compromisso* o sujeito atenua a distância entre o trabalhador urbano e ele. Isso se configura a partir da falha que fica em *através... dos... tem dias, tu às vezes fica doente* que só vai ser preenchida depois que o sujeito faz aliança com os empregados urbanos através de um tu, onde pode estar o tu da interlocução enunciativa, ele, o outro, representado pelo empregado e o eu, todos sujeitos a ficarem doentes. Justificada a necessidade de faltar ao trabalho sem que tais faltas gerem motivo para demissão, aponta-se para o que poderá ser o *sacrifício através... dos... dias*. A comparação entre o aqui e o lá onde *o patrão vai despachar ele* confirma o sacrifício de ter que trabalhar, mesmo estando doente. Essa comparação constrói a ilusão de que o trabalho na terra está livre de coerções.

A questão do trabalhador independente de um poder disciplinar, remonta ao homem livre de coerções, impossível de existir no atual estágio da civilização. Ilusoriamente essa possibilidade é construída nas SD 23, onde o sujeito acredita-se livre para fazer escolhas em relação ao trabalho. A condição de trabalhador livre é um saber próprio aos Sem Terra. Na discursividade, ele aparece como um elo que sustenta o sonho da terra própria e impulsiona para a caminhada.

A memória discursiva que o determina como um trabalhador restringe essa ilusão de liberdade, uma vez que história e discurso constituem o agricultor a partir do trabalho. Então ele poderá não ter patrão, trabalhar a hora que bem entender, mas não escapará à determinação histórica, pois na vida do camponês,

ocupar-se com uma tarefa faz parte do dever de ser um bom sujeito. O assentado está duplamente afetado por essa determinação, pois a condição de militante do Movimento dos *Trabalhadores Rurais Sem Terra* aciona a memória em dupla direção: uma que é a de rememorar o sujeito trabalhador, em especial o colono desbravador que transformou espaços inóspitos em terras férteis e a outra, é a que produz sentidos antagônicos os quais tentam negar a inscrição dos Sem Terra na memória discursiva de agricultor. Um dos caminhos para levar a tal efeito de sentido, adotado pelo discurso antagônico ao MST, é desqualificar o sujeito Sem Terra pela negação da sua condição de trabalhador. Ao tomar essa direção, o discurso antagônico joga com aquilo que se sedimentou como saber aceito numa formação social dada, buscando manter vinculado agricultor/trabalhador.

Podemos ver então, na fala do assentado, a importância que assume o trabalho com a terra como condição de vida do sujeito, enquanto a produção agrícola é apenas meio de sobrevivência, pois *a gente planta, se colheu, colheu, se não colheu, não tem que dar satisfação para ninguém né, é nosso*. (SD 23). É possível atribuir o insucesso da lavoura à seca, à falta de financiamento para os insumos e sementes, à chuvarada vinda na hora da colheita. Mas não plantar, não trabalhar a terra, é não fazer aquilo que deve ser feito para manter-se vivo, para garantir a existência do sujeito. A formação social, independente das posições que o assentado venha a assumir, o reconhece como um trabalhador. Dessa forma, a sustentação do assentado toma a relação terra/trabalho como sítio de significados que mantém o sujeito no LD que lhe foi atribuído, conferindo-lhe legitimidade. Trabalhar de modo independente aponta para outra articulação que é terra/propriedade.

8.2.3 Morar, (Reme)morar, (Come)morar na Terra

O recorte das seqüências desse item tomou como marca lingüística a repetição do verbo *morar*. Essa marca é efeito da repetição formal, no sentido que lhe dá Orlandi (1996, p. 63-78), ou seja, a repetição de um mesmo item lexical, de uma expressão ou frase configurada na superfície textual. São marcas visíveis diferentes da organizada pela história e só acessada pela entrada nos processos discursivos. A repetição formal é uma pista que nos leva ao funcionamento discursivo. Ela aponta, muitas vezes, para a ilusão de que a insistência na repetição de uma palavra ou frase assegura determinado sentido. Um efeito de sentido possível, mas só comprovável na análise, na transformação da forma repetida em materialidade.

A repetição organizada pelos diferentes discursos em circulação é *a histórica*, a que inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, o interdiscurso. É a garantia para que o sentido não seja *qualquer um*, pois se prende à historicização, que não o congela, mas sustenta no já dito *a subjetividade não-subjetivista* da interpretação. A repetição, na concepção discursiva, toma a noção de paráfrase como ponto teórico que permite explicitar esse movimento constante de retorno ao *já dito*. Os processos parafrásticos definidos por Orlandi (1987 p. 27) como *um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase, nascem da reiteração dos processos já cristalizados pelas instituições*.

A repetição será considerada como a persistência de sentidos em determinado processo discursivo. Desse modo, buscamos aprender o funcionamento discursivo da repetição de unidades lingüísticas. A análise procurará explicitar o que *toca* em cada repetição para que a vibração mútua ocorra e produza eco.

Procuraremos ver, então o que se repete em *morar, morava, morando, ir morar*. São diferentes formas verbais através das quais são enunciadas três perspectivas temporais: a de presente, de passado e de futuro. A seguir, estão as SD que passam a ser analisadas.

SD 26 – A gente pensava em ter um pedacinho, de ter um lugar aonde a gente pudesse construir a casa da gente, ter as coisas da gente né, aonde a gente pudesse dizer aqui é meu, aqui eu mando, aqui eu posso fazer alguma coisa. É a gente sonha muita coisa né, sonha é, tem coisa que é sonho, mas nesse caso para nós se tornou realidade porque...

– O que, por exemplo, que é sonho?

*– Ah! Tem muitas coisas que a gente sonha até alto demais né, mas sonho mesmo que tu não tem como tu realiza, agora esse tipo de sonho foi realizado porque era conseguir a terra, **construir alguma coisa para morar em cima né, que antes a gente não tinha, morava no que era dos outros, então esse sonho virou realidade.** (Assentamento Santo Izidro)*

SD 27 – O que a terra representa para a senhora?

– Mas olha, eu, para mim, para mim a terra representa um... para mim representa uma saúde, porque para gente que se criou na colônia né, nasceu e se criou, e sempre tá lutando, trabalhando assim na colônia né, eu para mim então representa uma saúde para mim. Eu me criei na colônia, nasci e me criei na colônia, se eu no caso em comparação ir morar na cidade, eu não acostumo, acho que fico muito doente tá morando na cidade, do que tá morando na colônia. (Assentamento Seival)

SD 28 – O que foi considerado para vocês poderem comprar a terra aqui?

É... na verdade nós tinha pouca terra, só um pedacinho. Daí nós até quando compramos achamos que da... que não, não, não, não, não era assim tão rica a lei deles aqui. Tem que morar em cima da terra, né. Então tem que morar, o assentado tem que morar em cima da terra e não pode sair de lá. Se nós sair daqui hoje ou amanhã, em pouco tempo em que botar outro, nós perdemos. (Assentamento Seival)

Na SD 26, a interlocução inicia trazendo a questão do morar metaforizada em *construir a casa da gente*. Em seguida se convoca o discurso da propriedade – *as coisas da gente... aqui é meu*. A propriedade da terra e a moradia são amalgamadas nessa parte inicial da conversa como um sonho que provocou movimentos em busca da sua realização. Mesmo que seja um pedacinho este se constitui no lugar para (as)sentar, construir a casa e ali permanecer. Em *aqui eu mando, aqui eu posso fazer alguma coisa* está a propriedade como causa de poder, da autonomia, e também está encaminhando para a propriedade como causa da fixação do sujeito, da permanência num espaço de onde move-se com a certeza de que pode retornar. É a propriedade como garantia de poder ir e vir sem medo de que na volta seja expulso da terra. O movimento não cessa, mas agora se constrói na dimensão de lançar raízes, de já poder ver a terra verdejar, os paióis começarem a (trans)bordar de alimentos e as bocas encherem-se da fartura vinda do solo fertilizado pela luta.

Na projeção, no sonho, estão postas em interlocução discursiva duas posições-sujeito, a do proprietário da terra e a do morador na terra. A construção da casa não aciona de forma automática a relação com o interdiscurso relativo à produção e as melhorias no lote. *Construir a casa da gente* está inscrito num sítio de sentidos diferente de construir acomodação para os animais, cercas, galpões, açudes, fazer plantio de espécies

vegetais permanentes e outras atividades de infra-estrutura agrícola. A propriedade privada da terra – *aqui é meu* – é o elemento que possibilita a constituição dessas posições. Só depois que, num ato performativo, se tomar posse da terra, quando o sonho transforma-se em realidade, pode-se assumir o comando, construir a casa e outras melhorias. O discurso da propriedade faz ressoar o modo de vida do colono e instala o discurso da propriedade como uma sombra que se projeta sobre o Sem Terra agora assentado.

Essa sombra, como sabemos, é um efeito ideológico que opera mascarando o seu próprio trabalho nos processos sócio-históricos que produzem o assentado no LD em que se coloca. *E a gente sonha* nos traz a marca da ideologia nas aspirações do sujeito. Como já nos aponta Žižek (1996), ao tratar sobre as interrelações entre Marx e Freud, o fetiche da mercadoria oculta a rede positiva das relações sociais ao embaraçar o olhar e deixar ver só uma parte da realidade e assim se escamoteia o fato de que é o apego à propriedade da terra que tem gerado, historicamente, os Sem Terra.

A ideologia produz um corte na memória e barra os efeitos de sentido, os malefícios sociais da propriedade privada da terra já inscritos no interdiscurso. É no embate entre duas formações discursivas antagônicas que a propriedade da terra produz o sujeito outorgando-lhe poder e produzindo a ilusão de completude, de sonho realizado. Cada uma das formações vai jogar suas redes sobre o interdiscurso orientando-as para posições antagônicas. Uma para sentidos que constituem a terra como mercadoria e a outra para sentidos da terra como reserva de dignidade, de lugar para morar, enraizar e trabalhar. A propriedade mantém-se, para as duas, como um significante relevante que provocará efeitos de sentido contraditórios,

sustentando a terra como território minado no qual sujeitos travam batalhas pelo direito à existência.

O sonho que foi sonhado em conjunto foi realizado ao conseguir a terra para nela poder exercer o direito à vida de agricultor cujo grande ofício é semear; é cultivar a planta regando e afofando a terra junto às raízes; é colher os frutos e preservar as sementes, mantendo-as fecundas. E para exercer tal ofício há que estar na terra, morar em cima, com a garantia de poder permanecer e assim poder cumprir o ciclo de vida.

A terra, nessa seqüência, colocou em contato o discurso jurídico – a propriedade, o discurso da utopia – o sonho, o discurso político – o poder, os quais convergem para constituir o assentado na posição de agricultor morador no lote, cuja condição de existência está atrelada à propriedade da terra. A SD seguinte convoca mais um discurso para tecer a posição de morador, o discurso da saúde.

Ao iniciar a interlocução, na SD 28, o sujeito se individualiza como efeito da interpelação feita pelo outro, fala protegendo-se no eu e ilusoriamente assume um saber como seu. Ao enunciar *eu, para mim, para mim, a terra representa uma saúde* convoca o discurso da saúde para sustentar sua relação vital com a terra. Ao andar por esses guardados discursivos, vamos ver que essa fala resgata um saber enunciado na 8ª Conferência Nacional de Saúde, que diz que a saúde relaciona-se ao direito de posse e uso da terra. Tendo a saúde como tema, constitui-se, nessa conferência, um dispositivo de aliança que discursiviza a relação entre as demais condições de cidadania, como acesso e posse da terra⁷¹, e a saúde. Em *a terra representa*

⁷¹ No relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 17 a 21 de abril de 1986, em Brasília, consta no tema 1 – Saúde como direito: *1 Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde.*

uma saúde, ao se colocarem *in presentia* as duas memórias – a da terra e a da saúde- a aliança se particulariza, mas carrega junto outras condições de cidadania que também promovem a saúde. Ao se (entre)laçarem as duas o que primeiro emerge é a moradia como condição para uma vida saudável. Mas *o morando na colônia* pode apontar para outras condições de saúde, ainda que afetadas pelas formações imaginárias, como alimentação, trabalho, renda, liberdade, meio ambiente. Ter a terra e nela morar não é uma condição necessária apenas para ser agricultor, mas é também para manter-se com saúde. Assim na enunciação se tece a sustentação do sujeito ao serem acionados discursos que vão sitiando a terra e demarcando-a como condição essencial de vida.

Na interlocução discursiva que se estabelece também emerge a relação entre a condição de saúde do sujeito e a manutenção do sujeito *desde-sempre* sujeito colono. Sob efeito do esquecimento 2, conforme Pêcheux, (1995 p. 175) o sujeito tem o encobrimento do seu *funcionamento na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente que se apoia sua “liberdade” de sujeito-falante*, que mesmo assentado continua falando como se estivesse na colônia. Aqui a ideologia mascara a identificação com a forma sujeito e, pelas condições de produção, descarna o significante – colônia – fazendo-o aparecer não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi *sempre-já* desprendido de um sentido, o que possibilita tomar colônia por assentamento e (des)locar o sujeito encharcado na história da imigração para o assentamento.

Na colônia está a resistência do sujeito que faz aquilo que para si é familiar e por isso protege-se *onde nasci e me criei*. Perder a saúde é mesmo uma ameaça, pois na cidade será

assolado pelo novo, estará desenraizado da sua colônia, espaço de morar e (come)morar a colheita farta. Essa perda rememora a outra, aquela que o empurrou para o acampamento, onde se expõe de forma constante a agressores da saúde.

Ainda que na heterogeneidade da formação discursiva haja espaço para o colono, se mantém uma fronteira tênue entre assentamento e colônia e a passagem de um lugar para o outro pressupõe deslocamentos que podem mesmo afetar a saúde do sujeito. A saúde pode advir exatamente da manutenção do lugar de colono, do não precisar sair e assim manter a saúde do sujeito por não ameaçá-lo com a necessidade de ter que se submeter ao novo, ao desconhecido. A passagem do lugar de colono para o de assentado que se constitui como efeito de outro processo que não o da imigração/migração é um movimento lento até o acontecimento do encontro da memória com o novo. Nele os pré-construídos se movem de forma transversal sobre o interdiscurso, porém, tanto num como no outro processo, o morar é um significante que se materializa, se engravida de sentidos ao ser enlaçado pelo encontro com a pré-existência da necessidade de uma guarida para o sujeito.

Na SD 28, a enunciação de *Tem que morar em cima da terra, né. Então tem que morar, o assentado tem que morar em cima da terra* aponta para determinações que impõe ao sujeito morar na terra como condição de sustentação jurídica da sua existência.

A relação jurídica apontada por *tem que morar* aciona o discurso da lei e não os saberes da formação discursiva dominante do assentado. Pois cabe ao INCRA proceder ao assentamento dos acampados e controlar o uso do lote, inclusive proibindo a venda da área de terra recebida. Em caso de desistência, o lote deve ser ocupado por outra família já inscrita

no programa de reforma agrária. Então a distância entre a forma-sujeito e o enunciador apenas mascara o assujeitamento e mantém o sujeito morando na terra acobertado por determinações jurídicas.

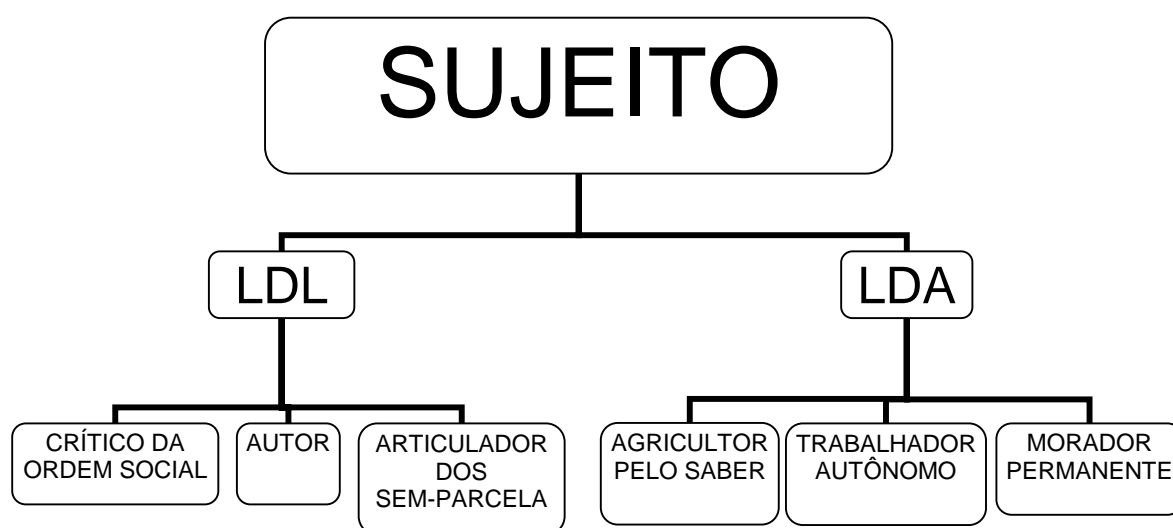
O abrigo que o sujeito enunciador busca na lei funciona como forma de resistência aos saberes da forma-sujeito. Ao assim proteger-se se mantém no LDA, mas como um *mau sujeito* que lança mão de outro discurso para *uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”*. (PÊCHEUX, 1995, p. 215). O distanciamento, porém, não produz a desidentificação do sujeito na formação discursiva que lhe é dominante. Mantém-se identificado, mas resistindo, contestando, fazendo *a rejeição-acobertamento* (idem p. 216) de saberes na FD. Morar na terra continua sendo um saber ao qual o sujeito enunciador filia-se, pois quer a posse da terra e para isso sabe que tem que morar, mas contesta as determinações impostas de fora para a forma-sujeito, questionando a lei que se exerce tanto sobre *o assentado que não pode sair de lá* quanto sobre *nós que não podemos sair daqui*. Assujeita-se, sob a ilusão de liberdade. Com isso todos permanecem morando na terra e a (come)moração, festa da colheita, pode continuar sem contrariar a lei e sem acionar o discurso do adversário.

O rompimento com o sonho de poder dizer aqui é meu poderá produzir o sujeito fora do seu LDA. No início da tese, situamos o LD no âmbito da Formação Social onde se mantém, como efeito da circulação de discursos que vão consolidando sentidos e dando visibilidade a esses LD como lugares sociais reconhecidos através de características que nada mais são do que os sentidos estratificados no movimento histórico. Se buscarmos

a memória da constituição dos imigrantes, que chegam ao Brasil a partir da primeira metade do Século XIX, em colonos livres, veremos que o que os mobiliza a imigrarem é o sonho da terra própria. Ao chegarem no Brasil, nem todos foram para sua terra, alguns foram substituir mão de obra escrava nas lavouras de café, mas aqueles que vieram para o Rio Grande do Sul foram trazidos por projetos de colonização que os colocavam em colônias. Então, quando no intradiscorso se lineariza o colono, rememora-se a relação do agricultor com a terra da qual é proprietário. Imigrantes saíram da sua pátria para plantar, morar e viver na terra e os Sem Terra lutam também para permanecer na terra, na pátria, e transformá-la.

Terra, propriedade, moradia, saúde... vão mobilizando o sujeito a abrir espaços e a sustentar a voz, nem que seja para alguns, que possa manter acordadas as sementes e promover a comemoração da colheita.

A dispersão do sujeito nos dois LD mostrou que o espaço vem sendo aberto e mantido por seis diferentes posições-sujeito. É reunificados, como os apresentamos no gráfico abaixo, que queremos deixá-los fazendo a vigília sobre sementes e frutos.



9. DA REUNIFICAÇÃO DOS DISPERSOS

O leitor é verdadeiramente interpretado pelo texto.

Birman (1996, p.58)

Para iniciar esse capítulo final do trabalho, nada mais próprio do que assumir minha reunificação, Estranho mundo esse da teoria. Tendo chegado ao fim da tese me sinto livre para poder dizer eu e não nós. É como se os outros que me habitam tenham me abandonado ou feito silêncio para que eu possa escutar melhor o eco da nossa interlocução.

A dispersão não foi provocada por mim, mas ela é uma consequência do movimento dos sujeitos. É no dispersar-se/reunificar-se que sentidos e sujeitos mantêm o vigor. Então o tempo da reunificação é o de retorno a um ponto comum que mobiliza, provoca o querer estar junto. Para mim esse ponto diz respeito ao entendimento de que no lugar que ocupo posso me dividir em diferentes posições sem sair dele, pelo contrário, revigorando-o. Não é possível desconhecer que ocupo o lugar social de mulher o qual tem estratificado um conjunto de discursos, realidade que nos interpela. E é colocando-os em interlocução que podemos nos dispersar sem sair do lugar. Fiz isso durante a gestação da tese.

Trazendo agora os efeitos da interlocução com as teorias para a vida da academia, entendo que o propósito da tese de formular a noção de lugar discursivo se consumou. Sei que talvez não tenha produzido um [E], mas enunciados que nas suas próprias lacunas já chamam o outro para a discussão e os possíveis preenchimentos desses espaços de (in)completude.

O percurso que escolhi para atingir tal fim foi o de encontros com noções/teorias que me permitiram construir uma realidade acerca dos movimentos sociais na sua relação com o discurso. Entre os muitos efeitos produtivos desses encontros alguns merecem destaque. Um deles foi compreender o MST – sujeito político – a partir da noção de política sustentada por Rancière. Isso fez em mim um marco teórico muito produtivo. De imediato me permitiu fazer a relação entre os MS e as novas demandas que sempre se vão criando. É justamente aí que está o ponto forte das tensões, dos jogos de poder, elas têm um grande objetivo que é manter o litígio e deixar sempre espaço de visibilidade para aqueles que só existem de fato no ponto onde as duas lógicas se encontram. A resistência encontra nas demandas uma forma de criar/manter lugar para os sem-lugar. E isso é o que lhes vai permitindo mexer com a ordem estabelecida, nos mostrando que ordem/desordem têm fronteiras muito tênues. A canção dos Titãs é uma boa referência.

Isso me fez ver a resistência como a grande geradora das relações de poder. E aí foi possível pensar Foucault e Althusser juntos. Um fazendo compreender a circulação do poder num movimento rasteiro, capilar, como disse; o outro, as relações de poder estatizado que pode muito bem ser efeito de um exercício nos moldes que nos propõe o primeiro. Assim podemos pensar os Sem Terra surgindo num movimento de resistência à morte, entendida nas dimensões biológica e subjetiva.

A análise do sujeito no LDA apontou para o homem travando uma luta pela vida, pelas necessidades de ter onde morar, trabalhar, produzir o que comer. Ter saúde, viver. Assim como nos mostrou a luta pelas condições subjetivas, o retorno da memória do colono, do proprietário, do agricultor autônomo produzindo o silenciamento do trabalhador rural assalariado, do

escravizado pelo excesso de trabalho ou pelo meio de pagamento do uso da terra. Se o movimento vai tecendo outras resistências, elas também são uma forma de manutenção da vida ainda que do sujeito que lhes garante existência, lugar de visibilidade.

Desse modo, pude compreender a dispersão do sujeito já nos lugares discursivos, pois em cada um deles a interlocução se dá com discursos diferentes. A sustentação vem é dessa trama de discursos que se enlaçam pela identificação numa mesma forma-sujeito. Confesso que essa diferença nos LD é tão presente que em determinados momentos cheguei a me perguntar: onde está a terra? A resposta ia sendo dada tanto no LDL, na interlocução com a sociedade em geral ou com os presidenciáveis, quanto no LDA pela interlocução com o colono, com a (na) morada, a terra mesma.

Como vimos, discurso e poder não se separam em nenhum dos teóricos convocados e isso me mobiliza ainda mais quando vejo na análise o sujeito lutando com as palavras para manter posições e/ ou assumi-las e dali ter seu lugar reconhecido. Cabe destacar dois momentos onde o sujeito comprova seu lugar de poder pelo saber, não só o saber fazer, mas também o saber dizer. E um deles diz respeito ao LDA quando o sujeito assume uma posição pelo saber fazer. O modo como vai constituindo-se é trazendo seu enunciado dito antes e articulando-o ao dito agora para assumir então a posição de quem tem legitimidade pelo saber/fazer e saber fazer crer que sabe. Nesse LDA, exatamente onde o sujeito é mais desqualificado pelo outro, ele emerge empoderado⁷² pelo saber que pode mantê-lo no lugar conquistado.

A outra situação é no LDL onde pelo modo de dizer se mantém, sustenta a unicidade do sujeito. Vi isso em dois

⁷² Considero empoderado aquele que se investiu de poder nos processos vivenciados nas lutas sociais.

momentos da análise, um é quando as estratégias enunciativas do entrevistado mantêm a voz do sujeito audível e não apenas um barulho. Frente a uma balbúrdia provocada pela intervenção simultânea de vários entrevistadores, o sujeito, na função enunciativa de líder, recupera na intradiscursividade o fio do discurso e o mantém. Também ao analisar a ocupação do LDL observei que a organização no modo de dizer possibilita trazer os saberes da forma-sujeito com certa unicidade. Embora também veja na itenização uma tentativa de controle dos sentidos, não posso deixar de reconhecer que isso se apresenta como uma estratégia discursiva produtiva frente à dureza do jogo que enfrenta o sujeito na interlocução com o adversário. Essa estratégia é usada no LDL também ao trazer o discurso do outro sob a forma de discurso relatado. No LDA a análise da convocação do DR já nos mostra um sujeito resgatando-se e sustentando-se numa posição. O outro do DR é o próprio enunciador que se retoma para mostrar um contínuo, uma não ruptura da sua relação com saberes necessários à sustentação na terra.

Os funcionamentos distintos do DR apontados nos dois LD estão relacionados aos lugares sociais ocupados pelo líder e o assentado. Enquanto um precisa sustentar o litígio pela constante aproximação entre as duas lógicas o outro precisa comprovar para a formação social que o lugar conquistado tem pertinência. Nessas relações de saber/poder o sujeito de direito já instituído vai buscando o reconhecimento de sujeito também do saber. Ressoa aqui a necessidade de estar sempre justificando que, apesar de deserdado do capital, pode possuir a terra antes que ela venha possuí-lo.

Pensar as entrevistas, os textos assinados, enfim, o mundo factual na sua relação com o discursivo foi se mostrando um

grande desafio, em especial quando fui me deparando com lugar social/lugar enunciativo/lugar discursivo ou posições enunciativas/posição-sujeito. Entendi ao longo do trabalho que a distinção entre alguns só é possível no confronto com posições teóricas assumidas.

Abre-se espaço para trazer outra relação interessante entre discurso/poder/saber. Os Sem Terra, já sabemos, são falados pela mídia, especialmente a escrita, mas há alguns veículos alinhados com a causa dos sem-parcela onde se abre espaço para que falem. Como já foi mostrado, são alguns que estão legitimados a ocuparem esses espaços. Ocupam-no e constituem uma posição de saber na relação direta com o discurso. O contato com esses veículos da mídia impressa foi importante para que eu pudesse manter o propósito de escutar o Sem Terra. Gostaria de ter materialidade para analisar as relações do sujeito estabelecidas no interior da FD, a interlocução entre os dois LD. Isso não foi possível por razões de manutenção do próprio sujeito. Essa é uma escuta que não deixa de me provocar.

Indo mais perto da questão central da tese quero tratar da relação entre enunciado/lugar enunciativo, lugar discursivo/posição-sujeito. Sabemos que em Foucault as noções de enunciado/dispersão/formação discursiva/sujeito se correlacionam na reunificação que constitui o discurso como efeito de saber/poder. Os enunciados são articulados e convergem para um lugar enunciativo onde o sujeito constitui-se em posições enunciativas. Na AD a enunciação tem, é claro, seu espaço, mas marcado por profunda diferença. Reconheço que a diferença fundamental está na nossa concepção de sujeito constituído não por uma posição de saber/poder, mas por uma posição ideológica. Por isso a ideologia não incompatibiliza nossa interlocução com Foucault, temos apenas que respeitar

fronteiras e nos colocar no entremeio onde elas se tocam. Assim entendo que lugar enunciativo e lugar discursivo/posição-sujeito têm suas diferenças apontáveis na remissão a quadros teóricos distintos. Ter chegado a esse ponto foi importante para a análise.

A análise me mostrou que são concomitantes os atos de ocupação do LD e o de assunção de posição-sujeito. A separação então adotada configura-se como uma tentativa de melhor situar no processo de articulação o papel dos pré-construídos que formatam o lugar discursivo – social pela visibilidade – e interpelam o sujeito como se formassem um bloco. Eles são mesmo pré-construídos, mas entendo que se colocam no interdiscurso reunificados como uma zona de sentidos específicos a tal lugar. Como já disse, se apresentam ao sujeito como uma realidade pela qual ele transita com liberdade tutelada pela forma-sujeito e pelos próprios saberes que na circulação dos discursos formataram o LD.

A análise nos mostrou na encenação em três atos – marcação, ocupação, assunção/dispersão – o tempo de se olhar no espelho, o de se reconhecer e o de assumir uma posição frente àquilo que foi dado a ver. Vimos tanto no LDL como no LDA o sujeito tendo que se submeter ao Outro, ainda que seja resmungando. As posições-sujeito localizadas em cada LD também ressoam a determinação imposta pelo próprio lugar. Como exemplo quero lembrar a questão da importância do trabalho e da propriedade da terra para que agricultor e assentado continuem vivos. Até é possível querer ficar (as)sentado, mas aí a relação com a propriedade se esfacela. Não importam agora os saberes da FD, pois, mesmo que de modo divergente, precisa pôr em prática estratégias de manutenção da propriedade. Entendo que essa divergência aparece no LDA em especial quando o sujeito se debate com as duas lógicas – solidariedade vertical e

solidariedade horizontal – na hora de decidir o que plantar ou então contestando a imposição das condições para permanecer com a posse/propriedade do lote.

Respondendo melhor à questão da dispersão, quero dizer que ela se mostrou muito mais acentuada do que percebi no início da formação do arquivo. Atendendo ao princípio da representatividade recortei do *corpus* apenas três blocos de seqüências de cada domínio discursivo, os quais apontaram seis posições-sujeito, mas poderia ter feito outro recorte e mostrado mais posições. Entendo que com essas seis consegui apontar para as características do LD contrastando-as, até onde o aparato teórico me permitiu, com as da posição-sujeito. A análise, não só, foi consolidando a dispersão do sujeito, como foi mostrando, na própria dispersão, como cada posição sustenta-o, revigorando lugares antes invisíveis.

Retomando a minha relação de resistência e amorosidade à tese, ainda quero dizer da luta que foi para mim ter que me escutar na fala dos assentados. Foi um sofrer teórico deixá-los que lessem a mim. Não me deixaram silenciar nesse tempo de escuta. Tentei fugir, quis debandar, mas acabei no meu quintal olhando a moranga, o milho verde e o quiabo. São poucas as plantas, mas a densidade que me apontam é o pedacinho do real que revigora a mim e aos outros que me habitam, silenciam, mas voltam sempre.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. (1969) *Aparelhos Ideológicos do Estado*. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

----- . Observação sobre uma categoria: “Processo sem sujeito nem fim(s)” In: **Posições**, Graal, 1978.

ARISTÓTELES. **Tópicos. Dos Argumentos Sofísticos/** Aristóteles. Seleção de texto de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores; 11).

----- . **Organon III Analíticos Anteriores**. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

ARNAULD & LANCELOT. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUSTIN, J.L. **Quando Dizer é Fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

----- . Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos** (19). 24-45, Campinas: UNICAMP, IEL, Jul-Dez, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Problemas da Poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário e Legislação Complementar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

BENJAMIN, César et alii. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BENVENISTE, E. (1956). **Problemas de Lingüística Geral I e II**. São Paulo: Pontes, 1991.

BIRMAN, Joel. **Por uma Estilística da Existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

BOGO, Ademar. Valores que deve cultivar um lutador do povo. In: **Valores de uma Prática Militante**. Consulta Popular. São Paulo: Secretaria Operativa, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

----- . **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CERVONI, J. **A Enunciação.** São Paulo: Ática, 1989.

CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O Camponato na História.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CONEIN, Bernard. Décrire un Événement Politique. In: **Matérialités Discursives.** Paris: PUF, 1981.

COURTINE, Jean Jacques. **Analyse du Discours Politique (le discours communiste adressé aux chrétiens).** Langages (62), Paris: Larouse, Juin 1981.

----- . **Définitions D'orientations Théoriques et Constructions de Procédures en Analyse du Discours.** Philosophiques, vol. IX, n° 2, octobre, 1982.

----- . & MARANDIN, Jean Marie. Quel Objet pour L'analyse de Discours? In: **Matérialités Discursives.** Actes du Colloque 24-6, Avril, 1980. Paris. Nanterre Lille. Presses Universitaires de Lille, 1981.

DIAS, Luiz Francisco. Aspectos de uma Gramática Explicativa: a ocupação do lugar do objeto direto. In: **Textura.** Canoas, v. 5, 2002. p. 23-30.

DOR, J. **Introdução à Leitura de Lacan**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DORNELES, Elizabeth F. **Da Germinação da Semente à Colheita do Grão: análise do funcionamento das relações de identificação na formação discursiva dominante do assentado**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG/Letras – UFRGS, 1998.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo I. O campo do Signo, 1945/1966**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 (A).

DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUCROT, O. **Polifonia y Argumentación**. Cali, Universidad del Valle, 1988.

_____. **O Dizer e o Dito**. Campinas; Pontes, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOUCAULT, Michel.(1969). **Arqueologia do Saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____.(1979). **Microfísica do Poder**. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

_____.(1970). **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

_____. (1984) **Dois Ensaio sobre o Sujeito e o Poder**. Tradução de José Pinheiro Neves. <http://www.ics.uminho.pt/das/neves/traducoes/foucault>. Capturado em 22/06/04.

_____. (1976). **História da Sexualidade I. Vontade de Saber**. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____.(1969). **Michel Foucault: o que é um autor**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1992.

FREI BETTO. Fé e Política na perspectiva latino-americana. In: **Revés do Avesso**. Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. Ano 11 Especial. São Paulo. Jan. 2002.

GADET, F. et alii. Apresentação da Conjuntura em Lingüística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao Estudo dos Textos na França, em 1969. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

GADET, F. Tricher la langue. **Matérialités Discoursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille. 1981. p. 117-126.

_____. La Doublé faille. In: **Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen**, 1978.

GAIGER, Luiz Inácio G. **Agentes Religiosos e Camponeses Sem-Terra no Sul do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALO, Solange Leda. **Discurso da Escrita e Ensino**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola 1995.

----- . **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

----- . **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Petrópolis 2003.

GRANTHAN, Marilei R. **O Discurso Fabular e sua Repetição através dos Tempos: na reiteração do mesmo, a presença do diferente**. Porto Alegre, UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

----- . **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2002.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

_____.(1977) **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

HERBERT, Thomas.(1968). Observações para uma teoria geral das ideologias. In: **Rua.** Campinas, 1995, 1: 63-89.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

INDURSKY, Freda. **A Fala dos Quartéis e Outras Vozes.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. A Função Enunciativa do Porta-Voz no Discurso sobre o MST. In: **Alea: Estudos Neolatinos.** Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas/Faculdade de Letras – UFRJ. v. 2, nº 2. Rio de Janeiro, 2000.

_____. O Entrelaçamento entre o Político, o Jurídico e a Ética no Discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In: **Revista da ANPOLL.** nº 12. São Paulo, jan./jun. 2002.

KEHL, Maria Rita. **Sobre Ética e Psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Imaginar e Pensar. In: NOVAES, Adauto. **Televisão: rede imaginária.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LACAN, J. (1949). O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu. In: ŽIŽEK, S. (Org.) **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 97-101.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Da Ambigüidade ao Equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, N. **Psicanálise e Análise do Discurso. O Acontecimento na Estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du Discours**. Introdução. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

MARANDIN, J. M. Sintaxe, Discurso: do ponto de vista da Análise do Discurso. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura: da história ao discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e Gênero no MST: Observações Sobre Documentos Publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2003.

MILLET, Louis. **Aristóteles**. São Paulo: Martins Fontes.(s. d.).

MILNER, Jean-Claude. **O Amor da Língua.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1987.

MST. **Vamos Organizar a Base do MST.** São Paulo: 1995.

_____. **Carta aos Companheiros Sem-Terra do Brasil.** Goiania, 1982.

_____. **Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo.** São Paulo: MST, 1986(A).

_____. **Nosso Jeito de Cantar.** São Paulo: ANCA, 2001.

_____. **Calendário Histórico dos Trabalhadores.** São Paulo: Setor de Educação do MST, 1998.

_____. **Construindo o Caminho.** São Paulo: MST, 1986(B).

NASIO, J.D. **Cinco Lições Sobre a Teoria de Jacques Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

OGILVIE, B. **Lacan: a formação do conceito de sujeito.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

----- . **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

----- . **Língua e Conhecimento Lingüístico: para uma história das idéias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. (1975). **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

----- . (1982). Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura: da história ao discurso.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

----- . (1982). Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos.** nº 19. IEL/UNICAMP. Jul./Dez. 1990.

----- . (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (Org). **Por uma Análise Automática do Discurso.** Campinas: Ed. da UNICAMP. 1993.

----- . (1983). **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.

----- . Remontémos de Spinoza a Foucault. In: MONTEFORTE, Mario (Org.) **El discurso político.** México: Nueva Imagem, 1980.

----- . & FUCHS, Catherine. (1975). A Propósito da Análise Automática do Discurso, GADET & HAK

(Org) In: **Por uma Análise Automática do Discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

_____. & GADET, Françoise. (1982). **La Lengua de Nunca Acabar**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

_____. & GADET, Françoise. (1977). **Há uma via para a Lingüística fora do Logicismo e do Sociologismo?** Escritos, n. 3. Campinas: LABEURB, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REALE, Giovanni. **Introdução a Aristóteles**. Lisboa: Edições 70, 1997.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O Discurso do Conflito Materializado no MST: a ferida aberta na nação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, 2002.

SALGADO, S. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAUSSURE, F. (1916) **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Pontes, 2002.

STÉDILE, João Pedro & SÉRGIO, Frei. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: (Scritta). Página Aberta Ltda. 1993.

ZANDWAIS, Ana. **Relações entre Pragmática e Enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

ŽIŽEK, Slavoj. **Eles não Sabem o que Fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1990.

_____. Como Marx Inventou o Sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

REVISTAS, JORNAIS E FITAS

Revista **Caros Amigos**. Edição Especial. Fórum Social Mundial. Março de 2001.

Revista **Caros Amigos**. Edição Especial. Reforma Agrária. Setembro de 2003.

Revista **Caros Amigos**. Edição Especial. As grandes entrevistas. Maio de 2001.

Revista **Caros Amigos**. Nº 69. Dezembro de 2002.

Revista **Caros Amigos**. Nº 79. Outubro de 2003.

Revista **Caros Amigos**. Nº 66. Setembro de 2002.

Jornal **El País**. Buenos Aires. 9 de outubro de 2002.

Jornal **A Notícia**. Joinvile. 10 de agosto de 2003.

Fita VHS. **Programa Roda Viva**. TV Cultura. 25 de agosto de 1997.